

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Energia S.A. (“Companhia” ou “Equatorial” ou “Controladora”) sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente em operações de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica. A Companhia possui ações negociadas na B3 sob o ticket “EQTL3” e desde 2008 participa do Novo Mercado.

2 Entidades controladas e controladas em conjunto

A Equatorial mantém investimentos conforme demonstrado a seguir:

Participação direta	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Companhia Energética do Maranhão S.A. – CEMAR	(a)	65,11%	65,11%
55 Soluções S.A.	(b)	100,00%	100,00%
Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA	(c)	96,50%	96,50%
Geradora de Energia do Norte	(d)	25,00%	25,00%
Vila Velha Termoeletricas Ltda.	(e)	50,00%	50,00%
Equatorial Telecomunicações Ltda.	(f)	0,04%	0,04%
Equatorial Transmissão S.A.	(g)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(h)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(i)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(j)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(k)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(l)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(m)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(n)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(o)	100,00%	-
Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA	(p)	51,00%	-
Participação indireta	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Solenergias Comercializadora de Energia S.A	(q)	51%	51%
Helios Energia Comercializadora e Serviços Ltda.	(r)	99,99	99,99
Equatorial Telecomunicações Ltda.	(s)	99,96	99,96
(a) Companhia Energética do Maranhão (CEMAR): Sociedade anônima de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica. A área de concessão da CEMAR é o Estado do Maranhão, atendendo a mais de 2,3 milhões de clientes e cobrindo uma área superior a 332 mil km ² . O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 060/2000, celebrado entre a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a CEMAR em 28/08/2000, possui vigência até agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos.			
(b) 55 Soluções S.A.: Sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, que tem como atividades principais: a) a prestação de serviços em negócios de energia elétrica, telecomunicações e transmissão de dados; b) a prestação de serviços de cobrança de fatura de energia elétrica em nome e por conta de terceiros; e c) a prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros.			
(c) Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA): Sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Belém, no Estado do Pará, que atua na distribuição de energia elétrica na área de sua concessão legal que abrange todo o Estado do Pará com 1.248 mil km ² , atendendo a mais de 2,5 milhões de consumidores em 144 municípios. O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 182/1998, celebrado entre a ANEEL e a CELPA em 28/07/1998, possui vigência até julho de 2028, podendo ser renovado por mais um período de 30 anos.			

- (d) Geradora de Energia do Norte S.A.: é a Sociedade responsável pela implantação e operação das usinas termoeletricas de Tocantinópolis e de Nova Olinda, no município de Miranda do Norte, no Estado do Maranhão, com capacidade instalada de 330 MW, as quais fornecem energia para o Sistema Interligado Nacional. Em 1º de outubro de 2008, a Equatorial adquiriu 25% das ações representativas do capital social da Geradora de Energia do Norte S.A. O consórcio que detém o controle da Geradora de Energia do Norte S.A.: é composto pela Equatorial Energia S.A. (25%), Fundo de Investimentos em Participações Brasil Energia (25%) e GNP S.A. (50%). A GNP S.A., por sua vez, é composta pela Servtec Investimentos e Participações Ltda. (50%) e Companhia Ligna de Investimentos (50%). O controle da Geradora de Energia do Norte S.A.: é compartilhado e regido por Acordo de Acionistas.
- (e) Vila Velha Termoeletricas Ltda.: ainda em fase pré-operacional, é a sociedade responsável pela implantação e operação de usinas termoeletricas no Estado do Espírito Santo. A Equatorial Energia detém 50% do seu capital. O controle da C Vila Velha Termoeletricas Ltda. é compartilhado e regido por Acordo de Acionistas.
- (f) Equatorial Telecomunicações Ltda.: Empresa de direito privado com sede em São Luís, Estado do Maranhão, que tem como suas atividades a prestação de serviços de telecomunicações, serviço telefônico fixo, serviços de comunicação multimídia, provedores de voz sobre o protocolo de internet e prestação de serviços de informações em telefonia.
- (g) Equatorial Transmissão S.A.: Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A Companhia tem por objeto social: a) transmitir e comercializar energia e prestar serviços correlatos; b) estudar, planejar, projetar, implantar, operar e manter sistemas de transmissão de energia; c) prestar serviço de consultoria e engenharia dentro de sua área de atuação; c) participar de associações e organizações de caráter técnico, científico e empresarial; e d) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, constituída em 17 de novembro de 2016;
- (h) Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.: Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A Companhia tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Republicação, consistente na Linha de Transmissão 500 kV Rio das Águas - Barreiras II C2, com 251 quilômetros, constituída em 17 de novembro de 2016;
- (i) Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.: Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A Companhia tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Republicação, consistente na (a) Linha de Transmissão 500 kV - Barreiras II, Buritirama C1, com 213 quilômetros; e (b) Subestação 500kV Buritirama (subestação nova para conexões de linhas e compensação de reativos), constituída em 17 de novembro de 2016;
- (j) Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.: Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A Companhia tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Republicação, consistente na Linha de Transmissão 500 kV Buritirama - Queimada Nova II, C2, com 380 quilômetros, constituída em 17 de novembro de 2016;
- (k) Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.: Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A Companhia tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Republicação, consistente na (a) Linha de Transmissão 500 kV Igaporã III - Janaúba 3 C1, com 257 quilômetros; (b) Linha de Transmissão 500 kV Janaúba 3 - Presidente Juscelino C1, com 337 quilômetros; e (c) Subestação 500 kV Janaúba 3 (novo pátio de 500 kV - parte 1), constituída em 17 de novembro de 2016;
- (l) Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.: Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A Companhia tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Republicação, consistente na Linha de Transmissão 500 kV Igaporã III - Janaúba 3 C2, com 257 quilômetros, constituída em 17 de novembro de 2016.
- (m) Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.: Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A Companhia tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de

acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Replicação, consistente na Linha de Transmissão 500 kV Janaúba 3 - Presidente Juscelino C2, com 330 quilômetros, constituída em 17 de novembro de 2016;

- (n) Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.: Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A Companhia tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Replicação, consistente na (a) Linha de Transmissão 500 kV Vila do Conde - Marituba - 56,1 quilômetros; (b) Linha de Transmissão 230 kV Marituba - Castanhal - 68,6 quilômetros; (c) Subestação 500/230 kV Marituba - (3+1R)x300 MVA; e (d) Subestação 230/69 kV Marituba 2x200 MVA, constituída em 17 de novembro de 2016; e
- (o) Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.: Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de São Luís, no estado do Maranhão. A Companhia tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão no estado do Pará, de acordo com Edital do Leilão nº 05/2016, consistente na (a) Linha de Transmissão Xingu - Altamira, em 230 kV, com extensão aproximada de 61 km; (b) Linha de Transmissão Altamira - Transamazônica, em 230 kV, com extensão aproximada de 188 km; (c) pela Linha de Transmissão Transamazônica - Tapajós, em 230 kV, com extensão aproximada de 187 km; (d) Subestação Tapajós, em 230/138-13,8 kV, (2 x 150 MVA); e (e) Subestação Tapajós - Compensador Síncrono (-75/+150 MVAR); e f) Subestação Rurópolis - Compensador Síncrono (-55/+110 MVAR), constituída em 14 de junho de 2017.
- (p) A Integração Transmissora de Energia S.A. ("INTESA" ou "Sociedade"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade por ações de capital fechado. Possui como objeto social a construção, implantação, operação e manutenção das instalações do serviço público de energia elétrica da rede básica do sistema elétrico interligado, composto pela Linha de Transmissão 500kV Colinas/Serra da Mesa 2, localizado nos Estados de Tocantins e Goiás que compõem 25 municípios entre Colinas do Tocantins - TO e Colinas do Sul- GO. Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão são realizados pela ELETRONORTE, sob a supervisão e fiscalização da Sociedade. No dia 19 de dezembro de 2017 foi quitado o contrato de compra e venda de ações e outras avenças, no qual o Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia - FIP vendeu ações representativas de 51% do capital social total da sociedade para a Equatorial Energia, com controle compartilhado, ficando o capital social distribuído da seguinte forma: Equatorial Energia S.A. (51%), Centrais Elétricas do Norte do Brasil - ELETRONORTE (37%) e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF (12%). A controlada em conjunto possui um acordo de acionistas.
- (q) Solenergias Comercializadora de Energia S.A. ("Solenergias"): Sociedade anônima com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, que tem como principais atividades a comercialização de energia elétrica, gerenciar contratos de fornecimento de energia elétrica de consumidores, organizar leilões de compra e venda de energia elétrica e comercializar insumos para a geração de energia elétrica, tendo como controladora a 55 Soluções S.A..
- (r) Helios Energia Comercializadora e Serviços Ltda.: Sociedade Empresária Limitada com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, que tem como principais atividades a comercialização de energia elétrica, gerenciar contratos de fornecimento de energia elétrica de consumidores, organizar leilões de compra e venda de energia elétrica e comercializar insumos para a geração de energia elétrica, tendo como controladora a Solenergias Comercializadora de Energia S.A..

As controladas CEMAR, CELPA, 55 Soluções, Equatorial Transmissão e as SPE serão doravante mencionadas nas notas explicativas abaixo apenas como "Controladas".

A Geradora de Energia do Norte, Integração Transmissora de Energia S.A. e a Vila Velha são empresas controladas em conjunto (*joint venture*) pela Equatorial, contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação.

As apresentações das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são equânimes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas, incluindo as empresas controladas em conjunto, e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Todos os saldos e transações entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação.

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 8 de março de 2018.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 4.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos, e, as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 6.2 - Contas a receber:** Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável;

- **Nota explicativa 4.2.1 - Receita não faturada:** Estimativas dos montantes da receita sobre a energia consumida porém não faturada;
- **Nota explicativa 15 - Ativo financeiro da concessão:** Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão;
- **Nota explicativa 16 - Intangível:** Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor;
- **Nota explicativa 22 - Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável e disponibilidade de lucro tributável futuro. Os tributos diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores para fins de tributação; e em relação aos prejuízos fiscais, considerando as suas projeções de lucro tributável e disponibilidade de lucro tributável futuro;
- **Nota explicativa 27 - Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios:** Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos;
- **Nota explicativa 38 - Benefício pós-emprego:** Reconhecimento dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria, através da avaliação atuarial que envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões; e
- **Nota explicativa 39.3 - Instrumentos financeiros:** Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 39.3.

3.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Investimentos de curto prazo mensurados pelo valor justo;
- Instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; e
- O ativo ou passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado conforme explicado na nota explicativa 4.4.3.

4 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4.1 Base de consolidação

A Companhia adotou todos os pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017.

4.1.1 Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As entidades controladas são Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, 55 Soluções S.A. (Equatorial Soluções S.A.) e Centrais Elétricas do Pará - CELPA.

4.1.2 Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

4.1.3 Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia deixa de reconhecer os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

4.1.4 Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite à Companhia controle compartilhado da entidade e dá à Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

As entidades controladas em conjunto são a Geradora de Energia do Norte S.A., Vila Velha Termoeletricas Ltda. e a Integração Transmissora de Energia S.A.

4.1.5 Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4.2 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não

monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

4.3 Receita operacional

4.3.1 Distribuição

As receitas de distribuição de suas controladas são classificadas como: i) Fornecimento de energia elétrica para o consumidor, e; ii) Energia elétrica no mercado de curto prazo. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos comerciais incidentes sobre a mesma.

A receita de venda de energia e serviços é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos serviços forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução da energia e serviços puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo sobre a energia vendida, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

Inclui também a receita de construção vinculada ao segmento de distribuição de energia elétrica abrangida no escopo do ICPC 01 - Contratos de concessão (R1)/IFRIC 12. O ICPC 01 (R1) estabelece que as concessionárias de energia elétrica devem registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

As controladas CEMAR e CELPA contabilizam receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim das concessionárias é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) as concessionárias controladas terceirizam a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

4.4 Benefícios a empregados

4.4.1 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4.4.2 Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

4.4.3 Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

4.5 Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

4.6 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita e despesas de juros;

- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- perdas por redução ao valor recuperável em ativo financeiros (que não conta a receber); e
- ganhos/perdas líquidos nos instrumentos de financeiros derivativos que são reconhecidos no resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

4.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, quando aplicável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

4.7.1 Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

A Companhia deve compensar os ativos fiscais correntes e os passivos fiscais correntes se, a Companhia:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.7.2 Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando os critérios aplicáveis são atendidos.

4.8 Estoques

Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição, líquido de provisões para perdas, quando aplicável, e não excedem ao custo de reposição ou ao valor líquido de realização.

4.9 Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, incorporando os saldos dos valores a receber da parcela A e outros itens financeiros no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão. Tal alteração buscou eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros.

Os valores ativos e passivos correspondentes à parcela A são reconhecidos, mensurados e evidenciados, conforme determina a Orientação Técnica - OCPC 08. O referido evento demanda o reconhecimento do saldo de quaisquer diferenças de Parcela A e outros componentes financeiros ainda não recuperados ou liquidados.

4.10 Ativo financeiro da concessão (ativo indenizável)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 60, de 28 de agosto de 2000 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (poder concedente - Outorgante) e as controladas CEMAR e CELPA (concessionárias - operadoras) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pelas concessionárias, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e a melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica das controladas CEMAR e CELPA, a Administração entende que estão atendidas as

condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição (“VNR”) classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o Valor Novo de Reposição (“VNR”) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores, nota 0.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível das controladas CEMAR e CELPA é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

De acordo com a Lei 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Tal normativo só produz efeitos no exercício de 2012, não afetando o resultado de anos anteriores.

A controladas CEMAR e CELPA reconhecem um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e após o reconhecimento inicial estes ativos financeiros são mensurados pelo seu custo amortizado.

Caso as concessionárias sejam ressarcidas pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

4.11 Ativos intangíveis

4.11.1 Contratos de concessão de serviços

As controladas CEMAR e CELPA reconhecem como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando elas têm um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado

pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

4.11.2 Obrigações especiais

Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica representa um passivo financeiro, constituído por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com as controladas CEMAR e CELPA, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador.

4.11.3 Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumulada do seu valor recuperável.

4.11.4 Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

4.11.5 Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão das controladas CEMAR e CELPA ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual as concessionárias têm a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

4.12 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Os passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

4.12.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixam de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia e suas controladas deixam de reconhecer um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.12.2 Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Nas demonstrações do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia e suas controladas.

4.12.3 Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme

incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros, são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

4.12.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A Companhia não possui derivativos embutidos.

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

4.13 Capital social

(i) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 - Tributo sobre o lucro / IAS 12.

(ii) Ações preferenciais

A controladora Equatorial Energia S.A. não possui ações preferenciais.

Ações preferenciais não resgatáveis das controladas CEMAR e CELPA são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e suas controladas e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia e suas controladas.

(iii) Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

A Companhia registra um passivo equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de “dividendo adicional proposto”. Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações financeiras, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

4.14 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

4.15 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor

de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do reconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

As provisões para processos judiciais são constituídas para todas os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.16 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia e suas controladas elaboram demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

4.17 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia e suas controladas.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia e suas controladas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e suas controladas mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e suas controladas determinam que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

4.18 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

4.19 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

(a) Impacto estimado da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e CPC 47 / IFRS 15

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia já avaliou o impacto estimado que a aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9 (veja (b)) e do CPC 47 / IFRS 15 (veja (c)) terá em suas demonstrações financeiras. O impacto estimado da adoção dessas normas sobre o patrimônio da Companhia em 1º de janeiro de 2018 baseia-se em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações financeiras. Os impactos reais da adoção das normas em 1º de janeiro de 2018 podem ser diferentes pois as novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

A Companhia considera que as seguintes normas não tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial.

(i) CPC 48 / IFRS 9 (Instrumentos Financeiros)

O CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(ii) *Classificação - Ativos Financeiros*

O CPC 48 / IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização do ativo financeiro da concessão que é mensurado a valor justo.

(iii) *Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros*

A IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo. A Companhia optou por aplicar esta política também para contas a receber de clientes.

A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável não deverão aumentar para os ativos no modelo do CPC 48 / IFRS 9. Com base em sua avaliação, a Companhia estimou que a aplicação dos requerimentos de *impairment* do CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 não resultará em perdas por redução ao valor recuperável de ativos adicionais, em especial, o contas a receber (contas a receber das Controladas CEMAR e CELPA), por julgar que a atual provisão constituída possui critérios suficientes pois incluem provisões para títulos com 90 dias de vencidos na classe de maior risco, e além disto, possui o critério de analisar adicionalmente os 10 mil maiores clientes, com ou sem débitos parcelados. As ações promovidas pela Companhia quanto à recuperação de crédito junto aos clientes devedores tem se mostrado bastante positiva.

As avaliações das perdas estimadas foram baseadas na experiência real de perda de crédito nos últimos anos. A Companhia analisou separadamente o histórico para cada segmento de clientes (residencial, industrial, comercial, rural e setor público). Além disso, quando aplicável, foram observadas se haveria a necessidade de mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas.

(iv) *Classificação - Passivos Financeiros*

O IFRS 9/CPC 48 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A Companhia não designou e não pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Companhia não indicou qualquer impacto material na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

A Companhia possui passivos financeiros mensurados ao VJR, representados por dívidas em moeda estrangeira, para os quais existem instrumentos financeiros derivativos para mitigação do risco cambial. Para atendimento dos requerimentos contábeis, as variações atribuíveis às alterações no risco de crédito continuarão sendo contabilizadas no resultado.

(v) *Contabilidade de hedge*

Na aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, a Companhia pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de *hedge* do CPC 38 / IAS 39 em vez dos novos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9. A Companhia optou por aplicar os novos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9.

O CPC 48 / IFRS 9 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia e que A Companhia aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. O CPC 48 / IFRS 9 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de *hedge* e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de *hedge*. De acordo com o novo modelo, é possível que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um *hedge* de

um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não-financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de *hedge*. Atualmente, a Companhia não realiza *hedge* de tais componentes de risco.

A controlada CELPA utiliza derivativos para mitigar o risco cambial e de taxa de juros em empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, respectivamente.

Os tipos de relações de contabilidade de *hedge* que a Companhia atualmente designa, atendem aos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9 e estão alinhados com a estratégia e objetivo de gerenciamento de risco da entidade. A Companhia concluiu que não haverá impactos.

(vi) *Divulgações*

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de *hedge*, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais e a Companhia está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

(vii) *Transição*

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.
- As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:
 - a) A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido; e
 - b) A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a VJR.

(b) ***IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)***

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

- **Fornecimento de energia elétrica**

As Controladas CEMAR e CELPA reconhecem a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que a energia fornecida é faturada, mediante a multiplicação do consumo medido pela tarifa vigente. Além do consumo de energia medido na data de leitura, entre a data dessa medição e o encerramento do mês, a Companhia reconhece a receita não

faturada através de estimativa, que é contabilizada em subcontas contábeis apropriadas de fornecimento, suprimento e encargos de distribuição e transmissão não faturados.

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, as Controladas CEMAR e CELPA somente podem contabilizar os efeitos dos contratos com os cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a Companhia deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação, quando devido. Desse modo, contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso, deverão deixar de ter as respectivas receitas reconhecidas. Com base na avaliação da Companhia, esse impacto não é relevante.

As Controladas CEMAR e CELPA são avaliadas pela ANEEL em diversos aspectos no fornecimento de energia elétrica para clientes. Entre eles, está a qualidade do serviço e do produto oferecidos aos consumidores. A qualidade dos serviços prestados compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Destacam-se no aspecto da qualidade do serviço os indicadores de continuidade coletivos, DEC e FEC, e os indicadores de continuidade individuais DIC, FIC e DMIC. Uma vez descumpridos esses indicadores, a Companhia é obrigada a ressarcir os clientes, através de desconto na fatura mensal de consumo de energia. Atualmente, essas penalidades são contabilizadas como despesa operacional.

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares, são classificados pela norma como contraprestação variável. Desse modo, as penalidades que representam ressarcimento aos clientes deverão ser contabilizadas como redutoras da receita de fornecimento de energia e não mais como despesa operacional. Com base na avaliação da Companhia, esse impacto não é relevante.

- **Câmara de Comercialização de Energia - CCEE**

As Controladas CEMAR e CELPA reconhecem a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida para o sistema pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle da energia vendida. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto em suas demonstrações financeiras.

- **Receita pela disponibilidade da rede elétrica**

Essa receita é constituída pelos custos da rede de distribuição e a remuneração das Controladas CEMAR e CELPA pela prestação do serviço ao consumidor final, que compreende consumidores cativos e livres, com base na cobrança de uma tarifa homologada pela ANEEL.

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle da energia vendida. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto em suas demonstrações financeiras.

- **Remuneração do ativo financeiro**

Corresponde a receita de juros que é reconhecida pela taxa efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que iguala exatamente os recebimentos de caixa futuros apurados durante a vida estimada do ativo financeiro ao valor contábil inicial deste ativo.

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

- **Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros**

Correspondem as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

- **Receita de construção da infraestrutura da concessão**

É constituída por investimentos em infraestrutura, com o objetivo de manutenção da operação até o término do contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão e distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, pois há a contrapartida em custos pelo mesmo valor.

O desempenho por parte da Companhia melhora o ativo de concessão, que possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente, tendo em vista que o contrato de concessão prevê o direito a indenização em casos de extinção da concessão, retomada do serviço pelo poder concedente e caducidade em casos de inadimplência. A receita de construção é reconhecida ao longo da execução da obra, juntamente com o custo.

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

i) Transição

A Companhia planeja adotar a IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos da IFRS 15/CPC 47 ao período comparativo apresentado.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

A Companhia está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação do IFRS 15/CPC 47 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma.

(a) IFRS 16 Leases (arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia não possui contratos de arrendamentos, desta forma não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4.20 Assuntos regulatórios

4.20.1 Bandeiras tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor, os custos adicionais de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico.

Atualmente, existem quatro faixas de bandeiras: vermelha - patamar 1, com acréscimo de R\$ 0,03/MWh, vermelha - patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$ 0,05/MWh, amarela, com acréscimo de R\$ 0,01/MWh e verde, sem acréscimo. Em 2017 e 2016, vigorou as seguintes bandeiras tarifárias:

	Cor da bandeira	
	2017	2016
Jan	Verde	Vermelha Patamar 2
Fev	Verde	Vermelha Patamar 1
Mar	Amarela	Amarela
Abr	Vermelha Patamar 1	Verde
Mai	Vermelha Patamar 1	Verde
Jun	Verde	Verde
Jul	Amarela	Verde
Ago	Vermelha Patamar 1	Verde
Set	Amarela	Verde
Out	Vermelha Patamar 2	Verde
Nov	Vermelha Patamar 2	Amarela
Dez	Vermelha Patamar 1	Verde

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as controladas CEMAR e CELPA reconheceram o montante de R\$ 267.070 (R\$ 133.682 em 31 de dezembro de 2016) de bandeira tarifária, sendo que deste montante R\$ 177.560 foram repassados para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT (R\$ 2.653 em 31 de dezembro de 2016), criada

por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

4.20.2 *Sobrecontratação de energia*

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, realizados com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência de um a sete anos, em relação ao início do suprimento da energia contratada. A possibilidade de contratação com antecedência de até sete anos passou a existir após a publicação do Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017.

Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004 se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total de energia da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

O Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017 determinou uma redução de lastro para fins de cobertura de consumo das distribuidoras, de 95% para 90%, referente às cotas de garantia física de energia, das usinas hidrelétricas com concessões prorrogadas ou licitadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, com vigência a partir de 1º de setembro de 2017.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as controladas CEMAR e CELPA fizeram uso dos mecanismos disponíveis para gerenciar a sobrecontratação.

4.20.3 *Conta de Desenvolvimento Energético - CDE*

As distribuidoras de energia elétrica enfrentaram ao longo dos anos de 2013 e 2014 uma significativa pressão sobre os seus resultados e dispêndios de caixa em decorrência da forte elevação dos custos da energia ocasionados pela: (i) elevação de preços no mercado de curto prazo devido a redução da oferta de contratos de energia a partir da não renovação de algumas concessões de usinas geradoras; (ii) condições hidro energéticas desfavoráveis à época, o que culminou no despacho das usinas térmicas com preços bem mais elevados. Diante deste cenário, o Governo Federal, dentre outras medidas, permitiu o repasse às distribuidoras de recursos provenientes do fundo da CDE para neutralizar esses efeitos.

Sendo os recursos provenientes do fundo da CDE insuficientes para neutralizar a exposição das distribuidoras, foi publicado em abril de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos e consequente repasse às empresas distribuidoras.

Para que a CCEE pudesse iniciar a liquidação dos seus compromissos junto aos bancos, todas as distribuidoras iniciaram o repasse nas tarifas a partir do mês de seu Reajuste ou Revisão Tarifária de 2015. Sendo assim, através da Resolução Normativa nº 2.004/15, a ANEEL homologou para as controladas CEMAR e CELPA um incremento na tarifa equivalente a R\$ 28.219 por mês, que está sendo atualizado periodicamente.

Em 25 de abril de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.231, que homologou para as controladas CEMAR e CELPA o montante de R\$ 21.670 por mês, no período de abril de 2017 a março de 2018, e R\$ 27.859 no período de abril de 2018 a março de

2020. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as controladas CEMAR e CELPA efetuaram o pagamento de R\$ 279.686 (R\$ 327.896, em 31 de dezembro de 2016). A CCEE vem liquidando esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas parcelas são estabelecidas pela ANEEL para pagamento mensal de cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. Adicionalmente, as controladas CEMAR e CELPA não disponibilizaram nenhuma garantia direta ou indireta para esses contratos.

4.20.4 Revisão Tarifária Periódica - RTP

CEMAR

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.226 de 25 de abril de 2017, homologou o resultado da 4ª Revisão Tarifária Periódica da CEMAR, em 10,95%, dos quais 6,92% correspondem ao reposicionamento tarifário econômico e 4,03% aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 12,88%, sendo de 11,49%, em média, para os consumidores conectados na alta tensão e de 13,21%, em média, para os consumidores conectados na baixa tensão. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 28 de agosto de 2017 com vigência até 28 de agosto de 2018.

CELPA

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.930 de 04 de agosto de 2015, homologou o resultado da 4ª Revisão Tarifária Periódica da CELPA. A 5ª Revisão Tarifária Periódica será aplicada em agosto de 2019.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 7,47%, sendo de 10,22%, em média, para os consumidores conectados na alta tensão e de 6,30%, em média, para os consumidores conectados na baixa tensão. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 07 de agosto de 2015 com vigência até 06 de agosto de 2016.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	468	-	112.687	67.693
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	1.247.370	137.661	4.059.787	853.091
Total	1.247.838	137.661	4.172.474	920.784
(i) Aplicações financeiras de curto prazo	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
CDB	55.686	137.329	391.804	704.785
Fundos de investimentos (a)	1.191.335	-	3.607.310	-
Debêntures compromissadas	349	332	60.673	148.306
Total	1.247.370	137.661	4.059.787	853.091

- (a) A variação é: i) resultado da adequação a política de investimentos do grupo Equatorial Energia, migrando os recursos de investimento de curto prazo (Fundos de Investimentos Exclusivos do Grupo Equatorial Energia) para caixa e equivalentes de caixa. Estas aplicações apesar de atenderem anteriormente às premissas do CPC 03 (R2), quanto à classificação como caixa e equivalentes de caixa, estavam classificadas como investimentos de curto prazo (nota explicativa nº 6) pois não havia a expectativa da Administração em utilizar estes recursos na gestão de caixa da Companhia; ii) entrada da 1ª emissão de Notas Promissórias no valor de R\$ 500.000 na controlada CEMAR; e iii) entrada da 8ª emissão de debêntures no valor de R\$500.000 na controlada CEMAR.

As aplicações financeiras de curto prazo, referem-se, substancialmente, a renda fixa, lastreados a CDB - Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas com característica de recompra, de alta liquidez, contratados diretamente com as instituições financeiras que operam no Mercado Financeiro Nacional e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com percentual em torno de 100,18% (99,77% em 31 de dezembro de 2016) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia e suas controladas prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Essas operações têm vencimentos inferiores a três meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor, logo são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras com classificação de risco acima de AA e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia e suas controladas. As operações são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com percentual em torno de 105,49% (102,81% em 31 de dezembro de 2016) e classificados como ativos financeiros ao valor justo. Essas operações têm vencimentos inferiores a três meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor, logo são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

6 Investimento de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fundos de investimentos (a)	-	350.366	-	2.133.514
Outros	-	-	919	3.621
Total	-	350.366	919	2.137.135

7 Contas a receber de clientes (Consolidado)

7.1 Composição dos saldos

	31/12/2017	31/12/2016
Contas a receber de consumidores faturados	1.556.676	1.587.366
Contas a receber de consumidores não faturados (a)	292.977	272.652
Parcelamentos (b)	1.394.480	973.436
Baixa renda e viva luz	85.704	62.375
Outras	166.827	123.286
Total	3.496.664	3.019.115
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(443.755)	(355.007)
Total contas a receber clientes	3.052.909	2.664.108
Circulante	2.439.478	2.292.104
Não circulante	613.431	372.004

As variações dos saldos nas rubricas de contas a receber de consumidores faturados e parcelamentos, referem-se, respectivamente, a melhora na arrecadação ocasionada pelo aumento das ações de cobrança; e negociações dos débitos dos clientes inadimplentes com mais de cinco faturas. O maior impacto destas variações decorrem da controlada CELPA.

- (a) Consiste na estimativa de energia fornecida entre a data de leitura e o encerramento do mês, conforme prática estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico de 2015; e
- (b) Parcelamentos sobre faturas de energia elétrica das controladas CEMAR e CELPA, podem ser efetuados com prazo de até 48 vezes, no entanto a parcela deve ficar em um patamar de até 30% da fatura do cliente. Os parcelamentos possuem juros de 1% a.m. O crescimento de parcelamentos deve-se, principalmente, às novas ações de combate à inadimplência que foram implementadas a partir de dezembro de 2016 principalmente nos clientes que já possuíam parte da dívida provisionadas em perdas. Parte destas dívidas foram negociadas com os clientes a medida que eles já não possuíam capacidade de pagar o débito total.

7.2 Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber (CEMAR e CELPA)

	31/12/2016	Provisões adições	Reversões (baixas) (a)	31/12/2017
Contas a receber de consumidores faturados	253.236	418.245	(452.976)	218.505
Parcelamentos	91.416	203.253	(83.861)	210.808
Outras	10.355	16.182	(12.095)	14.442
Total	355.007	637.680	(548.932)	443.755

	31/12/2015	Provisões adições	Reversões (baixas)	31/12/2016
Contas a receber de consumidores faturados	449.314	230.017	(426.095)	253.236
Parcelamentos	81.453	124.864	(114.901)	91.416
Outras ¹	2.954	11.207	(3.806)	10.355
Total	533.721	366.088	(544.802)	355.007

- (a) A controlada CELPA reavaliou os títulos de consumidores por vencimento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, verificou-se um total de R\$ 161.388 (R\$ 399.964 em 31 de dezembro de 2016) encontravam-se vencidos há mais de 360 dias. Assim, a Companhia realizou a baixa dos mesmos, levando em consideração os prazos legalmente estabelecidos. A referida baixa não impactou o resultado do exercício, visto que os títulos baixados estavam provisionados.

¹ A Companhia, para melhor apresentação, concatenou as informações “Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, Serviços prestados a terceiros, Cheques em cobrança” formando assim a linha de “Outras”.

A constituição da provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Cientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento. Para os 10 mil maiores clientes, com ou sem débitos parcelados, com faturas provisionadas como perda por classe de consumo, consideram-se todas as suas demais faturas, vencidas e a vencer para inclusão na provisão para redução ao valor recuperável.

Para os demais casos aplicamos as regras abaixo

- Consumidores residenciais - vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais 360 dias.
- Os critérios apresentados acima também são adotados para o contas a receber de parcelamento.

a. Contas a receber de consumidores faturados (CEMAR e CELPA)

31/12/2017				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	312.299	361.813	121.995	796.107
Industrial	74.859	23.676	42.030	140.565
Comercial	169.864	72.892	42.376	285.132
Rural	21.263	23.777	26.647	71.687
Poder público	71.371	67.209	23.463	162.043
Iluminação pública	19.637	11.943	15.536	47.116
Serviço público	18.968	20.022	15.036	54.026
Total fornecimento faturado	688.261	581.332	287.083	1.556.676

	31/12/2016			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	310.424	392.818	123.878	827.120
Industrial	81.755	26.068	51.024	158.847
Comercial	180.605	84.913	37.191	302.709
Rural	20.221	18.949	21.673	60.843
Poder público	131.119	7.120	4.772	143.011
Iluminação pública	57.973	8	744	58.725
Serviço público	34.803	797	511	36.111
Total fornecimento faturado	816.900	530.673	239.793	1.587.366

b. Parcelamentos

	31/12/2017			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	744.476	65.713	150.858	961.047
Industrial	35.291	4.872	15.042	55.205
Comercial	103.710	10.628	27.812	142.150
Rural	31.365	3.371	8.232	42.968
Poder público	103.434	3.948	7.429	114.811
Iluminação pública	27.256	2.337	979	30.572
Serviço público	43.943	2.046	1.738	47.727
Total do parcelamento	1.089.475	92.915	212.090	1.394.480

	31/12/2016			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	538.879	49.490	59.107	647.476
Industrial	44.245	4.986	13.338	62.569
Comercial	83.289	8.662	10.916	102.867
Rural	22.092	2.323	4.799	29.214
Poder público	77.468	4.960	4.254	86.682
Iluminação pública	16.581	761	319	17.661
Serviço público	23.568	2.576	823	26.967
Total do parcelamento	806.122	73.758	93.556	973.436

8 Aquisição de combustível - conta CCC (Consolidado)

A Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC foi criada pelo Decreto nº 73.102, de 7 de novembro de 1973, com a finalidade de aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoeletrônica nos sistemas isolados, especialmente na região norte do país. O objetivo da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, é reembolsar os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados, que deverá ocorrer através da CCC.

A controlada CELPA detém, em 31 de dezembro de 2017, créditos junto à CCC no montante de R\$ 179.206 (R\$ 158.044 em 31 de dezembro de 2016), conforme a seguir demonstrados. Os valores classificados como circulante estão sendo recebidos dentro dos prazos estabelecidos, todavia os do não circulante aguardam o encerramento da fiscalização da ANEEL, iniciada através do Ofício nº 530/2016 - SFF (Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira).

Os créditos supracitados estão registrados pelo valor histórico, não constam registros de encargos pelo atraso nos repasses.

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	77.895	64.738
Não circulante	101.311	93.306
Total	<u>179.206</u>	<u>158.044</u>

9 Serviços pedidos (Consolidado)

Refere-se aos custos apurados através de serviços executados para terceiros ou para a própria outorgada registrados através de Ordens de Serviços - ODS, custos referentes à retirada (baixa) de bem integrante do ativo imobilizado registrados através de Ordens de Desativações - ODD e custos de alienações de bens mediante a emissão de Ordens de Alienação - ODA, sendo os critérios para apuração desses custos estabelecidos e determinados pelo Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSE.

	31/12/2017	31/12/2016
Desativações e alienações em curso (a)	39.050	23.719
Serviço próprio (b)	19.455	11.543
Serviço próprio P&D e PEE (c)	78.659	64.960
Serviços prestados a terceiros (d)	49.903	29.338
Transformação fabricação e reparos de materiais	1.171	1.002
Outros	7.564	3.043
Total	<u>195.802</u>	<u>133.605</u>

- (a) Refere-se principalmente ao aumento dos custos com retirada (baixa) de bens integrantes do ativo imobilizado registrados através de ordens de desativações, entre as quais destacamos: baixa de medidores; geradores, transformadores e religadores de distribuição;
- (b) Referem-se principalmente ao aumento na emissão de ordens de serviços para apuração de custos com a execução dos serviços de relocação de instalações elétricas;
- (c) Referem-se ao aumento na aplicação de recursos em projetos que têm como objetivo a promoção da eficiência energética no uso final da energia elétrica; e
- (d) Referem-se principalmente ao aumento da instalação e retirada de rede e ramal de serviço de caráter temporário para o estabelecimento de fornecimento provisório.

10 Valores a receber (devolver) de parcela A e outros itens financeiros (Consolidado)

A conta de compensação dos Valores da Parcela A (CVA) é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas, em que a concessionária contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

Equatorial Energia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017

	31/12/2017		
	Circulante	Não circulante	Total
Parcela A			-
CDE - conta de desenvolvimento energético	(15.858)	(25.400)	(41.258)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	834	(47)	787
Rede básica	11.683	43.059	54.742
Compra de energia - CVA	122.927	357.729	480.656
ESS - encargos do serviço do sistema	(120.541)	(224.380)	(344.921)
	(955)	150.961	150.006
Itens financeiros			
Sobrecontratação de energia	38.726	127.282	166.008
Neutralidade	23.753	(22.713)	1.040
CEPISA violação do limite de continuidade	268	-	268
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	-	(138.477)	(138.477)
Ativo regulatório ANGRA III	37.778	3.439	41.217
Outros	844	(471)	373
	101.369	(30.940)	70.429
Total ativo (passivo)	100.414	120.021	220.435

	31/12/2016		
	Circulante	Não circulante	Total
Parcela A			
CDE - conta de desenvolvimento energético	(9.865)	905	(8.960)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	12.713	310	13.023
Rede básica	(1.588)	8.029	6.441
Compra energia - CVA	92.201	162.223	254.424
ESS - encargos do serviço do sistema	(55.751)	(69.556)	(125.307)
	37.710	101.911	139.621
Itens financeiros			
Sobrecontratação energia	(21.598)	13.469	(8.129)
Exposição financeira	(50.556)	(15.864)	(66.420)
Eletro nuclear	245	-	245
CEPISA violação do limite de continuidade	75	-	75
Neutralidade	(38.123)	(24.488)	(62.611)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	-	(77.488)	(77.488)
Outros	723	959	1.682
	(109.234)	(103.412)	(212.646)
Total ativo (passivo)	(71.524)	(1.501)	(73.025)

As controladas CEMAR e CELPA passaram a registrar os valores oriundos das Parcela A de acordo com o período de competência e de maneira prospectiva, conforme OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade.

Equatorial Energia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017

	31/12/2016	Constituição	Baixa	Atualização	Amortizações	31/12/2017
Parcela A						
CDE - conta de desenvolvimento energético (a)	(8.960)	(60.911)	14.869	(1.406)	15.150	(41.258)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	13.023	(544)	(1.080)	590	(11.202)	787
Rede básica (b)	6.441	48.665	4.285	2.031	(6.680)	54.742
Compra de energia - CVA (c)	254.424	333.234	53.593	31.679	(192.274)	480.656
ESS - encargos do serviço do sistema (d)	(125.307)	(320.759)	(6.886)	(18.405)	126.436	(344.921)
	<u>139.621</u>	<u>(315)</u>	<u>64.781</u>	<u>14.489</u>	<u>(68.570)</u>	<u>150.006</u>
Itens financeiros						
Sobrecontratação de energia (e)	(8.129)	183.654	(7.346)	5.699	(7.870)	166.008
Exposição financeira (f)	(66.420)	67.432	(43.580)	101	42.467	-
Eletro nuclear	245	-	(47)	-	(198)	-
Neutralidade	(62.611)	31.536	17.204	(102)	15.013	1.040
CEPISA violação do limite de continuidade	75	86	(242)	(35)	384	268
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente (g)	(77.488)	(51.915)	-	(9.074)	-	(138.477)
Ativo regulatório ANGRA III (h)	-	24.593	37.701	1.709	(22.786)	41.217
Outros	1.682	1.092	(2.140)	897	(1.158)	373
	<u>(212.646)</u>	<u>256.478</u>	<u>1.550</u>	<u>(805)</u>	<u>25.852</u>	<u>70.429</u>
Total	<u>(73.025)</u>	<u>256.163</u>	<u>66.331</u>	<u>13.684</u>	<u>(42.718)</u>	<u>220.435</u>
Circulante	(71.524)					84.941
Não circulante	(1.501)					135.494

	31/12/2015	Constituição	Baixa	Atualização	Amortizações	31/12/2016
Parcela A						
CDE - conta de desenvolvimento energético	52.885	(16.936)	(28.198)	6.632	(23.343)	(8.960)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	814	7.470	1.035	2.175	1.529	13.023
Rede básica	13.139	16.584	(9.531)	845	(14.596)	6.441
Compra energia - CVA	249.127	247.440	88.750	21.679	(352.572)	254.424
ESS - encargos do serviço do sistema	(209.697)	7.050	(6.724)	(16.786)	100.850	(125.307)
	<u>106.268</u>	<u>261.608</u>	<u>45.332</u>	<u>14.545</u>	<u>(288.132)</u>	<u>139.621</u>
Itens financeiros						
Sobrecontratação energia	(108.846)	103.556	(60.144)	2.323	54.982	(8.129)
Exposição financeira	21.358	(76.382)	1.005	(2.964)	(9.437)	(66.420)
PIS/COFINS	(11.121)	18.546	(7.425)	-	-	-
Eletro nuclear	6.763	-	573	-	(7.091)	245
CEPISA violação do limite de continuidade	2.602	(2.527)	-	-	-	75
Neutralidade	(54.321)	(44.394)	11.541	(4.258)	28.821	(62.611)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(30.288)	(38.817)	-	(8.383)	-	(77.488)
Outros	1.046	2.159	(738)	48	(833)	1.682
	<u>(172.807)</u>	<u>(37.859)</u>	<u>(55.188)</u>	<u>(13.234)</u>	<u>66.442</u>	<u>(212.646)</u>
Total	<u>(66.539)</u>	<u>223.749</u>	<u>(9.856)</u>	<u>1.311</u>	<u>(221.690)</u>	<u>(73.025)</u>
Circulante	(49.561)					(71.524)
Não circulante	(16.978)					(1.501)

- (a) A conta de CDE teve uma constituição passiva, decorrente da mudança dos valores homologados em 2017 que fizeram com que o custo com esse encargo fosse reduzida. Porém como o reajuste tarifário das controladas CEMAR e CELPA acontecem somente em agosto, a base tarifária ainda considerava o custo homologado em 2016, o qual era maior que o de 2017;
- (b) O aumento do custo com as transmissoras da Rede Básica é decorrente do orçamento aprovado pela ANEEL em 2017, que elevou as tarifas das transmissoras;
- (c) A variação observada representa um aumento dos custos com os novos contratos vigentes a partir de 2017 acrescido de maiores despesas com o risco hidrológico e efeito disponibilidade que são resultados dos custos repassados às distribuidoras CEMAR e CELPA para atendimento do mercado, afetado diretamente pelo cenário em que a situação hidrológica ainda está abaixo do nível esperado, o acionamento de térmicas com PLD elevado se faz necessário, incorrendo em maiores custos;
- (d) O Encargo de Serviço do Sistema está relacionado ao pagamento de Usinas Térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do PLD. A medida de despachar essas térmicas é tomada pelo Operador Nacional do Sistema - ONS para garantir a segurança energética do Sistema. No reajuste anual das controladas CELPA e CEMAR o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi superior as despesas efetivamente pagas pelas empresas, o que no procedimento de modicidade tarifária resulta na devolução via passivo regulatório. Com isso no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a conta de ESS realizou-se abaixo da cobertura tarifária, o que resulta em uma constituição passiva de R\$ 109.379 na controlada CEMAR, e R\$ 211.380 na controlada CELPA oriundo do cenário de redução da quantidade de despacho térmico (nota de movimentação da CVA). Acrescenta-se ainda o recebimento de receitas da Conta de Energia de Reserva, CONER;

- (e) No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o PLD teve média a de R\$ 82,75 na controlada CEMAR e R\$ 102,85 na controlada CELPA a cada MWh, sendo inferior ao mesmo exercício em 2017, que teve um preço médio de R\$ 201,66 e R\$ 255,66 respectivamente nas controladas CEMAR e CELPA para cada MWh, e com isso constituindo um componente ativo do ano de 2017. A apuração da sobrecontratação é resultante da diferença entre o PLD e o preço médio de compra da distribuidora, associado a montante negociado ao mercado de curto prazo;
- (f) Após o processo de revisão tarifária periódica de 2017, a ANEEL alterou a forma de contabilizar a exposição financeira pois passou a considerar como ativo/passivo regulatório na constituição da CVA de energia;
- (g) Devido a primeira revisão tarifária subsequente ao 3º ciclo de revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica foi estabelecida sistemática em que o valor acumulado de receitas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativo até a data do laudo de avaliação dos ativos, deverá ser transferido para a conta de obrigações especiais, quando, então, receberá o tratamento usual da contrapartida da depreciação dos respectivos ativos alocados como investimentos originários dessas obrigações especiais; e
- (h) Refere-se ao recálculo das tarifas dos agentes de distribuição de maneira a excluir do Encargo de Energia de Reserva (EER) a parcela correspondente à contratação da usina nuclear de Angra III no ano de 2016. Em dezembro de 2015, por meio do Despacho n. 4.043, a ANEEL determinou o não recolhimento do encargo para os anos de 2016 e 2017, devido às obras da usina não terem sido concluídas.

Anualmente, no mês de agosto, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário das controladas CEMAR e CELPA adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). Através da Resolução Homologatória nº 2.289, de 22 de agosto de 2017, a ANEEL realizou a revisão tarifária da controlada CEMAR, onde as novas tarifas entraram em vigor no dia 28 de agosto de 2017 com vigência até 27 de agosto de 2018, e através da Resolução Homologatória nº 2.284, de 31 de agosto de 2017, a ANEEL realizou o reajuste tarifário anual da controlada CELPA, onde as novas tarifas entraram em vigor no dia 7 de agosto de 2017 com vigência até 6 de agosto de 2018.

Nesse processo as CVA contabilizadas pelas controladas são validadas devendo ser feita a baixa das diferenças entre o valor apurado pela CEMAR e CELPA e o concedido pela ANEEL no mesmo período. As tarifas de aplicação das controladas ficaram em média, reajustadas em 12,88% na CEMAR e 7,19% na CELPA, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, considerando-se os componentes financeiros incluídos nas tarifas das Controladas.

11 Impostos a recuperar

Os saldos do circulante e não circulante em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados conforme a seguir:

11.1 Impostos e contribuições a recuperar (Consolidado)

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		
ICMS a recuperar (CIAP) (a)	83.424	85.874
INSS ²	10.206	165
PIS e COFINS	6.933	-
Outros	16.574	18.961
Total	117.137	105.000
Não circulante		
ICMS a recuperar (CIAP) (a)	127.628	127.588
Outros	3.119	3.048
Total	130.747	130.636

- (a) Parcelamentos concedidos pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) originário de débitos de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o qual será pago em parcelas mensais corrigidas pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, acrescido de 1% de juros.

² Para fins de comparabilidade e melhor análise dos saldos com o exercício atual, as controladas CEMAR e CELPA em 31 de dezembro de 2016 discriminaram em rubricas específicas "INSS" antes classificados como "Outros".

11.2 Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
IRRF sobre aplicação financeira	7.559	3.246	76.120	51.052
Antecipação de IRPJ/CSLL	6.241	4.089	14.817	9.811
IRPJ/CSLL a restituir (a)	9.674	8.135	37.848	55.888
IRRF/CSLL retido na fonte	6.491	6.489	27.279	11.158
Total	29.965	21.959	156.064	127.909
Não circulante				
IRPJ/CSLL restituir (a)	-	-	45.561	42.833
Total	-	-	45.561	42.833

- (a) Na controlada CELPA os valores registrados no circulante são originários de antecipações e de valores retidos na fonte de IRPJ e CSLL, do ano de 2016, e são recuperados no exercício subsequente, na forma de saldo negativo, compensando-os com os tributos federais devidos. O valor registrado no não circulante é decorrente de pedido de restituição oriundo de antecipações de IRPJ e CSLL do ano-calendário de 2004 e que foram pagas através de parcelamento na forma da Lei nº 11.941/2009 e serão recuperados quando da homologação pela Receita Federal.

12 Outros créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
Valores a recuperar de empregados	-	-	3.448	1.778
Adiantamento a fornecedores (a)	-	-	12.322	4.402
Alienação de bens e direitos	-	-	5.498	5.191
Crédito ressarcimento de energia	-	-	3.564	2.665
Créditos em conta de energia elétrica	-	-	871	1.374
Despesas pagas antecipadamente	-	-	897	897
Arrecadação de convênios ³ (b)	-	-	24.007	13.995
Neutralidade PIS/COFINS (c)	-	-	-	4.967
Subvenção descontos tarifários ¹ (d)	-	-	86.653	14.753
Outros créditos a receber (e)	8.174	2.665	56.815	39.220
Total	8.174	2.665	194.075	89.242
Não circulante				
Valores a liberar (f)	-	-	16.287	16.140
Caução em garantia (g)	-	-	62.393	49.170
Cessão de crédito - CELPA	8.601	48.219	-	-
Adiantamento a fornecedores (h)	-	-	100.773	-
Outros créditos a receber	60	-	8.383	1.655
Total	8.661	48.219	187.836	66.965

- (a) Pagamento antecipado das cotas de custeio do PROINFA da controlada CELPA;
- (b) Referem-se, principalmente, às taxas administrativas de faturamento da contribuição de iluminação pública;
- (c) Diferenças apuradas entre o PIS/COFINS resultantes da aplicação das alíquotas médias equivalentes sobre a receita do mês de referência e os valores efetivamente arrecadados no mês de vigência da alíquota média equivalente;
- (d) Referem-se aos valores de subsídio CCEE conforme Nota Técnica da ANEEL nº 226 de 26 de julho de 2017;
- (e) O montante tem como principais saldos as operações com a controlada CELPA: i) R\$ 8.029 de uso mútuo de poste, que é o compartilhamento da infraestrutura da disponibilidade de energia elétrica, contabilizados; ii) R\$ 10.072 refere-se a incorporação de rede, participação financeira de obras conforme Resolução 223/229/414 - ANEEL; e iii) R\$ 12.095 outros valores diversos a receber;
- (f) A controlada CELPA possui saldo de valores a liberar com o Banco Daycoval no montante de R\$ 14.862 bloqueado em decorrência dos contratos de financiamentos repactuados através do Plano de Recuperação Judicial;

³ Para fins de comparabilidade e melhor análise dos saldos com o exercício atual, a Companhia em 31 de dezembro de 2016 discriminou em rubricas específicas “arrecadação de convênios”, “subvenção descontos tarifários” e “neutralidade PIS/COFINS” antes classificados como “outros créditos a receber” e refez a composição de “valores a recuperar de empregados” e “alienação de bens e direitos”.

- (g) Refere-se ao saldo da controlada CELPA em cumprimento às exigências contratuais do contrato de Dívida de Médio e Longo Prazo (DMLP), junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Bônus de Desconto e Bônus ao Par, são mantidas garantias constituídas em forma de caução em dinheiro junto a STN e que se destinam a amortizar os valores de principal desses empréstimos, cujo vencimento se dá em 15 de abril de 2024; e
- (h) Valor refere-se aos adiantamentos a fornecedores relativos às controladas Transmissoras (SPEs) para construção de instalações de transmissão, os quais serão revertidos ao poder concedente ao final do prazo de concessão.

13 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Controladora com suas controladas, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas estão demonstradas conforme a seguir:

Controladora								
Empresas	Ref.	Natureza da operação	31/12/2017			31/12/2016		
			Ativo	Passivo	Resultado/ despesa	Ativo	Passivo	Resultado/ despesa
CEMAR	(a)	Contrato de compartilhamento	-	(842)	-	-	-	-
		Dividendos	59.962	-	-	49.499	-	-
CELPA	(b)	Cessão de créditos	8.661	-	(2.265)	8.118	-	(30.788)
		Contrato de mútuo	-	-	-	51.188	-	(12.796)
		Dividendos	122.660	-	-	66.450	-	-
55 Soluções		Dividendos	4.700	-	-	2.614	-	-

Consolidado								
Empresas	Ref.	Natureza da operação	31/12/2017			31/12/2016		
			Ativo	Passivo	Resultado/ despesa	Ativo	Passivo	Resultado/ despesa
Eletrobras	(c)	Empréstimo	-	(131.946)	-	-	(270.285)	18.438
		Dividendos	-	(32.456)	-	-	(26.229)	-
FASCEMAR	(d)	Previdência privada	-	-	1.520	-	-	5.629
Geradora de Energia do Norte	(e)	Contrato de compartilhamento	13	-	-	13	-	-
		Compra de energia elétrica	-	(151)	15.591	-	-	1.743

- (a) Os valores entre a controlada CEMAR e a Companhia são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado; e de dividendos a receber;
- (b) Os valores com a CELPA são provenientes da aquisição direta ou indireta e negociação dos créditos constantes na recuperação judicial desta controlada, devidos aos seguintes credores: BNDES, Banco Bradesco, Banco Itaú BBA/ Unibanco, BIC Banco, Banco Merrill Lynch e Banco Société Générale. O saldo será amortizado em 10 parcelas anuais, fixas e iguais, vencendo-se a primeira parcela no último dia de 30 de setembro de 2034, a última parcela no último dia de 30 de setembro de 2043;
- (c) Os valores com a Eletrobras são referentes aos dividendos a pagar e a contratos de empréstimos com a controlada CEMAR. Os contratos de empréstimos com a Eletrobras são provenientes de linhas de financiamento específicas para o Setor Elétrico e suas condições são igualmente praticadas com outras distribuidoras de energia elétrica do Brasil;
- (d) Os valores são provenientes das contribuições das patrocinadoras controladas CEMAR e CELPA com sua Fundação de Previdência Complementar; e
- (e) Os valores com a Geradora de Energia do Norte S.A. ("Gera Maranhão") são provenientes do contrato de compra de energia elétrica CCEAR Nº 5555/2007 - 29413N - 29414N com vigência até 2024 com a controlada CEMAR, que é pactuado em condições normais de mercado.

A Companhia detém ainda, valores com a FASCEMAR provenientes de confissão de dívida no montante de R\$ 5.130 e das contribuições da patrocinadora CELPA com sua Fundação de Previdência Complementar com efeito no resultado de R\$ 4.249 no exercício findo de 31 de dezembro de 2017 (R\$ 6.606 e R\$ 3.002 sendo Previdência Complementar e efeito no resultado,

respectivamente, em 31 de dezembro de 2016). As condições do plano de previdência da CELPA com a FASCEMAR estão descritas conforme Nota 38.

A Companhia adicionalmente possui as seguintes partes relacionadas, para as quais não há saldos movimentados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016: Equatorial Telecomunicações, Solenergias Comercializadora de Energia, Hélios Energia Comercializadora de Serviços, Integração Transmissora de Energia, Equatorial Transmissora 01 SPE S.A, Equatorial Transmissora 02 SPE S.A, Equatorial Transmissora 03 SPE S.A, Equatorial Transmissora 04 SPE S.A, Equatorial Transmissora 05 SPE S.A, Equatorial Transmissora 06 SPE S.A, Equatorial Transmissora 07 SPE S.A, Equatorial Transmissora 08 SPE S.A e Equatorial Transmissão.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros de Administração e Diretores. A remuneração foi fixada em até R\$ 15.500, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de maio de 2017.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício findo 31 de dezembro de 2017:

Conselho de Administração	31/12/2017
Remuneração fixa:	100%
Diretoria	
Remuneração fixa:	19%
Remuneração variável:	66%
Remuneração baseada em ações:	15%

Remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria paga pela Companhia no exercício:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Números de membros	7	7	14
Remuneração fixa anual	1.080	2.379	3.459
Salário ou pró-labore	1.080	2.245	3.325
Benefícios diretos e indiretos	-	134	134
Remuneração variável	-	8.127	8.127
Bônus	-	8.127	8.127
Benefícios pós emprego	-	14	14
Remuneração baseada em ações	-	1.802	1.802
Valor total da remuneração por órgão	1.080	12.322	13.402

Garantias

A Companhia presta garantia como avalista ou fiadora das controladas CEMAR e CELPA, sem ônus, nos contratos de financiamentos abaixo listados:

CEMAR

Instituição	Valor do financiamento	% do aval	Início	Término	Valor liberado	31/12/2017
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Simplificado)	776	100	25/03/2010	15/10/2019	776	179
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Convencional)	17.262	100	17/08/2010	15/04/2020	17.262	5.083
Banco do Brasil - CCB Nº 21/00003-4	90.000	100	19/12/2014	11/04/2018	90.000	91.469
Banco do Brasil - CCB Nº 20/02000-7	150.000	100	19/12/2014	12/06/2018	150.000	150.515
Banco do Brasil - CCB Nº 20/02002-3	40.000	100	19/12/2014	15/06/2018	40.000	40.103
Banco do Brasil - CCB Nº 2100010-7	20.000	100	19/12/2014	03/12/2017	20.000	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (11.2.0841.1)	175.237	100	11/11/2011	15/11/2021	175.237	16.216
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (12.2.1211.1)	516.488	100	13/12/2012	15/12/2022	467.280	258.469
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (14.2.1233.1)	557.700	100	30/12/2014	15/03/2024	427.375	442.670
Banco do Nordeste do Brasil - BNB (193.2008.2808.3018)	144.939	100	05/02/2009	05/02/2021	144.939	57.768
Caixa Econômica Federal - Contrato Nº 415.866-52/2013 - FINISA	25.763	100	04/10/2013	07/10/2025	25.763	21.461
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	7.956	100	07/11/2011	15/03/2020	7.956	2.528
Total	1.746.121	-	-	-	1.566.588	1.086.461

CELPA

Instituição	Valor do financiamento	% do aval	Início	Término	Valor liberado	31/12/2017
Banco Interamericano de Desenvolvimento (RJ)	121.095	100	01/09/2012	31/08/2026	121.095	199.926
Banco IBM (Capital de Giro)	10.000	100	19/09/2014	19/03/2018	10.000	729
Banco Guanabara - (Capital de Giro CCB)	8.114	100	20/10/2014	22/10/2018	8.114	1.694
Banco IBM (Capital de Giro)	20.900	100	30/12/2014	30/06/2018	22.900	3.287
BNDES (Financiamento 13/14)	498.073	100	26/12/2014	15/05/2024	407.150	268.344
BNDES (Financiamento - Torre 15/16/17)	863.191	100	27/12/2015	15/03/2024	610.444	607.736
Banco IBM (Capital de Giro)	22.900	100	03/07/2015	03/01/2019	22.900	7.365
Banco IBM (Capital de Giro)	2.147	100	16/05/2016	16/11/2019	2.147	1.197
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Trabalhista - Processo nº.0001146-69.2013.5.08.0003)	514	100	16/11/2017	16/11/2019	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial -Tributário - Execução Fiscal - PGFN)	1.117	100	23/11/2015	23/11/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0000239-31.2007.8.14.0054)	389	100	11/12/2017	11/12/2018	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo 0000851-74.2014.5.08.0107)	200	100	18/01/2016	18/01/2018	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - AI nº. 001/2012 e 002/2012 - ISS de Portel)	24.792	100	18/01/2016	18/01/2021	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo 0000474-07.2005.8.14.0005)	1372	100	23/03/2016	23/03/2019	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo 0002876-91.2000.8.14.0028)	1397	100	14/04/2016	14/04/2019	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo 0000197-87.2006.8.14.0070)	1.917	100	18/04/2016	18/04/2019	N/A	N/A
Fator Seguradora (Seguro Judicial - Segurado PINE)	42.600	100	08/06/2017	08/06/2019	N/A	N/A
Austral Seguradora (Garantia Judicial - AI: 032809-A do ICMBio)	66	100	10/08/2015	10/05/2018	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 001.2012.908.134-3 - 3ª Vara de Execução Fiscal de Belém/PA)	4.418	100	13/01/2015	13/01/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 001.2012.923.686-3 - 3ª Vara de Execução Fiscal de Belém/PA)	79	100	13/01/2015	13/01/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0000578-90.1997.8.14.0301 Civil)	1.315	100	09/07/2015	09/07/2018	N/A	N/A
Austral Seguradora (Garantia de Compra de Energia - Leilão nº. 14/2015)	19	100	02/03/2017	02/03/2018	N/A	N/A
Austral Seguradora (Garantia de Compra de Energia - Leilão nº. 18º LEN)	28	100	02/04/2017	02/04/2018	N/A	N/A
Austral Seguradora (Garantia de Compra de Energia - Leilão nº. 05/2017)	94	100	07/12/2017	10/08/2018	N/A	N/A

Instituição	Valor do financiamento	% do aval	Início	Término	Valor liberado	31/12/2017
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0009689-93.2014.8.14.0040 Execução Fiscal de Parauapebas)	18	100	15/05/2015	15/05/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0000001-71.1998.14.0007 - Antônio Pereira Lobo)	3920	100	14/06/2016	14/06/2018	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0081824-49.2015.8.14.0079-S.M.F.M. Lobato & Cia)	1.056	100	28/11/2016	28/11/2018	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº 0021088-44.2016.8.14.0301)	95	100	20/03/2017	20/03/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº 0000587-05.2015.5.08.0016)	3131	100	21/05/2017	21/05/2019	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0019743-82.2012.8.14.0301)	3.749	100	06/04/2017	06/04/2018	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0000130-68.2008.8.14.0058)	3.499	100	23/10/2017	23/10/2019	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 00001028-69.2013.5.08.0011)	3.071	100	10/10/2017	10/10/2019	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0014177-33.2010.8.14.8.14.0051)	206	100	23/10/2017	23/10/2019	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0001112-89.2012.5.08.0016)	331	100	30/10/2017	30/10/2019	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0002689-95.2001.8.14.0301)	2.042	100	24/04/2017	24/04/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0000595-21.2011.5.08.0113)	304	100	05/06/2017	05/06/2018	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0001203-02.2014.5.08.0117)	471	100	06/06/2017	06/06/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0029996-61.2014.8.14.0301)	632	100	04/08/2017	04/08/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0000242-83.2017.5.08.011)	328	100	08/08/2017	08/08/2019	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. ExCCJ-0000570-66.2015.5.08.0016)	1028	100	14/09/2017	14/09/2019	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0020853-21.2015.8.14.0040)	50	100	11/09/2017	11/09/2019	N/A	N/A
Total	1.650.668				1.204.750	1.090.278

14 Sub-rogação CCC (Consolidado)

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 1.999, de 7 de julho de 2009, alterada pela Resolução Autorizativa - ANEEL nº 3.405, de 27 de março de 2012 a controlada CELPA foi enquadrada na sub-rogação dos benefícios do rateio da CCC, que trata da interligação de municípios isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN, para a ilha do Marajó. Atualmente, a sub-rogação é regida pela Resolução Normativa ANEEL n.º 427 de 22 de Fevereiro de 2011.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio. O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas “223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica”.

O valor do investimento reconhecido e aprovado pela ANEEL para interligação da Ilha do Marajó é de R\$ 465.198, dividido em duas fases distintas, sendo a 1ª fase no valor de R\$ 184.660 e 2ª fase no valor de R\$ 280.538. Já para interligação dos municípios de Oriximiná e Óbidos o valor aprovado é de R\$ 22.374.

Do valor total do investimento da interligação da Ilha do Marajó, já foi repassado à Companhia até 31 de dezembro de 2017 R\$ 285.786 (R\$ 220.709 e até 31 de dezembro de 2016), ficando um saldo a receber de R\$ 230.002 (R\$ 294.372 em 31 de dezembro de 2016).

Programa	Saldo em 31/12/2016	Transferência para obras	Parcela recebida	Atualização IGPM	Saldo em 31/12/2017
Sub-rogação Ilha do Marajó	65.284	8.966	(65.077)	(707)	8.466
Total	65.284	8.966	(65.077)	(707)	8.466
Programa	Saldo em 31/12/2015	Transferência para obras	Parcela recebida	Atualização IGPM	Saldo em 31/12/2016
Sub-rogação Ilha do Marajó	43.450	75.592	(56.797)	3.039	65.284
Sub-rogação Oriximiná e Óbidos	22.374	-	(24.328)	1.954	-
Total	65.824	75.592	(81.125)	4.993	65.284

15 Ativo financeiro da concessão (Consolidado)

Refere-se à parcela dos investimentos realizados pelas controladas CEMAR e CELPA e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 - (R1) Contratos de Concessão e ICPC 17 - Contratos de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está assim apresentada:

	31/12/2016	Atualização do ativo financeiro (a)	Capitalização	Baixas	Constituição	31/12/2017
Ativo financeiro	3.747.057	181.499	555.116	(13.372)	151.077	4.621.377
Obrigações especiais	(1.144.833)	(92.249)	(159.953)	280	-	(1.396.755)
Total	2.602.224	89.250	395.163	(13.092)	151.077	3.224.622
	31/12/2015	Atualização do ativo financeiro (a)	Capitalização	Baixas		31/12/2016
Ativo financeiro	3.176.346	193.271	386.113	(8.673)		3.747.057
Obrigações especiais (b)	(947.415)	(66.722)	(130.696)	-		(1.144.833)
Total	2.228.931	126.549	255.417	(8.673)		2.602.224

A concessão das controladas CEMAR e CELPA não é onerosa, dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

(a) **Atualização do ativo financeiro**

Em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. Tal Medida Provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei nº 12.783.

De acordo com esse normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Em 23 de novembro de 2015 houve mudança de índice, de IGP-M para IPCA, ocorrida através da Resolução Normativa nº 686/2015 publicado no Diário Oficial da União. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do Valor Novo de Reposição - VNR também foram consideradas nessas mudanças;

(b) **Obrigações especiais**

Representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

As obrigações especiais são calculadas com base na participação da fonte de recurso, a saber:

- Os recursos da União são calculados pelo percentual estabelecido no contrato; e
- Os demais recursos se enquadram na resolução 414/2010 da Aneel;

16 Investimentos

As principais informações sobre os investimentos nas controladas e nas controladas em conjunto são conforme a seguir demonstradas:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Avaliados por equivalência patrimonial:					
CEMAR	65,11%	1.780.817	1.609.904	-	-
CELPA	96,50%	2.235.140	1.777.825	-	-
Geradora de Energia do Norte	25,00%	89.254	83.027	89.254	83.027
Vila Velha	50,00%	3.300	3.300	3.300	3.300
55 Soluções	100,00%	53.110	38.021	-	-
Transmissora SPE 01	100,00%	18.958	-	-	-
Transmissora SPE 02	100,00%	21.079	-	-	-
Transmissora SPE 03	100,00%	23.746	-	-	-
Transmissora SPE 04	100,00%	39.907	-	-	-
Transmissora SPE 05	100,00%	16.469	-	-	-
Transmissora SPE 06	100,00%	19.669	-	-	-
Transmissora SPE 07	100,00%	35.159	-	-	-
Transmissora SPE 08	100,00%	27.349	-	-	-
Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA (a)	51%	311.061		311.061	
Subtotal		<u>4.675.018</u>	<u>3.512.077</u>	<u>403.615</u>	<u>86.327</u>
Outros investimentos		-	-	18.448	9.995
Total		<u>4.675.018</u>	<u>3.512.077</u>	<u>422.063</u>	<u>96.322</u>

- (a) Em 19 de dezembro de 2017 o Grupo concluiu a aquisição da participação de 51% do capital social total da Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA para a Equatorial Energia, ficando o capital social distribuído da seguinte forma: Equatorial Energia S.A. (51%), Centrais Elétricas do Norte do Brasil - ELETRONORTE (37%) e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF (12%). A data base utilizada no contrato de compra e venda foi 31 de dezembro de 2016, onde a INTESA apresentou um patrimônio no montante de R\$ 403.286.

No exercício de 2017 a INTESA gerou um lucro de R\$ 58.394 e um patrimônio ajustado de R\$ 450.795. Para a aquisição do investimento, a Companhia pagou um montante de R\$ 261.078, mediante transferência bancária no qual gerou um investimento de R\$ 205.676, ágio de R\$ 81.156 e um resultado via equivalência patrimonial de R\$ 24.229, líquido de dividendos distribuídos em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$ 5.552. A Companhia entende que o ágio é justificado pela rentabilidade futura da INTESA e estima concluir a mensuração para a alocação final do preço de compra até 19 de dezembro de 2018.

16.1 Movimentação dos investimentos em controladas e controlada em conjunto

Controladas	Saldo em 31 de dezembro 2016	Aumento de capital	Aquisição novo investimento	Dividendos adicionais	Dividendos mínimos	Resultado da equivalência patrimonial	Prov. Desvalorização investimento permanente	Amortização do direito de concessão (a)	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31 de dezembro 2017
CEMAR	1.609.904	-	-	(81.984)	(59.963)	318.783	-	(5.923)	-	1.780.817
CELPA	1.777.825	-	-	(18.861)	(122.661)	600.934	-	-	(2.097)	2.235.140
Geradora de Energia do Norte	83.027	-	-	-	(20.653)	26.880	-	-	-	89.254
Vila Velha	3.300	-	-	-	-	-	-	-	-	3.300
55 Soluções	38.021	-	-	-	(4.700)	19.789	-	-	-	53.110
Transmissora SPE 01	-	18.839	-	-	-	119	-	-	-	18.958
Transmissora SPE 02	-	20.948	-	-	-	131	-	-	-	21.079
Transmissora SPE 03	-	23.634	-	-	-	112	-	-	-	23.746
Transmissora SPE 04	-	39.744	-	-	-	163	-	-	-	39.907
Transmissora SPE 05	-	16.450	-	-	-	19	-	-	-	16.469
Transmissora SPE 06	-	19.636	-	-	-	33	-	-	-	19.669
Transmissora SPE 07	-	34.926	-	-	-	233	-	-	-	35.159
Transmissora SPE 08	-	27.225	-	-	-	124	-	-	-	27.349
Equatorial Transmissão	-	2.568	-	-	-	(3.083)	515	-	-	-
Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA	-	-	286.832	-	(5.552)	29.781	-	-	-	311.061
Total	3.512.077	203.970	286.832	(100.845)	(213.529)	994.018	515	(5.923)	(2.097)	4.675.018

Controladas	Saldo em 31 de dezembro 2015	Dividendos adicionais	Dividendos mínimos	Resultado da equivalência patrimonial	Amortização do direito de concessão (a)	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31 de dezembro 2016
CEMAR	1.467.879	(62.404)	(49.499)	260.301	(6.373)	-	1.609.904
CELPA	1.470.032	(4.729)	(66.460)	383.560	-	(4.578)	1.777.825
Geradora de Energia do Norte	75.282	-	(20.134)	27.879	-	-	83.027
Vila Velha	3.300	-	-	-	-	-	3.300
55 Soluções	29.627	-	(2.614)	11.008	-	-	38.021
Total	3.046.120	(67.133)	(138.707)	682.748	(6.373)	(4.578)	3.512.077

(a) Refere-se a amortização do intangível sobre direito de concessão pela aquisição da controlada CEMAR, onde será amortizado até o final da concessão em 2030.

16.2 Conciliação do investimento

2017								
Controladas	Participação no capital	Patrimônio da controlada	Resultado	PPA Resultado	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Saldo ágio/PPA/Provisão para perdas	Total do investimento
CEMAR	65,1087%	2.447.799	489.617	-	318.783	1.593.731	187.086	1.780.817
CELPA	96,4992%	2.582.714	613.531	9.204	600.934	2.492.298	(257.158)	2.235.140
Geradora de Energia do Norte	25,0000%	311.490	107.137	385	26.880	77.873	11.381	89.254
Vila Velha	50,0000%	6.600	-	-	-	3.300	-	3.300
55 Soluções	100,0000%	53.110	19.789	-	19.789	53.110	-	53.110
Transmissora SPE 01	100,0000%	18.958	119	-	119	18.958	-	18.958
Transmissora SPE 02	100,0000%	21.079	131	-	131	21.079	-	21.079
Transmissora SPE 03	100,0000%	23.746	112	-	112	23.746	-	23.746
Transmissora SPE 04	100,0000%	39.907	163	-	163	39.907	-	39.907
Transmissora SPE 05	100,0000%	16.469	19	-	19	16.469	-	16.469
Transmissora SPE 06	100,0000%	19.669	33	-	33	19.669	-	19.669
Transmissora SPE 07	100,0000%	35.159	233	-	233	35.159	-	35.159
Transmissora SPE 08	100,0000%	27.349	124	-	124	27.349	-	27.349
Equatorial Transmissão	100,0000%	(515)	(3.083)	-	(3.083)	(515)	515	-
Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA	51,0000%	450.794	58.394	-	29.781	229.905	81.156	311.061
		<u>6.054.328</u>	<u>1.286.319</u>	<u>9.589</u>	<u>994.018</u>	<u>4.652.038</u>	<u>22.980</u>	<u>4.675.018</u>
2016								
Controladas	Participação no capital	Patrimônio da controlada	Resultado	PPA Resultado	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Saldo ágio/PPA	Total do investimento
CEMAR	65,1087%	2.176.199	399.794	-	260.301	1.416.895	193.009	1.609.904
CELPA	96,4992%	2.118.012	351.556	45.918	383.560	2.043.864	(266.039)	1.777.825
Geradora de Energia do Norte	25,0000%	286.584	111.136	385	27.879	71.646	11.381	83.027
Vila Velha	50,0000%	6.600	-	-	-	3.300	-	3.300
55 Soluções	100,0000%	38.021	11.008	-	11.008	38.021	-	38.021
		<u>4.625.416</u>	<u>873.494</u>	<u>46.303</u>	<u>682.748</u>	<u>3.573.726</u>	<u>(61.649)</u>	<u>3.512.077</u>

Equatorial Energia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017

16.3 Informações das controladas e controladas em conjunto

		Balanco patrimonial					Resultado						
		Circulante		Não Circulante		Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/ despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. renda contribuição social	Resultado líquido do exercício	
Participação societária		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo								
Saldos em 31/12/2017													
CEMAR	65,1087%	2.877.884	1.452.571	3.675.456	2.652.970	2.447.799	3.370.836	1.097.200	(480.671)	(24.970)	(101.942)	489.617	
CELPA	96,4992%	3.147.581	2.028.985	5.448.618	3.984.500	2.582.714	5.150.974	1.414.483	(684.461)	(207.295)	90.804	613.531	
Geradora de energia do norte	25,0000%	155.866	135.289	570.391	279.864	311.490	540.183	169.539	(19.828)	(22.760)	(19.814)	107.137	
Vila Velha	50,0000%	-	-	6.600	-	6.600	-	-	-	-	-	-	
55 Soluções	100,0000%	46.286	26.097	38.872	5.951	53.110	104.915	68.212	(41.877)	1.895	(8.441)	19.789	
Transmissora SPE 01	100,0000%	5.771	10.309	24.885	1.389	18.958	13.781	150	-	(23)	(8)	119	
Transmissora SPE 02	100,0000%	4.676	10.632	28.361	1.326	21.079	13.182	167	-	(31)	(5)	131	
Transmissora SPE 03	100,0000%	3.131	11.172	33.444	1.657	23.746	16.417	156	-	(42)	(2)	112	
Transmissora SPE 04	100,0000%	4.013	23.836	62.647	2.917	39.907	28.066	340	-	(84)	(93)	163	
Transmissora SPE 05	100,0000%	3.609	9.049	22.863	954	16.469	9.204	114	-	(63)	(32)	19	
Transmissora SPE 06	100,0000%	3.693	11.457	28.646	1.213	19.669	11.737	135	-	(67)	(35)	33	
Transmissora SPE 07	100,0000%	3.516	960	34.988	2.385	35.159	22.451	486	-	(105)	(148)	233	
Transmissora SPE 08	100,0000%	4.620	2.897	28.111	2.485	27.349	24.105	208	(2)	(24)	(58)	124	
Equatorial Transmissão	100,0000%	216	1.967	1.236	-	(515)	-	(2.412)	(590)	(81)	-	(3.083)	
Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA	51,0000%	184.516	58.630	440.250	115.342	450.794	131.810	78.637	68	(7.498)	(12.813)	58.394	
		6.445.378	3.783.851	10.445.368	7.052.953	6.054.328	9.437.661	2.827.415	(1.227.361)	(261.148)	(52.587)	1.286.319	
Balanco patrimonial													
		Circulante		Não circulante		Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/ despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. renda contribuição social	Resultado líquido do exercício	
Participação societária		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo								
Saldos em 31/12/2016													
CEMAR	65,1087%	2.337.609	1.281.632	3.290.584	2.170.362	2.176.199	3.064.644	915.743	(463.149)	36.819	(89.619)	399.794	
CELPA	96,4992%	3.035.484	2.084.922	4.756.509	3.589.059	2.118.012	4.513.037	1.085.403	(546.446)	(117.478)	(69.923)	351.556	
Geradora de Energia do Norte	25,0000%	116.431	98.191	572.980	304.636	286.584	413.961	166.921	(12.724)	(22.966)	(20.095)	111.136	
Vila Velha	50,0000%	-	-	6.600	-	6.600	-	-	-	-	-	-	
55 Soluções	100,0000%	33.447	24.676	30.335	1.085	38.021	73.619	72.132	(59.058)	1.223	(3.289)	11.008	
		5.522.971	3.489.421	8.657.008	6.065.142	4.625.416	8.065.261	2.240.199	(1.081.377)	(102.402)	(182.926)	873.494	

17 Intangível (Consolidado)

O intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

31/12/2017					
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,37	9.603.849	(4.214.284)	(1.797.065)	3.592.500
Em curso		1.453.154	-	(301.894)	1.151.260
Contrato de concessão		291.810	(104.724)	-	187.086
Total		11.348.813	(4.319.008)	(2.098.959)	4.930.846
31/12/2016					
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	4,22%	9.151.586	(3.832.123)	(1.802.386)	3.517.077
Em curso		1.390.888	-	(452.333)	938.555
Contrato de concessão		291.810	(98.801)	-	193.009
Total		10.834.284	(3.930.924)	(2.254.719)	4.648.641

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão das controladas CEMAR e CELPA amortizáveis até agosto de 2030 e julho de 2028, respectivamente, conforme ICPC 01(R1). Com a adoção da ICPC 01(R1), o valor de amortizações de ativos fixos tangíveis das concessões e os correspondentes subsídios foram reclassificados para a rubrica de Amortização de Intangíveis das Concessões - ICPC 01 (R1).

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, a infraestrutura utilizada na distribuição de energia elétrica é vinculada a esses serviços, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação da infraestrutura inservível à concessão, quando destinada à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na própria concessão.

Movimentação do ativo intangível

	31/12/2016	Adições	Baixas	Capitalização/ transferência(a)	31/12/2017
Em serviço	9.151.586	8.381	(230.393)	674.275	9.603.849
(-) Amortização	(3.832.123)	(536.853)	154.692	-	(4.214.284)
Total em serviço	5.319.463	(528.472)	(75.701)	674.275	5.389.565
Em curso	1.390.888	1.291.657	-	(1.229.391)	1.453.154
Total em curso	1.390.888	1.291.657	-	(1.229.391)	1.453.154
Obrigações especiais (b)	(3.072.480)	(192.714)	43.047	159.953	(3.062.194)
(-) Amortização	817.761	156.256	(10.782)	-	963.235
Total em obrigações especiais	(2.254.719)	(36.458)	32.265	159.953	(2.098.959)
Direito de concessão	291.810	-	-	-	291.810
(-) Amortização	(98.801)	(5.923)	-	-	(104.724)
Total de direito de concessão	193.009	(5.923)	-	-	187.086
Total	4.648.641	720.804	(43.436)	(395.163)	4.930.846

	31/12/2015	Adições	Baixas	Capitalização/ transferência (a)	31/12/2016
Em serviço	8.720.104	640	(63.447)	494.289	9.151.586
(-) Amortização	(3.376.024)	(489.657)	33.558	-	(3.832.123)
Total em serviço	5.344.080	(489.017)	(29.889)	494.289	5.319.463
Em curso	852.623	1.418.667	-	(880.402)	1.390.888
Total em curso	852.623	1.418.667	-	(880.402)	1.390.888
Obrigações especiais (b)	(2.942.915)	(265.469)	5.208	130.696	(3.072.480)
(-) Amortização	671.468	146.293	-	-	817.761
Total em obrigações especiais	(2.271.447)	(119.176)	5.208	130.696	(2.254.719)
Direito de concessão	291.810	-	-	-	291.810
(-) Amortização	(92.426)	(6.375)	-	-	(98.801)
Total de direito de concessão	199.384	(6.375)	-	-	193.009
Total	4.124.640	804.099	(24.681)	(255.417)	4.648.641

- (a) Capitalizações correspondem às transferências do intangível em curso para o intangível em serviço e ativo financeiro em serviço e reclassificação às transferências para o ativo financeiro em serviço da concessão das controladas CEMAR e CELPA. De acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, 6.3.19 Juros sobre Obras em Andamento - JOA, para os financiamentos contraídos, os valores de juros, variações monetárias e as variações cambiais incorridos até o ativo iniciar suas atividades devem fazer parte do custo histórico do ativo, sendo que esses custos somente poderão ser ativados limitado ao WACC regulatório (ou incorrido se for menor que WACC regulatório). No exercício findo 31 de dezembro de 2017 o valor do JOA foi de R\$ 22.532 (R\$ 23.796 em 31 de dezembro de 2016); e
- (b) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

Intangível em curso

O saldo do intangível em curso está constituído conforme a seguir demonstrado:

Intangível em curso	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Obras em andamento ⁴	1.234.980	1.185.877
Materiais em depósitos (a)	166.015	157.013
Adiantamento a fornecedores	52.159	47.998
Total	1.453.154	1.390.888

- (a) Material existente nos depósitos vinculados às ordens de ativo intangível - ODI.

O intangível em curso, da controladas CEMAR e CELPA, teve um acréscimo em virtude da ampliação dos investimentos em expansão e melhorias na rede de distribuição, ações de combate às perdas por furtos de energia, bem como na conexão de novos clientes.

18 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2017
Suprimento de energia elétrica (a)	-	-	670.131	400.977
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	44.808	23.686
Materiais e serviços (b)	-	-	440.699	499.741
Outros	1.178	702	29.400	18.879
Total	1.178	702	1.185.038	943.283

- (a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as despesas com compra de energia tiveram um preço médio maior que no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 devido ao reajuste dos contratos de CCEAR celebrados com os geradores, assim como com o pagamento do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova. As despesas de compra de energia no curto prazo tiveram influências em virtude do PLD médio de 2017, que foi liquidado no valor médio de R\$ 201,66 e R\$ 255,66, sendo em 2016 o PLD médio praticado de R\$ 82,75 e R\$102,85 nas controladas CEMAR e CELPA respectivamente. Outro fator relevante que elevou a despesa no suprimento de energia elétrica foi o pagamento referente ao risco hidrológico, que a geração realizada média para 2017 de 79,3%, sendo a diferença valorada para 95% da garantia física até agosto e 90% da garantia física valorada o ao PLD médio. Em 2016 a geração realizada média foi de 87%; e
- (b) A principal variação ocorreu na controlada CELPA, pela liquidação de compra de combustível do fornecedor Petrobras que tem seu repasse atrelado ao recebimento do reembolso CCC, além dos pagamentos a diversos fornecedores com programação de desembolso em 2016, sendo realizado somente em 2017.

⁴ Para fins de comparabilidade e melhor análise dos saldos com o exercício atual, a controlada CEMAR reclassificou valores que estavam na rubrica “Provisão para perdas” para a rubrica “Obras em andamento”.

19 Empréstimos e financiamentos

Composição do saldo

	Controladora				Custo médio da dívida (%a.a.)	Consolidado			
	31/12/2017					31/12/2017			
	Principal e encargos					Principal e encargos			
		Circulante	Não circulante	Total		Circulante	Não circulante	Total	
Moeda estrangeira (USD)									
Tesouro Nacional	-	-	-	-	4,73%	721	72.965	73.686	
CCBI Citibank	-	-	-	-	3,13%	3.801	578.900	582.701	
Total moeda estrangeira		-	-	-		4.522	651.865	656.387	
Moeda nacional									
Eletrobras	-	-	-	-	4,50%	34.867	141.142	176.009	
Guanabara	-	-	-	-	11,43%	1.694	-	1.694	
IBM	-	-	-	-	11,32%	11.761	2.017	13.778	
BNDES	-	-	-	-	9,66%	304.029	1.370.787	1.674.816	
Banco do Brasil	-	-	-	-	10,61%	284.022	3.097	287.119	
BNB	-	-	-	-	8,50%	18.514	39.254	57.768	
Caixa	-	-	-	-	6,00%	6.745	51.193	57.938	
Finep	-	-	-	-	4,00%	1.126	1.402	2.528	
Sudene	-	-	-	-	7,00%	6.966	23.747	30.713	
Santander	-	-	-	-	9,76%	122	200.000	200.122	
Votorantim	-	-	-	-	4,50%	473	580	1.053	
Nota promissória (a)	10,82%	310.447	-	310.447	10,63%	311.429	500.000	811.429	
Subtotal		310.447	-	310.447		981.748	2.333.219	3.314.967	
(-) Custo de captação		-	-	-		(1.692)	(6.419)	(8.111)	
Total moeda nacional		310.447	-	310.447		980.056	2.326.800	3.306.856	
Total		310.447	-	310.447		984.578	2.978.665	3.963.243	

- (a) Em 19 de dezembro de 2017 encerrou-se a distribuição pública da 1ª emissão de nota promissória da controlada CEMAR. Os recursos captados, no montante de R\$ 500.000, em uma série, destina-se a, gestão ordinária da controlada, com o objetivo de cobrir a necessidade de Capital de Giro. Nota promissória contratada com taxa 106% CDI com amortização *bullet*, com vencimento em 29 de janeiro de 2021. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo remanescente é de R\$ 500.982 e a taxa efetiva dessa operação é de 10,52% a.a. Em 21 de dezembro de 2017 encerrou-se a distribuição pública da 1ª emissão de nota promissória da Equatorial Energia. Os recursos captados, no montante de R\$ 310.000, em uma série, destina-se a, gestão ordinária da Companhia, com o objetivo de cobrir a necessidade de caixa. Nota promissória contratada com taxa 109% CDI com amortização *bullet*, com vencimento em 21 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo remanescente é de R\$ 310.447 e a taxa efetiva dessa operação é de 10,82% a.a.

Equatorial Energia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017

		31/12/2016		
	Custo médio da dívida (%a.a.)	Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)				
Tesouro Nacional	2,66%	682	71.886	72.568
CCBI Itaú	1,99%	114.169	-	114.169
CCBI Citibank	3,76%	165.496	203.647	369.143
Operação Itaú	3,00%	133.448	-	133.448
Operação Santander	3,00%	133.355	-	133.355
Total moeda estrangeira		547.150	275.533	822.683
Moeda nacional				
Eletrobras	8,94%	55.874	214.411	270.285
Guanabara	14,00%	2.045	1.690	3.735
IBM	15,17%	22.239	17.120	39.359
BNDES	8,48%	178.891	1.281.913	1.460.804
Banco do Brasil	14,89%	32.545	285.021	317.566
BNB	8,50%	18.639	57.372	76.011
Caixa	6,00%	4.456	56.997	61.453
Finep	4,00%	1.128	2.523	3.651
Sudene	7,00%	6.995	30.534	37.529
Votorantim	4,50%	474	1.050	1.524
Subtotal		323.286	1.948.631	2.271.917
(-) Custo de captação		(2.225)	(6.511)	(8.736)
Total moeda nacional		321.061	1.942.120	2.263.181
Total		868.211	2.217.653	3.085.864

Em 31 de dezembro de 2017 os valores em empréstimos e financiamentos possuem um custo médio de 8,58% a.a., equivalente a 86,44% do CDI (de 11% a.a., equivalente a 80,67% do CDI, em 31 de dezembro de 2016).

Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Controladora

O saldo da dívida da Controladora está 100% apresentada no circulante devido aos vencimentos no curto prazo.

Consolidado

Vencimento	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	984.578	25%	868.211	28%
2018	-	-	785.825	25%
2019	399.777	10%	383.455	12%
2020	742.290	19%	335.964	11%
2021	1.221.963	31%	230.956	8%
2022	250.222	6%	487.964	16%
Após 2022	370.832	9%	-	-
Subtotal	2.985.084	75%	2.224.164	72%
Custo de captação (Não circulante)	(6.419)	0%	(6.511)	0%
Não circulante	2.978.665	75%	2.217.653	72%
Total	3.963.243	100%	3.085.864	100%

Movimentação da dívida

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

Controladora

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (USD)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-
Ingressos	-	310.000	-	-	310.000
Encargos	447	-	-	-	447
Transferências	310.000	(310.000)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro 2017	310.447	-	-	-	310.447

Consolidado

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (USD)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	321.060	1.942.121	547.151	275.532	3.085.864
Ingressos	-	1.335.710	-	542.500	1.878.210
Encargos	146.164	1.136	27.261	-	174.561
Variação monetária e cambial	22.011	36.208	(18.851)	25.826	65.194
Transferências	988.467	(988.467)	191.993	(191.993)	-
Amortizações de principal	(344.618)	-	(714.442)	-	(1.059.060)
Pagamentos de juros	(153.516)	-	(28.590)	-	(182.106)
Custo de captação	(708)	2.417	-	-	1.709
Transferências de transação	1.196	(2.325)	-	-	(1.129)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	980.056	2.326.800	4.522	651.865	3.963.243

Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia e pelas controladas CEMAR e CELPA possuem *covenants* e garantias financeiras (flutuante, fidejussórias e real), cujo não cumprimento, durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia e suas Controladas CEMAR e CELPA mantiveram-se dentro dos limites estipulados nos contratos. A Companhia não possuía dívidas em 2016.

20 Debêntures

Movimentação da dívida controladora e consolidado

A movimentação das debêntures nos exercícios de 2017 e 2016 está conforme a seguir demonstrada:

	Controladora		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	-	-
Ingressos	-	800.000	800.000
Encargos	3.269	-	3.269
Variação monetária	-	195	195
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.269	800.195	803.464

Segunda emissão de debêntures

Em 11 de dezembro de 2017, a Companhia realizou a Segunda Emissão de Debêntures, sendo uma emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia firme, em duas séries, sendo a primeira série no montante total de R\$ 695.000, com vencimento em novembro/2022 com taxa equivalente a CDI + 1,6% e a segunda série no montante total de R\$ 105.000 com vencimento em novembro/2024 com taxa equivalente à IPCA + 5,77%. Ambas destinaram-se prioritariamente para aumento do capital de giro da Companhia.

	Consolidado		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	118.740	1.629.727	1.748.467
Ingressos	-	1.323.000	1.323.000
Encargos	159.198	-	159.198
Transferência	159.994	(159.994)	-
Amortização do principal	(100.450)	-	(100.450)
Pagamento de juros	(147.948)	-	(147.948)
Variação monetária	24.273	3.637	27.910
Custo de captação	5	(3.184)	(3.179)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	213.812	2.793.186	3.006.998

As controladas da Companhia possuem sete emissões vigentes:

CELPA

Primeira emissão de debêntures

Em 25 de julho de 2016, a CELPA realizou a Primeira Emissão de Debêntures, cuja liquidação distribuição foi realizada encerrada em 05 de agosto de 2016, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia S.A., em série única, no montante total de R\$ 100.000, com vencimento em maio de 2020 e destinou-se prioritariamente para aumento do capital de giro da Companhia. Debêntures contratadas com taxa equivalente à IPCA + 9,0% a.a., com amortização de 50% em 30 de maio de 2019 e 50% em 30 de maio de 2020. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo remanescente é de R\$ 104.932 (R\$ 104.996 em 31 de dezembro de 2016) e a taxa efetiva dessa operação é de 11,80% a.a. (15,29% em 31 de dezembro de 2016).

Segunda emissão de debêntures

Em 13 de outubro de 2016, a CELPA realizou a Segunda Emissão de Debêntures cuja distribuição foi encerrada em 01 de dezembro de 2016, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia S.A., em até duas séries, sendo a primeira série no montante total de R\$ 60.000 com vencimento em janeiro de 2024 destinando-se prioritariamente para aumento do capital de giro da Companhia. Custo de contratação da primeira série é IPCA + 8,04% a.a., com amortização em três parcelas iguais a partir de 15 de janeiro de 2022. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo remanescente é de R\$ 90.472 (R\$ 60.553 em 31 de dezembro de 2016) e a taxa efetiva dessa operação é de 10,57% a.a. (14,33% em 31 de dezembro de 2016).

Terceira emissão de debêntures

Em 11 de novembro de 2016, a CELPA realizou a Terceira Emissão de Debêntures, cuja liquidação distribuição foi realizada encerrada em 26 de dezembro de 2016, sendo uma emissão aberta de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória da controladora Equatorial Energia S.A. no montante de R\$ 300.000, dividido em duas séries de R\$ 199.069 e R\$ 100.931, com vencimento em dezembro de 2021 e dezembro de 2023 respectivamente, destinaram-se prioritariamente para implementação do programa de investimentos da CELPA. Contrato ao custo de IPCA + 6,70% a.a. para a 1ª e, IPCA + 6,87% a.a. para 2ª série. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo remanescente é de R\$ 309.247 (R\$ 300.512 em 31 de dezembro de 2016) e a taxa efetiva dessa operação é de 9,56% a.a. (13,04% em 31 de dezembro de 2016).

Quarta emissão de debêntures

Em 05 de dezembro de 2016, a CELPA realizou a Quarta Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi realizada encerrada em 28 de dezembro de 2016, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória da controladora Equatorial Energia S.A., em série única, no montante total de R\$ 500.000, com vencimento em dezembro de 2019 e destinou-se prioritariamente para aumento do capital de giro da CELPA. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo remanescente é de R\$ 501.382 (R\$ 500.589 em 31 de dezembro de 2016) e a taxa efetiva dessa operação é de 11,51% a.a. (14,00% em 31 de dezembro de 2016).

CEMAR

Quarta emissão de debêntures

Em 22 de setembro de 2012 encerrou-se a distribuição pública da 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da CEMAR. Os recursos captados, no montante de R\$ 280.000, dividido em duas séries de R\$ 101.380 e R\$ 178.620, destinaram-se, prioritariamente para implementação do programa de investimentos da CEMAR. Debêntures contratada com taxa na 1ª série de CDI + 1,08% a.a. e 2ª série com IPCA + 5,90% a.a. com amortizações semestrais da 1ª série e anuais da 2ª série (primeira amortização ocorrida em 22 de junho de 2016) com seus respectivos vencimentos em 21 de junho de 2018 e 22 de junho de 2020. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo remanescente é de R\$ 292.966 (R\$ 319.969 em 31 de dezembro de 2016) e a taxa efetiva dessa operação é de 12,80% a.a. (12,80% em 31 de dezembro de 2016).

Sexta emissão de debêntures

Em 27 de outubro de 2014 encerrou-se a distribuição pública da 6ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da CEMAR. Os recursos captados, no montante de R\$ 200.000 em uma única série, destinaram-se, ao aumento do capital de giro, de forma a atender aos negócios de gestão da CEMAR. Debêntures contratada com taxa 113,2% CDI, a primeira amortização ocorreu em 13 de outubro de 2017 com vencimento em 14 de outubro de 2019. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo remanescente é de R\$ 135.527 (R\$ 206.250 em 31 de dezembro de 2016) e a taxa efetiva dessa operação é de 11,24% a.a. (15,85% em 31 de dezembro de 2016).

Sétima emissão de debêntures

Em 01 de novembro de 2016 encerrou-se a distribuição pública da 7ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da CEMAR. Os recursos captados, no montante de R\$ 270.000, dividido em duas séries de R\$ 155.000 e R\$ 115.000, destinaram-se, prioritariamente para implementação do programa de investimentos da CEMAR. Debêntures contratada com taxa na 1ª série de IPCA + 5,48% a.a. e 2ª série com IPCA + 5,54% a.a. com amortização bullet e seus respectivos vencimentos em 15 de outubro de 2021 e 15 de outubro de 2023. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo remanescente é de R\$ 281.804 (R\$ 273.420 em 31 de dezembro de 2016) e a taxa efetiva dessa operação é de 11,79% a.a..

Oitava emissão de debêntures

Em 13 de outubro de 2017 encerrou-se a distribuição pública da 8ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da CEMAR. Os recursos captados, no montante de R\$ 500.000, em uma série, destinaram-se a gestão ordinária da Companhia, com o objetivo de cobrir a necessidade de Capital de Giro. Debêntures contratada com taxa 107% CDI com amortização bullet, com vencimento em 15 de setembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo remanescente é de R\$ 507.917 e a taxa efetiva dessa operação é de 10,62% a.a..

Em 31 de dezembro de 2017, as debêntures representam o montante de R\$ 3.006.998 (R\$ 1.748.467 em 31 de dezembro de 2016) e os seus vencimentos estão programados a seguir demonstrado:

Cronograma de amortização da dívida Controladora

	31/12/2017	
	Valor	%
Vencimento		
Circulante	3.269	0%
Após 2021	800.195	100%
Não circulante	800.195	-
Custo de captação - Não circulante	-	-
Total não circulante	800.195	-
Total	803.464	-

Cronograma de amortização da dívida Consolidada

Vencimento	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	213.812	7%	118.740	7%
2018	-	-	180.442	10%
2019	703.849	23%	697.578	40%
2020	134.690	4%	135.066	8%
2021	364.758	12%	354.751	20%
Após 2021	1.607.746	55%	276.564	16%
Não circulante	2.811.043	94%	1.644.401	94%
Custo de captação - Não circulante	(17.857)	(1%)	(14.674)	(1%)
Total não circulante	2.793.186	96%	1.629.727	93%
Total	3.006.998	100%	1.748.467	100%

Covenants

As debêntures contratadas possuem *covenants* e garantias financeiras (Quirografária), cujo não cumprimento durante o exercício de apuração poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia e suas controladas CEMAR e a CELPA mantiveram-se dentro dos limites estipulados nos contratos. A Companhia não possuía dívidas em 2016.

Controladora

Covenants debêntures	2º debêntures
1º Dívida Líquida/EBITDA ajustado: <=3,25	1,9

CEMAR

Covenants debêntures	4º debêntures	6º debêntures (a)	7º debêntures	8º. debêntures
1º Dívida Líquida/EBITDA regulatório: <=3,25	1,27	1,27	1,27	1,27
2º EBITDA regulatório/Desp. Financ Líquida: >=1,5	32	N/A	32	32

(a) Na 6ª emissão debêntures não há exigência contratual para o cálculo do 2º índice.

CELPA

Covenants debêntures	1ª Debentures	2ª Debentures
1º Dívida Líquida/EBITDA regulatório: <=3,5	2,8	2,8
2º EBITDA regulatório/Despesa financeira líquida: >=2	4,4	4,4
Covenants debêntures	3ª Debentures	4ª Debentures
1º Dívida Líquida/EBITDA regulatório: <=3,5	2,7	2,7
2º EBITDA regulatório/Despesa financeira líquida: >=1,5	4,4	4,4

21 Impostos e contribuições a recolher

21.1 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
ICMS	-	-	388.195	277.316
ICMS parcelamento	-	-	2.900	2.646
Parcelamento Federal PRT (a)	2.530	-	2.549	-
PIS e COFINS	806	3.797	44.473	50.897
Encargos sociais e outros	513	215	22.049	15.425
ISS (b)	2	1	16.546	10.757
Total	3.851	4.013	476.712	357.041
Não circulante				
ICMS parcelamento	-	-	36.489	35.946
ISS	-	-	1.747	1.370
Total	-	-	38.236	37.316

- (a) Os valores registrados são referentes a ISSQN retidos de terceiros e provisão de ISSQN sobre serviços taxados; e
- (b) Em 31 de maio de 2017 a Equatorial Energia e suas controladas optaram pela quitação de débitos no âmbito parcelamento federal denominado Programa de Regularização Tributária - PRT, instituído pela Medida Provisória 766/2017 e Instrução Normativa RFB nº 1.687/2017, migrando em 29 de setembro de 2017 para o Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, instituído pela MP 783/2017 e Instrução Normativa RFB nº 1.711/2017, momento em que foi compensando um montante de R\$ 11.081 com prejuízos fiscais.

21.2 Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
IRRF	2.229	-	3.950	898
Provisão de IRPJ/CSLL	3.214	-	19.434	8.408
Total	5.443	-	23.384	9.306

22 Impostos de renda e contribuição social diferidos

As controladas reconheceram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e imposto de renda sobre prejuízos fiscais considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%. Dessa forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 32.

22.1 Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Composição dos tributos diferidos consolidado

	31/12/2017	31/12/2016
Ativo não circulante		
IRPJ prejuízos fiscais (a)	169.535	-
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	(94.081)	-
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	(67.053)	-
Total ativo não circulante	8.401	-
Passivo não circulante		
IRPJ prejuízos fiscais (a)	130.498	132.544
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	(363.151)	(343.589)
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	-	(76.957)
IRPJ e CSLL aquisição CELPA	47.951	49.607
Total passivo não não circulante	(184.702)	(238.395)

(a) Os créditos de prejuízos fiscais são provenientes das controladas CELPA e CEMAR sendo R\$ 169.535 e R\$130.498, respectivamente.

(ii) Composição do IRPJ e da CSLL sobre diferenças temporárias

Ponta ativa

	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para contingências	40.679	52.104
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	108.176	89.459
Provisão para participação nos lucros	10.725	10.869
Depreciação acelerada	(94.571)	(58.471)
Provisão fundo de pensão	14.693	13.060
Custo de captação, AVP e atualização do ativo financeiro	(189.698)	(181.322)
SWAP	(9.783)	30.634
Outras despesas não dedutíveis	25.698	18.628
Total	(94.081)	(25.039)

Ponta passiva

	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para contingências	31.235	83.377
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	37.894	120.702
Provisão para participação nos lucros	-	10.869
Tributos com exigibilidade suspensa	9.606	5.848
Depreciação acelerada	(397.170)	(394.704)
Provisão fundo de pensão	-	13.060
Custo de captação, AVP e atualização do ativo financeiro	(42.722)	(210.719)
SWAP	2.934	13.146
Outras despesas não dedutíveis	(4.928)	14.832
Total	(363.151)	(343.589)

(iii) Composição do IRPJ e CSLL aquisição CELPA

	31/12/2017	31/12/2016
Intangível - mais-valia concessão	(33.322)	(36.799)
Baixa de ativo imobilizado	31.421	34.698
Contingências possíveis	40.703	42.558
Outras contas a pagar - PLPT	9.149	9.150
Total	47.951	49.607

22.2 Expectativa de recuperação

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração da controlada estima que a realização dos créditos fiscais, oriundos da controlada CEMAR, possa ser feita até 2021, conforme demonstrado a seguir:

Expectativa de realização CEMAR	2019	2020	2021	Total
Impostos diferidos	63.772	62.887	3.839	130.498

A controlada CEMAR realizou R\$ 2.046 de imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais no exercício findo 31 de dezembro de 2017, pois tem optado pela realização dos benefícios fiscais da depreciação acelerada até 2018, incentivo tecnológico e benefício SUDENE até 2021.

Expectativa de realização CELPA	2018	2019	2020	2021	Total
Impostos diferidos	17.026	74.372	77.307	830	169.535

A controlada CELPA realizou R\$ 8.754 de imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, pois tem optado pela realização dos benefícios fiscais da depreciação acelerada até 2018, incentivo tecnológico e benefício SUDAM até 2021.

Os estudos técnicos de viabilidade, que inclui a recuperação dos impostos diferidos, são revisados anualmente, foram elaboradas pelas controladas CEMAR e CELPA, examinados pelos respectivos Conselhos Fiscais e aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração em 07 de março de 2018.

22.3 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado consolidado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, está demonstrada conforme a seguir:

Controladora

	31/12/2017		31/12/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	997.343	997.343	714.266	714.266
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	249.336	89.761	178.567	64.284
Adições:				
Efeito de IR/CSLL sobre equivalência patrimonial	12.039	4.334	8.462	3.046
Outras provisões	7.138	2.569	5.257	1.893
	<u>19.177</u>	<u>6.903</u>	<u>13.719</u>	<u>4.939</u>
Exclusões:				
Efeito de IR/CSLL sobre equivalência patrimonial	(253.098)	(91.115)	(177.677)	(63.963)
Outras provisões	(13.056)	(4.694)	(234)	(77)
	<u>(266.154)</u>	<u>(95.809)</u>	<u>(177.911)</u>	<u>(64.040)</u>
IRPJ e CSLL	<u>2.359</u>	<u>855</u>	<u>14.375</u>	<u>5.183</u>
Despesa IRPJ anos anteriores	-	-	1.032	372
Efeito de IR/CSLL sobre JCP	-	-	(13.907)	(5.006)
IRPJ e CSLL no resultado do período	<u>2.359</u>	<u>855</u>	<u>1.500</u>	<u>549</u>
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL diferidos)	<u>0%</u>	<u>0%</u>	<u>0%</u>	<u>0%</u>
Ativo fiscal diferido	(3.134)	-	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL constituídos	-	-	8.263	-
IRPJ e CSLL no resultado do período	<u>(775)</u>	<u>855</u>	<u>9.763</u>	<u>549</u>
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	<u>0%</u>	<u>0%</u>	<u>1%</u>	<u>0%</u>

Consolidado

	31/12/2017		31/12/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	1.241.116	1.241.116	1.050.012	1.050.012
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	310.279	111.700	262.503	94.501
Adições:				
Provisão para contingências	52.718	18.978	61.307	22.070
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	257.603	92.737	86.784	31.242
Ajuste a valor presente	13.870	4.993	9.091	3.273
Variação de SWAP	20.085	7.231	106.880	38.477
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	7.282	2.622	8.360	3.010
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	8.354	3.008	9.727	3.502
Provisão para fundo de pensão	10.804	3.889	9.603	3.457
Provisão para participação nos lucros	7.886	2.839	12.196	4.390
Provisão para recuperação de ativos	4.254	1.531	-	-
Custo de Captação, AVP e atualização do ativo financeiro	24.071	8.666	19.865	7.151
Efeito de IR/CSLL sobre equivalência patrimonial	12.039	4.334	8.462	3.046
Outras provisões	31.945	11.643	26.890	9.689
	<u>450.911</u>	<u>162.471</u>	<u>359.165</u>	<u>129.307</u>
Exclusões:				
Provisão para contingências	(61.146)	(22.012)	(67.555)	(24.320)
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	(238.950)	(86.022)	(131.463)	(47.327)
Ajuste a valor presente	(6.367)	(2.292)	-	-
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética e M.M.M	-	(681)	(17.866)	(6.431)
Variação de SWAP	(34.788)	(12.524)	(17.714)	(6.377)
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	(9.725)	(3.501)	(7.603)	(2.737)
Provisão para fundo de pensão	(9.603)	(3.457)	(9.179)	(3.305)
Provisão para participação nos lucros	(7.992)	(2.877)	(7.970)	(2.869)
Provisão para recuperação de ativos	(531)	(191)	(3.904)	(1.405)
Custo de Captação, AVP e atualização do ativo financeiro	(47.191)	(16.989)	(50.871)	(18.314)
Efeito de IR/CSLL sobre equivalência patrimonial	(20.429)	(6.451)	(27.504)	(9.900)
Depreciação acelerada	(97.409)	-	(99.511)	-
Outras provisões	(32.743)	(11.996)	(23.378)	(8.323)
	<u>(566.874)</u>	<u>(168.993)</u>	<u>(464.518)</u>	<u>(131.308)</u>
IRPJ e CSLL	<u>194.316</u>	<u>105.178</u>	<u>157.150</u>	<u>92.500</u>
Compensação base negativa de CSLL	-	(12.149)	-	(13.486)
Incentivo PAT	(3.994)	-	(3.346)	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	(115)	-	(112)	-
Despesa IRPJ anos anteriores	-	-	1.032	371
Efeito de IR/CSLL sobre JCP	-	-	(13.907)	(5.006)
IRPJ e CSLL no resultado do período	<u>190.207</u>	<u>93.029</u>	<u>140.817</u>	<u>74.379</u>
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL diferidos)	<u>15%</u>	<u>7%</u>	<u>13%</u>	<u>7%</u>
Ativo fiscal diferido	(19.619)	(56.409)	90.775	(3.145)
(-) IRPJ subvenção governamental	(171.175)	-	(134.203)	-
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL constituídos	-	-	8.263	-
IRPJ e CSLL no resultado do período	<u>(587)</u>	<u>36.620</u>	<u>105.652</u>	<u>71.234</u>
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	<u>0%</u>	<u>3%</u>	<u>10%</u>	<u>7%</u>

CEMAR

Em 14 de maio de 2007, a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 0061/2007, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 25% para 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2007 até o ano de 2016. Em 28 de março de 2012, foi emitido novo Laudo Constitutivo nº 0037/2012, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2012 até o ano de 2021. Em 31 de dezembro de 2017, o valor do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração foi de R\$ 129.010 (R\$ 100.945 em 31 de dezembro de 2016).

CELPA

Em 19 de dezembro de 2013, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 140/2013, que outorga à CELPA o benefício de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de diversificação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de vigência de 2013 até o ano de 2022. Em 31 de dezembro de 2017, o valor do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração foi de R\$ 74.417 (R\$ 54.314 em 31 de dezembro de 2016).

23 Dividendos

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	997.263	712.217
(-) Reserva legal	(49.863)	(35.611)
Lucro líquido ajustado	947.400	676.606
Dividendos mínimos obrigatórios	236.849	169.151
Dividendos mínimos (exceto juros sobre capital próprio)	217.181	119.084
Dividendos adicionais propostos	1.643	1.721
Juros sobre capital próprio	21.861	50.067
Dividendos propostos	240.685	170.872

Os dividendos propostos para o exercício de 2017 incluem juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 21.861 (R\$ 50.067 em 31 de dezembro de 2016).

O Conselho de Administração aprovou a declaração de dividendos propostos da seguinte forma:

Deliberação	Valor por ação (lote de unidades de reais)		
	Proventos	Valor	ON
31/12/2017			
Reunião do Conselho de Administração de 08 de março de 2018	Dividendos	240.685	1,21
31/12/2016			
Reunião do Conselho de Administração de 08 de março de 2017	Dividendos	170.872	0,86

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada conforme a seguir demonstrada:

Saldo em 1º de janeiro de 2016	191.943
Pagamento de dividendos	(129.056)
Juros sobre capital próprio	(62.750)
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(5.562)
Juros sobre capital próprio de 2016	55.629
Dividendos propostos de 2016	119.084
Saldo em 31 de dezembro de 2016	169.288
Dividendos adicionais 2016	1.721
Pagamento de dividendos	(120.773)
Juros sobre capital próprio	(50.058)
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(2.193)
Juros sobre capital próprio de 2017	21.861
Dividendos propostos de 2017	214.988
Saldo em 31 de dezembro de 2017	234.834

24 Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética

O contrato de concessão estabelece a obrigação das controladas CEMAR e CELPA de aplicar 1% da receita operacional líquida em Programas de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), sendo que parte deve ser recolhida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e, também ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Os recursos do P&D têm a finalidade de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

Em contra partida aos lançamentos efetuados no passivo, as controladas CEMAR e CELPA contabilizam no resultado como dedução da receita operacional.

As controladas CEMAR e CELPA utilizam a taxa SELIC para efetuar a atualização dos saldos acumulados não aplicados de curto e longo prazo, conforme determina o manual da ANEEL.

Distribuição do recurso	Percentual de distribuição da ROL ⁵	31/12/2017	31/12/2016
Programa de eficiência energética	0,40%	138.341	129.721
Pesquisa e desenvolvimento	0,20%	99.448	90.586
FNDCT	0,20%	932	1.373
MME	0,10%	483	683
PROCEL	0,10%	5.758	-
Total		244.962	222.363
Circulante		88.588	69.029
Não circulante		156.374	153.334

Os saldos apresentados no passivo circulante referem-se aos montantes que serão aplicados nos projetos no exercício seguinte, de acordo com as projeções aprovadas pela Administração.

25 Participação nos lucros

O programa de participação nos resultados da Companhia e de suas controladas é corporativo e está atrelado ao resultado do EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) e diversos outros indicadores⁶ operacionais e financeiros de suas controladas e da

⁵ A Receita Operacional Líquida – ROL utilizada refere-se à regulatória.

⁶ Principais indicadores: Perdas, DEC, FEC, Multas, Pesquisa de Clima, Satisfação de Clientes (ISQP) e Fluxo de Caixa.

Companhia. O programa é composto por avaliações dos indicadores da presidência, diretorias, gerências, executivos e colaboradores e vem evoluindo ao longo dos anos de forma a propiciar um maior engajamento dos colaboradores na melhoria dos resultados operacionais na Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo provisionado de participação nos lucros na Companhia é de R\$ 13.621 (R\$ 4.234 em 31 de dezembro de 2016) e o saldo provisionado juntamente com suas controladas é de R\$ 80.578 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 76.559 em 31 de dezembro de 2016).

26 Valores a pagar da recuperação judicial - CELPA

26.1 Composição da dívida

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		
Credores operacionais (a)	18.354	92.398
Encargos setoriais	2.914	36.049
Credores financeiros (b)	1.150	-
(-) Ajuste a valor presente (c)	(13.874)	(32.038)
Total	8.544	96.409
Não circulante		
Credores operacionais	45.217	45.217
Encargos setoriais	-	2.658
Intragrupos	77.875	73.525
Credores financeiros (b)	1.195.598	1.180.924
(-) Ajuste a valor presente (c)	(353.167)	(389.987)
Total	965.523	912.337
Total	974.067	1.008.746

- (a) Valores devidos aos credores ligados à operação à controlada CELPA, tais como prestadores de serviços, fornecedores de materiais, locatários, entre outros que foram homologados no âmbito do Plano de Recuperação Judicial da mesma;
- (b) É o grupo de credores dentre os quais estão: (i) instituições financeiras públicas ou privadas; (ii) titulares de créditos decorrentes de operações financeiras ou bancárias, inclusive, mas sem se limitar a, *Bons* e créditos decorrentes de operações de derivativos, com ou sem vinculação de recebíveis; e
- (c) Em 31 de dezembro de 2017, o saldo do ajuste a valor presente totaliza R\$ 367.041, sendo R\$ 327.833 de empréstimos e financiamentos, R\$ 13.874 de credores operacionais, R\$ 25.334 de intragrupos (Em 31 de dezembro de 2016, o saldo do ajuste a valor presente totaliza R\$ 422.025, sendo R\$ 363.140 de empréstimos e financiamentos, R\$ 31.552 de credores operacionais, R\$ 26.847 de intragrupos, e R\$ 486 de encargos setoriais).

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos valores a pagar de recuperação judicial é o seguinte:

Vencimento	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	8.544	0,9%	96.409	10%
2018	-	-	23.457	2%
2019	-	-	12.016	1%
2020	107.255	11%	-	-
2021	37.353	4%	-	-
Após 2021	1.174.082	121%	1.266.851	125,6%
Subtotal	1.318.690	135%	1.302.324	129%
(-) Ajuste a valor presente (Não circulante) ⁷	(353.167)	(36%)	(389.987)	(39%)
Não circulante	965.523	99%	912.337	90%
Total geral	974.067	100%	1.008.746	100%

⁷ Para melhor análise e comparação com o exercício atual a Companhia está apresentando os valores de ajuste a valor presente.

26.2 Movimentação dos valores a pagar de recuperação judicial

	Saldo em 31/12/2016	Reclassificação RJ (a)	Juros e encargos	Varição monetária e cambial	Amortização	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2017
Credores operacionais	106.064	10.287	-	-	(84.331)	17.677	49.697
Encargos setoriais	34.065	-	-	1.860	(33.496)	486	2.915
Intragrupo	46.678	-	4.350	-	-	1.512	52.540
Credores financeiros	821.939	-	58.966	1.733	(49.030)	35.307	868.915
Total	1.008.746	10.287	63.316	3.593	(166.857)	54.982	974.067

	Saldo em 31/12/2015	Juros, encargos e variação cambial	Amortização	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2016
Credores operacionais	172.168	-	(76.599)	10.495	106.064
Encargos setoriais	53.803	5.382	(25.606)	486	34.065
Intra-grupo	41.055	4.111	-	1.512	46.678
Credores financeiros	820.019	31.271	(52.256)	22.905	821.939
Total	1.087.045	40.764	(154.461)	35.398	1.008.746

(a) A Companhia reclassificou valores antes apresentados como fornecedor.

27 Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias (Consolidado)

As controladas CEMAR e a CELPA são partes (polos passivos) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração das Controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Cíveis (a)	133.913	87.967	134.816	137.128
Fiscais	27.681	27.469	38.202	16.131
Trabalhistas	42.169	41.375	74.154	43.598
Regulatórias	8.377	-	15.506	-
PPA CELPA (b)	266.903	-	279.071	-
Total	479.043	156.811	541.749	196.857
Circulante	53.954	15.245	86.222	31.839
Não circulante	425.089	141.566	455.527	165.018

- (a) Dos valores de depósitos judiciais cíveis, R\$ 43.080 se referem a fluxos de contratos de cédulas bancárias que estão sendo depositados no âmbito do processo de recuperação judicial da controlada CELPA. Esses créditos foram listados no plano de recuperação judicial e foram impugnados pelas instituições financeiras credoras. Os valores permanecerão depositados em juízo até que seja proferida pela justiça uma decisão final de mérito sobre a sujeição ou não dos créditos ao regime recuperacional; e
- (b) O valor justo dos passivos contingentes cíveis, fiscais e trabalhistas da controlada CELPA foi determinado com base na avaliação de assessores jurídicos, os quais também consideraram nesta avaliação as causas com probabilidade de perda possível, resultando em um saldo no montante de R\$ 266.903 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 279.071 em 31 de dezembro de 2016).

Movimentação dos processos no exercício (Consolidado)

	31/12/2016	31/12/2017				
	Saldo	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo
Cíveis	134.816	65.909	(57.521)	(21.449)	12.158	133.913
Fiscais	38.202	11.046	-	(11.616)	(9.951)	27.681
Trabalhistas	74.154	10.527	(33.234)	(5.692)	(3.586)	42.169
Regulatórias	15.506	3.159	(623)	(9.114)	(551)	8.377
PPA CELPA (a)	279.071	-	-	(12.168)	-	266.903
Total	541.749	90.641	(91.378)	(60.039)	(1.930)	479.043

	31/12/2015	31/12/2016				
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	130.275	47.083	(33.461)	(26.088)	17.007	134.816
Fiscais ⁸	2.286	33.626	(3)	11	2.282	38.202
Trabalhistas	119.767	36.051	(71.050)	(23.436)	12.822	74.154
Regulatórias	18.057	2.978	-	(7.496)	1.967	15.506
PPA CELPA	334.561	-	-	(55.490)	-	279.071
Total	604.946	119.738	(104.514)	(112.499)	34.078	541.749

- (1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais.
- (2) Reversões realizadas no exercício.
- (3) Atualizações monetárias.
- (a) PPA CELPA - são provenientes de estimativa de valor do desembolso das causas possíveis de acordo com análises do departamento jurídico da controlada CELPA.

Os processos nos quais as controladas CEMAR e CELPA são partes, bem como os depósitos judiciais a eles associados, são classificados em circulante e não circulante, de acordo com o prazo estimado de exigibilidade financeira. Nestes termos, a gerência jurídica classifica os processos de acordo com o foro de tramitação e a fase processual em que se encontram. Logo, se a expectativa de deslinde da ação judicial for de 12 (doze) meses ou menos, assim considerados os processos que tramitam nos juizados especiais e todos os demais que já se encontram em fase de liquidação ou execução, o processo será classificado no “circulante”. Já se a expectativa de desenrolar da causa for maior que 12 (doze) meses, o processo será classificado no “não circulante”.

Cíveis

As controladas CEMAR e CELPA figuram como rés em 27.654 processos cíveis (25.413 processos em 2016), sendo que 19.846 tramitam em Juizados Especiais (18.396 processos em 2016), os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência

⁸ Do montante de R\$ 33.626 contido nas adições dos processos fiscais, R\$19.290 foi decorrente de reclassificação da controlada CELPA no exercício de 2016 para a linha Provisões de processos, pois estavam classificados na linha Outras contas a pagar no exercício de 2015.

Jurídica da CEMAR e da CELPA e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 396.972 (R\$ 434.125 em 31 de dezembro de 2016) para as quais não foram constituídas provisões.

Fiscais

As controladas CEMAR e a CELPA figuram como rés em 217 processos fiscais (167 processos em 2016), nenhum avaliado com possibilidade de perda provável.

Em 01 de abril de 2015 entrou em vigor o decreto n. 8.426/2015 que restabeleceu as alíquotas de PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. A Controlada CEMAR entende que esse decreto não somente cometeu violação clara ao princípio da legalidade em matéria tributária, mas também ao princípio da não cumulatividade e ao disposto no art. 195, §§ 9º e 12, da Constituição Federal. Diante disso a Companhia optou por provisionar e depositar em juízo os valores apurados, no montante de R\$ 11.046 (R\$ 16.555 em 31 de dezembro de 2016).

Além dos processos provisionados conforme demonstrado anteriormente, existem outras contingências fiscais cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da CEMAR e da CELPA e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 46.131 (R\$ 46.268 em 31 de dezembro de 2016) para as quais não foram constituídas provisões.

Trabalhistas

Atualmente, o passivo trabalhista das Controladas CEMAR e CELPA é composto por 1.698 (2.372 processos em 2016) reclamações ajuizadas por ex-empregados contra a Companhia e suas controladas, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, estabilidade CIPA, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Além dos processos provisionados conforme demonstrado anteriormente, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da CEMAR e da CELPA e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 68.579 (R\$ 91.816 em 31 de dezembro de 2016) para as quais não foram constituídas provisões.

Regulatórias

O valor a ser provisionado nesse item corresponde a prováveis penalidades a serem aplicadas nas Controladas CEMAR e na CELPA, provenientes de:

- Autos de Infração (AI) emitidos pelo órgão regulador do setor elétrico - a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);
- Termos de Notificação (TN) emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica/CEEE, quando se tratarem de infrações relacionadas à comercialização de energia elétrica;
- Penalidades emitidas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), quando se tratarem de infrações relacionadas à operação do sistema elétrico; e
- Sanções Administrativas provenientes dos órgãos de defesa do consumidor.

Em 2017 ocorreu na controlada CEMAR a reversão total de R\$ 8.370, sendo que desse valor R\$ 7.740 refere-se reversão de um processo para auto de infração ANEEL, que teve sua avaliação de risco alterada de provável para remoto.

28 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
Devolução a consumidores (a)	-	-	50.396	72.227
ANEEL - autos de infração	-	-	3.010	11.406
Convênios de arrecadação (b)	-	-	12.682	26.477
Encargos tarifários	-	-	17.207	10.112
Outras apropriações fornecedores (c)	-	-	15.647	10.846
Multas regulatórias	-	-	1.623	16.465
Cauções	-	-	12.448	8.478
Neutralidade PIS/COFINS	-	-	2.514	-
Aquisição CELPA (d)	-	-	60.000	60.000
Questionamentos tributários - CCC (e)	-	-	338.541	165.333
Outras contas a pagar (f)	9.325	317	47.007	38.547
Total circulante	9.325	317	561.075	419.891
Não circulante				
ANEEL - autos de infração (g)	-	-	26.619	22.274
Questionamentos tributários - CCC (e)	-	-	-	158.045
Desvalorização de investimentos permanentes	514	-	-	-
Outras contas a pagar (f)	16.450	-	40.415	35.729
Total não circulante	16.964	-	67.034	216.048
Total	26.289	317	628.109	635.939

- (a) Destina-se a créditos de consumidores das controladas CEMAR e CELPA referentes a devoluções diversas como créditos a pagar violação nível de tensão, pagamentos a maiores, valores faturadas a maiores, cobranças indevidas na fatura;
- (b) Refere-se a remuneração dos serviços prestados pela Companhia para o setor público referente a arrecadação de CIP - Contribuição de Iluminação Pública;
- (c) Adiantamentos recebidos de consumidores e terceiros, por conta de execução de serviços técnicos, ou de alienações que as controladas CEMAR e CELPA irão realizar;
- (d) Refere-se a saldo a ser restituído referente ao Programa Luz Para Todos. O valor do ajuste foi estimado pela Administração da Empresa quando da aquisição da controlada CELPA;
- (e) Refere-se a questionamentos tributários a restituir ao Fundo CCC conforme Resolução Normativa nº 427/11. A variação ocorrida durante o exercício findo 31 de dezembro de 2017 deve-se, basicamente, à atualização IPCA e à inclusão dos novos valores de ICMS, PIS e COFINS da controlada CELPA. Existem valores a receber no qual seus recebimentos deverão ser finalizados após conclusão da fiscalização que está em curso;
- (f) O montante tem como principais saldos as operações com as controladas: i) R\$ 30.778 referente a provisões de despesa da controlada CELPA; e ii) R\$ 6.928 referente a outros valores diversos a pagar. Adicionalmente a Companhia, em seu contrato de compra e venda de ações e outras avenças da aquisição da Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA (vide nota 16); e
- (g) Refere-se a saldos de Parcelamentos de Multas Regulatórias da controlada CELPA inscritas em Dívida Ativa parceladas em agosto de 2012 e Multas Regulatórias não inscritas em Dívida Ativa na modalidade espontânea Lei nº 12.996/2014 em agosto de 2014. O valor das parcelas será acrescido de juros de 1% mais à variação da taxa SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia

29 Patrimônio líquido

29.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 2.227.021 (R\$ 1.981.985 em 31 de dezembro de 2016) e sua composição por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	ON	%
Squadra Investimentos	29.215.020	14,70%
Opportunity	19.526.839	9,83%
BlackRock	11.459.825	5,77%
GIC	10.022.167	5,04%
Administradores	614753	0,31%
Demais minoritários	127.904.863	64,36%
Total	198.743.467	100%

Não há ações mantidas pela Companhia em tesouraria.

A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 300.000 (trezentos milhões) de ações, mediante a emissão de novas ações ordinárias. Dentro do limite de capital autorizado, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações, debêntures simples, conversíveis em ações ou bônus de subscrição, estabelecendo se o aumento se dará por subscrição pública ou particular, as condições de integralização e o preço da emissão, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para exercício nas emissões cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública, ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei. O Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, poderá outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços a Companhia ou a sociedade sob seu controle, desde que esta não tenha o condão de possibilitar a alteração do controle da Companhia.

A Companhia é listada no segmento do Novo Mercado da B3, tendo exclusivamente ações ordinárias em sua base acionária e garantindo 100% de “Tag Along” aos acionistas minoritários no caso de fusões ou transferência de controle acionário.

29.2 Reserva de capital

Em atendimento a deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 10, a Companhia possui registrado na Reserva de Capital o montante total de R\$ 54.150 (R\$ 54.959 em 31 de dezembro de 2016), referentes a opções outorgadas reconhecidas.

29.3 Reservas de lucros

29.3.1 Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, definido pelo Conselho de Administração, e limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo desta reserva R\$ 49.863 (R\$ 173.735 em 31 de dezembro de 2016).

29.3.2 Reserva para investimento e expansão

Essa reserva destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo desta reserva R\$ 2.471.104 (R\$ 1.836.110 em 31 de dezembro de 2016).

29.3.3 Reserva de distribuição de dividendos adicionais

Essa reserva destina-se a registrar a parcela de dividendos que excede o previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo é de R\$ 3.835.

29.4 Excesso de reserva de lucros

Em 7 de março de 2018 foi proposto pelo Conselho de Administração o aumento de capital da Companhia, sem emissão de novas ações, no montante de R\$ 147.863, mediante capitalização do saldo da reserva legal no valor de R\$ 49.863 e parte da reserva de investimento e expansão no valor de R\$ 98.000. O aumento estabelecido tem o objetivo de atender o que preceitua o estatuto social da Companhia, em consonância com legislação societária brasileira, a qual limita a reserva de lucros, com exceção da reserva para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, ao valor do capital social.

30 Plano de opção de compra de ações

Quarto plano de opções de ações

Foi aprovada, na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 21 de julho de 2014, a criação do Quarto Plano de Opções de Compra de Ações da Equatorial (“Plano”). As opções de subscrição de ações a serem oferecidas nos termos do Plano não excederão 3,0% (três por cento) das ações representativas do capital social total da Companhia (incluindo as ações emitidas em decorrência do exercício de Opções com base neste Plano), contanto que o número total de Ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite de capital autorizado da Companhia.

Uma vez exercida a opção pelos interessados, as referidas ações serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia. Mais detalhes sobre o Plano podem ser obtidos na Ata da AGE que o aprovou, a qual está disponível no site da Companhia e no site da CVM.

Preço de exercício das opções

O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Companhia na BM&FBOVESPA, ponderada pelo volume de negociação, no período de até 180 dias que antecederem a Data de Outorga.

O Preço de Exercício será reduzido pelo valor dos dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos distribuídos pela Companhia aos acionistas ou quaisquer outros valores por Ação colocados à disposição dos acionistas pela Companhia, inclusive em função de redução de capital social sem o cancelamento de ações ou qualquer outra operação societária que implique alocação de recursos aos acionistas ou redução do valor das ações, sempre considerado o período compreendido entre a Data de Outorga e a data do exercício das Opções.

Beneficiários

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

Durante o prazo de 1 (um) ano contado da data de exercício das Opções, os beneficiários não poderão vender, ceder ou, de qualquer forma, alienar as Ações da Companhia originalmente adquiridas ou subscritas ao amparo do Plano.

Em 21 de julho de 2014, o Comitê de Administração do Plano outorgou 4.225.000 (quatro milhões, duzentos e vinte e cinco mil) Opções aos beneficiários do Plano, ao preço de R\$21,76 (vinte e um reais e setenta e seis centavos) por Opção.

Potencial de diluição

De acordo com as regras do Plano, a emissão potencial das opções remanescentes implicaria em uma diluição adicional para os atuais acionistas da Equatorial Energia S.A. equivalente a 3%, no máximo.

31 Receita operacional (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é conforme demonstrada a seguir:

31/12/2017			
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	2.946.087	5.086.812	4.796.684
Industrial	11.968	907.801	552.245
Comercial	335.654	2.716.361	2.023.654
Rural	222.966	458.008	232.814
Poder público	42.674	932.528	725.394
Iluminação pública	1.629	907.613	393.140
Serviço público	8.826	547.605	177.649
Consumo próprio	512	25.053	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	232	1.479.530	163.892
Suprimento CCEE	-	-	65.064
Baixa renda	1.458.939	1.908.948	379.619
Subvenção CDE - Outros	-	-	256.185
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda/excedente de reativos	-	-	(53.663)
Receita de construção	-	-	1.443.181
Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros	-	-	792.666
Atualização do ativo financeiro	-	-	89.250
Outras	-	-	594.755
Total	5.029.487	14.970.259	12.632.529

31/12/2016			
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	2.865.739	5.013.693	4.288.794
Industrial	12.580	1.273.597	751.732
Comercial	330.916	2.945.698	1.986.805
Rural	204.081	453.366	200.382
Poder público	42.687	911.829	690.667
Iluminação pública	1.488	966.882	366.147
Serviço público	8.622	553.861	148.176
Consumo próprio	581	42.971	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede ⁹	148	890.811	20.135
Suprimento CCEE	-	-	240.360
Baixa renda ⁹	1.335.268	1.856.869	335.315
Subvenção CDE - Outros	-	-	148.349
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda/excedente de reativos	-	-	(44.058)
Receita de construção	-	-	1.417.616
Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros	-	-	137.133
Atualização do ativo financeiro	-	-	126.580
Outras	-	-	365.874
Total	4.802.110	14.909.577	11.180.007

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

⁹ Para melhor forma de apresentação e comparação com o exercício atual a companhia classificou nº. de consumidores e MWh da Receita pela disponibilidade - Uso da rede, antes apresentado nas classes industrial, comercial e rural e classificou baixa renda, antes apresentado na classe residencial.

32 Receita operacional líquida (Consolidado)

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecimento de energia elétrica	10.611.654	9.199.288
Receita de distribuição	9.246.341	8.720.311
Remuneração financeira WACC	316.462	193.495
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (a)	792.666	137.133
Subvenção CDE - Outros (b)	256.185	148.349
Suprimento de energia elétrica (c)	65.064	240.360
Receita pela disponibilidade - uso da rede ¹⁰ (d)	163.892	20.135
Receita de construção (e)	1.443.181	1.417.616
Atualização do ativo financeiro	87.408	126.580
Outras receitas (f)	261.330	176.028
Receita operacional bruta	12.632.529	11.180.007
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(1.966.623)	(1.715.709)
PIS e COFINS	(967.187)	(840.202)
Encargos do consumidor	(75.349)	(76.298)
ISS	(2.382)	(6.906)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(541.793)	(583.746)
Outros	(7.775)	(4.965)
Deduções da receita operacional	(3.561.109)	(3.227.826)
Receita operacional líquida	9.071.420	7.952.181

- (a) Compreende os custos relacionados aos encargos setoriais, definidos em legislação específica, às atividades de transmissão e às de geração de energia elétrica, inclusive a geração própria. O ano de 2017 foi afetado diretamente pelo cenário em que a situação hidrológica ainda está abaixo do nível esperado, causando o acionamento de térmicas valoradas ao PLD, incorrendo maiores custos. A Compra de Energia contribuiu para o aumento desse item, motivado pelo aumento dos custos com os novos contratos vigentes a partir de 2017, acrescido de aumento do custo com o risco hidrológico e efeito disponibilidade que são resultados dos custos repassados as distribuidoras para atendimento ao mercado;
- (b) Contempla o ajuste entre os valores homologados no processo tarifário anterior e os realizados, bem como a previsão para o período de vigência das tarifas de que trata esta Resolução nº 2.289/2017. A maior variação está relacionada a previsão dada no Reajuste Tarifário Anual de 2016 ter sido menor em 23% na controlada CEMAR e 78% na controlada CELPA em comparação a 2017;
- (c) As operações de curto prazo estão relacionadas a energia comercializada no MCP (MWh) e o preço de liquidação da diferença, o PLD. Neste exercício devido a situação hidrológica do país, o PLD atingiu o patamar máximo de 521,83 elevando as despesas de curto prazo. Adicionalmente a exposição financeira teve uma variação de preços entre os submercados o que gerou uma despesa financeira em virtude da diferença dos PLD Norte em relação ao demais submercados;
- (d) A variação significativa está relacionada com o incremento da CELTINS na controlada CEMAR que nesse exercício o consumo de energia aumentou 82% em comparação com 2016 e a migração de 33 clientes do ambiente cativo para o livre totalizando 73 clientes livres no ano de 2017, equivalente a um crescimento do consumo de energia de 108% do exercício de 2016 para 2017;
- (e) A receita de construção dos ativos da concessão sofreu um acréscimo em comparação com o exercício anterior em função da inclusão das oito novas empresas transmissoras do grupo; e
- (f) O saldo é composto principalmente pelas taxas administrativas relativas às arrecadações das controladas CEMAR e CELPA de: (i) R\$ 30.068 contribuição de iluminação pública; (ii) R\$ 23.081 uso mútuo de postes; (iii) R\$ 24.086 serviço taxado; (iv) R\$ 17.395 multa de auto religação; e (v) aos serviços prestados pela controlada 55 Soluções principalmente relativos cobrança de fatura, serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento no montante de R\$132.580.

¹⁰ Para fins de comparabilidade e melhor análise dos saldos com o exercício atual, a Companhia reclassificou valores que estavam na rubrica “Outras receitas” para a rubrica “Receita pela disponibilidade – Uso da rede”.

33 Custos do serviço e despesas operacionais (Consolidado)

31/12/2017				
Custos/despesas operacionais	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	85.239	53.086	220.408	358.733
Material	18.565	3.508	3.341	25.414
Serviços de terceiros	191.326	265.827	206.937	664.090
Energia elétrica comprada para revenda	3.943.127	-	-	3.943.127
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	391.880	-	-	391.880
Custo de construção	1.429.206	-	-	1.429.206
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber e perdas com clientes comerciais	-	268.333	-	268.333
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	37.021	37.021
Amortização	283.448	-	97.284	380.732
Arrendamento e aluguéis	17.351	4.775	4.670	26.796
Subvenção CCC	84.375	-	-	84.375
Outros	1.868	(12.268)	599	(9.801)
Total	6.446.385	583.261	570.260	7.599.906

31/12/2016				
Custos/despesas operacionais	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	137.818	57.096	141.700	336.614
Material	6.668	2.890	3.403	12.961
Serviços de terceiros	279.704	231.092	188.284	699.080
Energia elétrica comprada para revenda	3.387.077	-	-	3.387.077
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	241.541	-	-	241.541
Custo de construção	1.417.616	-	-	1.417.616
Provisão para crédito de liquidação duvidosa e perdas com clientes comerciais	-	278.199	-	278.199
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	(30.098)	(30.098)
Amortização e depreciação	300.354	-	43.145	343.499
Arrendamento e aluguéis	22.278	4.857	4.843	31.978
Subvenção CCC	2.915	-	-	2.915
Outros	7.429	(13.534)	(22.678)	(28.783)
Total	5.803.400	560.600	328.599	6.692.599

34 Energia elétrica comprada para revenda (Consolidado)

	GWh(*)		R\$	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Energia de leilão (a)	11.473	12.487	2.248.348	2.482.787
Contratos Eletronuclear	484	486	109.759	85.397
Contratos cotas de garantias (b)	5.595	6.854	341.734	374.392
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (c)	-	-	(107.221)	103.932
Energia bilateral	226	227	-	-
Energia de curto prazo - CCEE (d)	-	(1.550)	1.392.827	400.739
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	343	328	101.818	102.634
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	391.880	241.541
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(402.473)	(317.506)
Outros custos	-	-	258.335	154.702
Total	18.121	18.832	4.335.007	3.628.618

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

- (a) Variação decorrente das reduções contratuais realizadas através do MCSD de energia nova, bem como da redução contratual possível através dos acordos bilaterais e reduções via MCSD de energia existente, que foram realizadas em virtude da migração de clientes livres e especiais. Outro fator que contribuiu para redução do montante contratado na energia leilão foi o encerramento dos contratos nos leilões de energia existente;
- (b) A despesa dos contratos de cotas garantias refere-se à energia decorrente do rateio da garantia física e de potência das usinas cujas concessões foram prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783, de 2013. A alocação das cotas às concessionárias de distribuição de energia é estabelecida conforme regulamento da ANEEL. Para o ano de 2017, a quantidade contratada é 19% a menor se comparada a 2016, o que resulta em redução da despesa com esse tipo de contrato. Cabe ressaltar, que a partir de setembro/17 a garantia física das usinas reduziu de 95% para 90%, logo a quantidade contratada com as usinas cotistas teve redução contratual junto as distribuidoras;
- (c) A variação é oriunda das receitas recebidas da conta da Energia de Reserva, CONER - Conta de Energia de Reserva, no cenário em que o PLD está acima do preço da energia de reserva, a operação gera superávit, que é repassado para as distribuidoras. Essas receitas nos últimos meses foram maiores que a despesa com o ESS, referente aos maiores despachos térmicos para atendimento do Sistema Elétrico; e
- (d) No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as receitas de compra de energia das controladas CEMAR e CELPA no curto prazo tiveram influências dos seguintes fatores: (i) PLD utilizado para liquidação de energia comprada no mercado spot, cujo valor médio para este exercício ficou em R\$ 201,66 e 255,66 por MWh nas controladas CEMAR e CELPA respectivamente; e (ii) Contratos de energia de 2017 negociados no mercado de curto prazo. A Companhia utilizou todos os mecanismos regulamentados para manter o nível de cobertura contratual dentro do limite regulatório, sobrecontratação até 103%. Vale ressaltar que no ano de 2017 a concessionária utilizou todos os mecanismos regulamentados para manter o nível de cobertura contratual dentro do limite regulatório, sobrecontratação até 105%.

35 Outras despesas operacionais líquidas (Consolidado)

	31/12/2017	31/12/2016
Perda/ganho na desativação de bens e direito	69.203	59.581
Multa por violação de indicadores (a)	21.221	33.219
Indenização por danos a terceiros	5.061	5.362
Outras receitas operacionais	6.834	(6.598)
Provisão para perda de estoque	9.601	9.601
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>111.920</u>	<u>101.165</u>

- (a) Indicadores como Duração de interrupção individual por unidade consumidora - DIC, Frequência de interrupção individual por unidade consumidora - FIC, Duração Equivalente de interrupção por unidade consumidora - DEC e Frequência Equivalente de interrupção por unidade consumidora - FEC

36 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras				(Reapresentado)
Rendas financeiras	49.597	35.458	261.576	305.699
Valores a receber/devolver parcela A	-	-	56.561	54.117
Operações com instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-
Acréscimo moratório de energia vendida	-	-	192.293	141.985
Receita financeira de AVP	483	-	34.574	-
Variação monetária e cambial da dívida	(a) -	-	30.040	330.751
Variação monetária e cambial da caução STN ¹¹	-	-	8.907	11.796
PIS/COFINS sobre receita financeira	(3.332)	(3.521)	(24.222)	(25.098)
Atualização sub-rogação CCC	-	-	1.018	4.993
Atualização CDE	-	-	-	-
Descontos obtidos	-	-	48	2.118
Juros ativos	21.261	40.740	11	2.412
Outras receitas financeiras	2	17	11.139	34.114
Total de receitas financeiras	68.011	72.694	571.945	862.887
Despesas financeiras				
Valores a receber/devolver parcela A	-	-	(42.877)	(44.423)
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(b) -	-	(48.575)	(296.744)
Variação monetária e cambial da dívida	(195)	-	(126.745)	(174.818)
Variação monetária e cambial da caução STN	-	-	(5.609)	(20.720)
Encargos da dívida	(3.719)	-	(375.649)	(314.670)
Atualização de eficiência e contingências	-	-	(17.776)	(40.482)
Multas regulatórias	-	-	938	(1.455)
Despesa financeira de AVP	-	-	(55.563)	(36.367)
Juros, multas s/ operação de energia	-	-	(631)	(934)
Juros passivos	-	-	(51.334)	(32.456)
Descontos concedidos	-	-	(6.821)	(2.753)
Outras despesas financeiras	(7.034)	(7)	(10.519)	(25.990)
Total de despesas financeiras	(10.948)	(7)	(741.161)	(991.812)
Resultado financeiro líquido	57.063	72.687	(169.216)	(128.925)

- (a) O principal efeito da variação cambial, é derivado do aumento do dólar em 1,5%, saindo de R\$ 3,26 em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 3,31 em 31 de dezembro de 2017, contra uma queda do dólar em 2016 de 16,4%, saindo de R\$ 3,90 em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 3,26 em 31 de dezembro de 2016; e
- (b) Refere-se principalmente à contratação de operações de Swap, que trocam Dólar + spread por CDI + spread. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tivemos despesa líquida de Swap no valor de R\$ 48.215, devido ao aumento do dólar em 2017 de 1,5% (ponta ativa, vide nota "a") ser inferior a despesa com o CDI acumulado no ano. Em outubro de 2017 ocorreu a liquidação das operações 4131 Itaú e Santander da controlada CEMAR, contribuindo para redução em 75% do resultado, comparado a 2016.

37 Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per Share*), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	31/12/2017	31/12/2016
Numerador		
Lucro líquido do exercício	997.263	712.217
Denominador		
1. Total de ações no cálculo do LPA básico	198.743	198.676
2. Total de ações no cálculo do LPA diluído (i)	199.874	200.648
Lucro do exercício básico por lote de mil ações - R\$	5,01784	3,58481
Lucro do exercício diluído por lote de mil ações - R\$	4,98956	3,54969

¹¹ Para fins de comparabilidade e melhor análise dos saldos com o exercício atual, a Companhia reclassificou valores de "Variação monetária e cambial da caução STN" que estavam na rubrica "Variação monetária e cambial da dívida".

	31/12/2017	31/12/2016
(i) Fator de diluição (a)		
3. Quantidade de Ações no Plano	4.225	4.225
4. Quantidade de ações exercidas	278	141
5. Anos exercíveis	4	4
6. Exercíveis atual	3	2
LPA diluído (1+(3/4)-6))	199.874	200.648

(a) Decorre do Plano de Opções de Compra de Ações (vide nota 30).

38 **Benefício pós-emprego (Entidade de previdência privada)**

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresenta um montante consolidado de R\$ 43.216 (R\$ 38.412 em 31 de dezembro de 2016) referente a planos de aposentadoria e pensão. Esse montante tem origem da Controlada CELPA.

CEMAR

Características do plano de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora da FASCEMAR - Fundação de Assistência e Seguridade dos Servidores da CEMAR, Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária.

A FASCEMAR foi totalmente reestruturada ao longo do ano de 2005, culminando na implantação e operacionalização de um novo plano previdenciário a partir de maio de 2006, - o Plano Misto de Benefícios I, em regime de contribuição definida na modalidade de contribuição variável de acordo com a classificação definida pela Previc. O plano oferece o benefício de aposentadoria normal, na modalidade de contribuição definida, e o benefício por incapacidade e por morte de participante ativo, na modalidade de benefício definido, além dos institutos legais obrigatórios. Desde a sua implementação, verificou-se a adesão de 98% dos participantes ativos do Plano de Benefício Definido I (Plano BD I), assim como dos funcionários da CEMAR que não contavam com este benefício.

Atualmente, o Plano BD I atende em sua maioria os participantes aposentados e pensionistas que já se encontravam em gozo do benefício em abril de 2006. Este plano apresenta os benefícios de aposentadoria por idade, especial, tempo de contribuição e auxílio funeral.

A Companhia, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para os dois Planos, uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. Na apuração do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, esse valor corresponde a R\$ 2.673 (R\$ 2.318 em 31 de dezembro de 2016).

(i) Plano de Benefícios Definidos I - BD-I

Plano de benefícios previdenciários administrado pela FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar e patrocinado pela CEMAR, sendo oferecido aos seus empregados e respectivos dependentes.

O BD-I é estruturado na modalidade de “Benefício Definido”, existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria por Invalidez

O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria por invalidez da Previdência Social.

- Aposentadoria por Idade

O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria por idade da Previdência Social.

- Aposentadoria por Tempo de Contribuição

O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria por tempo de contribuição da Previdência Social.

- Aposentadoria Especial

O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria especial da Previdência Social.

- Auxílio Doença

O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e o benefício de auxílio-doença da Previdência Social, desde que o participante tenha efetuado 12 meses de contribuições ao plano.

- Auxílio-Funeral

O benefício equivale ao valor de R\$ 116,25, em novembro/1995, atualizável nas mesmas épocas e pelos mesmos índices de reajuste salarial coletivo da patrocinadora. É concedido à pessoa que comprove ter sido executor do funeral do participante, desde que o este tenha efetuado 12 meses de contribuições ao plano.

- Abono Anual

O benefício é concedido na mesma época em que é concedido o abono anual da Previdência Social, e consiste em uma prestação pecuniária anual de 1/12 (um doze avos) da renda mensal devida em dezembro por mês de complementação recebida durante o ano.

- Pensão por Morte

O benefício a ser concedido consiste em uma renda mensal equivalente a 50% (mais 10% por beneficiário) da renda recebida pelo participante assistido ou da renda que o participante ativo teria direito se viesse a se aposentar por invalidez na data de falecimento.

As principais definições do plano, conforme disposto no seu Regulamento, são:

- Salário Real de Contribuição (SRC)

É o valor sobre o qual incidem os percentuais de contribuições do participante.

- Salário Real de Benefício (SRB)

Média aritmética simples dos últimos 36 meses dos Salários Reais de Contribuição anteriores ao mês de início do benefício, excluindo-se o 13º salário, atualizados pelos mesmos índices de atualização utilizados pelo RGPS no cálculo do Salário de Benefício. É o valor base para o cálculo das complementações de benefícios.

- **Unidade Mínima de Benefício (UMB)**

A UMB corresponde ao menor valor mensal que uma complementação de aposentadoria ou pensão pode assumir, equivalente a R\$ 128,00 em maio/2004. Esse valor é atualizado nas mesmas épocas e pelos mesmos índices estabelecidos no Regulamento para reajuste das complementações.

- **Benefício Mínimo**

É garantido o valor mínimo de 25% do SRB, não podendo esse valor ser inferior à UMB.

- **Contribuições**

O custeio do plano é obtido através das Contribuições Normais dos participantes e das patrocinadoras.

(ii) *Plano Misto de Benefícios - PMB*

Plano de benefícios previdenciários administrado pela FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar e patrocinado pela CEMAR - Companhia Energética do Maranhão e pela própria FASCEMAR.

O PMB é um plano contributivo com modalidade de “Contribuição Definida” para os benefícios programados e de “Benefício Definido” para os benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- **Aposentadoria Normal**

É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:

- a. Ter 180 meses ininterruptos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
- b. Ter 60 meses de contribuição efetiva ao plano;
- c. Ter idade igual ou superior a 55 anos; e
- d. Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora.

O valor do benefício resulta da transformação do Saldo de Contas em uma renda certa, de 12 parcelas por ano, por “n” meses.

- **Aposentadoria de Incapacidade para o Trabalho**

O benefício é concedido ao participante que estiver em gozo da aposentadoria por Invalidez da Previdência Social, desde que este esteja no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do Saldo de Contas em uma renda mensal.

- **Pensão por Morte de Ativo**

O benefício é concedido aos beneficiários do participante ativo que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do Saldo de Contas em uma renda mensal.

- **Pensão por Morte de Assistido**

O benefício é concedido aos beneficiários do participante assistido que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício consiste na continuação da renda paga ao participante assistido.

As principais definições do plano, conforme disposto no seu Regulamento, são:

- **Salário Real de Contribuição (SRC)**

É o valor sobre o qual incidem os percentuais de contribuições do participante.

- **Indexador Atuarial do Plano (IAP)**

Conforme definido no Artigo 22 do Regulamento, o IAP equivale ao INPC do IBGE.

- **Unidade de Referência FASCEMAR (URF)**

É a unidade padrão do plano, que corresponde a R\$ 257,67 em novembro/2004. Esse valor é atualizado pelo indexador IAP.

- **Rentabilidade Líquida**

É o resultado financeiro líquido dos investimentos das Provisões e Fundos do plano através da sistemática de cálculo de cota aprovada pelo Conselho Deliberativo. A cota reflete o resultado financeiro líquido entre duas datas consecutivas de apuração.

- **Contribuição Real Média Mensal (CRMM)**

A CRMM é a média das contribuições mensais relativas aos 12 últimos meses imediatamente anteriores à data de cálculo. A CRMM é destinada para o cálculo dos benefícios de Incapacidade e de Pensão por Morte de Ativo.

- **Saldo de Conta Aplicável**

É a soma dos valores que o participante tem direito quando do cálculo do seu benefício.

- **Contribuições**

- a. O custeio do plano é obtido através das seguintes contribuições:
- b. Contribuição Normal Mensal Programada dos participantes;
- c. Contribuição Normal Facultativa dos participantes;
- d. Contribuição Normal de assistido;
- e. Contribuição Básica do patrocinadora;

- f. Contribuição para Benefícios de Risco do patrocinadora; e
- g. Contribuição para Despesas Administrativas do patrocinadora.

38.1 Premissas adotadas

As hipóteses (premissas) utilizadas na Avaliação Atuarial segundo o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), publicado em dezembro/2012, em correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 19 (IASB - BV 2012), são apresentadas a seguir

	CEMAR BDI	CEMAR PMB
Taxa real de desconto atuarial	5,27%	5,04%
Retorno real esperado sobre os ativos	5,27%	5,04%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	0,00%	1,00%
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento	0,00%	0,00%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,00%	Não aplicável.
Fator de capacidade sobre os salários	100,00%	Não aplicável.
Inflação esperada	3,96%	3,96%
Taxa de desconto nominal	9,44%	9,20%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	9,44%	9,20%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	3,96%	5,00%
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	3,96%	3,96%
Mortalidade geral	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%
Mortalidade de inválidos	AT-83 (IAM) MALE	AT-83 (IAM) MALE
Entrada em invalidez	Não aplicável	LIGHT MÉDIA
Taxa anual de rotatividade	Nula	Nula
Composição familiar	Para participantes ativos, família média (considerando 80% do grupo casado e homem 6 anos mais velho do que a mulher). Para participantes assistidos, família real (conforme cadastro).	Não aplicável.

38.2 Informações dos participantes

	Planos de benefícios	
	CEMAR BDI	CEMAR PMB
Participantes ativos		
Quantidade	25	1.146
Idade média (em anos)	50	37
Tempo média de empresa (em anos)	24	9
Salário mensal médio (R\$)	8.772,00	4.247,04
Quantidade	-	3
Idade média (em anos)	-	35
Participantes aposentados		
Quantidade	415	51
Idade média (em anos)	72	61
Benefício mensal médio (R\$)	1.883,22	2.116,31
Participantes Pensionistas		
Quantidade	225	8
Idade média (em anos)	63	29
Benefício mensal médio (R\$)	973,15	683,21

38.3 Apuração do passivo/ativo atuarial

A conciliação dos ativos e passivos demonstrará o excesso ou a insuficiência de recursos para cobertura do benefício pós-emprego, e que deve ser apresentado no balanço da empresa.

Apresentamos, a seguir, a demonstração dos resultados apurados em 31/12/2017 (Passivo ou Ativo Atuarial a ser contabilizado) e a projeção de despesas a serem reconhecidas no resultado do exercício de 2018.

Os resultados da avaliação atuarial são apresentados a seguir.

Plano BD-I

Ativos do Plano	Valor Contabilizado	Ajuste a Valor de Mercado	Valor a Mercado	Em %
Disponível	43.458	-	43.458	0,02%
Realizável - Gestão Previdencial	524.168	-	524.168	0,29%
Realizável - Gestão Administrativa	974.164	-	974.164	0,54%
Fundos de Investimentos	4.893.927	-	4.893.927	2,72%
Títulos públicos	144.628.190	16.617.833	161.246.023	89,62%
Créditos privados e depósitos	7.824.923	-	7.824.923	4,35%
Ações	-	-	-	0,00%
Depósitos Judiciais	-	-	-	0,00%
Investimentos Imobiliários	3.201.262	-	3.201.262	1,78%
Empréstimos e Financiamentos	1.188.503	-	1.188.503	0,66%
Outros realizáveis	26.072	-	26.072	0,01%
(=) Ativo Total	163.304.667	16.617.833	179.922.500	100,00%
Em 30/11/2017				Em R\$ 1,00
(+) Ativo total				179.922.499
(-) Exigível Operacional				(960.357)
(-) Exigível Contingencial				-
(-) Fundos Previdenciais				-
(-) Fundos Administrativos				(974.164)
(-) Fundos Investimentos				(2.143)
(=) Valor Justo dos Ativos do Plano (total)				177.985.835
Proporção das Obrigações ref. A empresa				100,00%
Valor Justo dos Ativos				177.985.835

Plano Misto de Benefícios - PMB

Ativo do plano	Valor Contabilizado	Ajuste a Valor de Mercado	Valor a Mercado	Em %
Disponível	368.368	-	368.368	0,43%
Realizável - Gestão Previdencial	10.363	-	10.363	0,01%
Realizável - Gestão Administrativa	2.101.374	-	2.101.374	2,47%
Fundos de Investimentos	12.881.627	-	12.881.627	15,16%
Títulos públicos	63.240.862	934.171	64.175.033	75,54%
Créditos privados e depósitos	-	-	-	0,00%
Ações	-	-	-	0,00%
Depósitos Judiciais	-	-	-	0,00%
Investimentos Imobiliários	-	-	-	0,00%
Empréstimos e Financiamentos	5.408.569	-	5.408.569	6,37%
Outros realizáveis	15.134	-	15.134	0,02%
(=) Ativo Total	84.026.297	934.171	84.960.468	100,00%
Em 30/11/2017				Em R\$ 1,00
(+) Ativo total				84.026.295
(-) Exigível Operacional				(535.259)
(-) Exigível Contingencial				-
(-) Fundos Previdenciais				(6.494.941)
(-) Fundos Administrativos				(2.101.374)
(-) Fundos Investimentos				(328.634)
(=) Patrimônio de cobertura				74.566.088
(-) Saldos de Conta				(74.566.088)
(+) Fundo de Risco				4.996.515
(+/-) Ajuste Marcação à mercado (parcela BD)				-
(=) Valor Justo dos Ativos do Plano (total)				4.996.515
Proporção das Obrigações ref. A empresa				97,05%
Valor Justo dos Ativos				4.849.051

38.4 Resultado da avaliação atuarial

Os resultados das avaliações atuariais apuraram o seguinte compromisso do plano com seus participantes:

Plano BD-I

	Plano BDI	
	31/12/2017	31/12/2016
A apuração do passivo (ativo) líquido		
1 Déficit/(Superávit) apurado		
1 Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	149.889.681	144.403.546
2 Valor justo dos ativos do plano	(177.985.835)	(167.701.545)
3 Déficit/(Superávit) apurado	(28.096.154)	(23.297.999)
2 Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais		
1 Efeito do Teto de Ativo	28.096.154	23.297.999
2 Passivos Adicionais	-	-
3 Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	28.096.154	23.297.999
3 Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33(R1)		
1 Passivo/(Ativo) líquido apurado (A.1.3 + A.2.3)	-	-
<i>Passivo/(ativo) já reconhecido</i>		-
<i>Passivo/(ativo) a reconhecer no exercício</i>		-

Conforme pode ser identificado no quadro anterior, existem recursos integralizados suficientes (Superávit de R\$ 28.096.154) para garantir o pagamento dos compromissos do plano, não tendo obrigação atuarial a ser provisionada pela empresa.

Plano Misto de Benefícios - PMB

	Plano PMB	
	31/12/2017	31/12/2016
A apuração do passivo (ativo) líquido		
1 Déficit/(Superávit) apurado		
1 Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	680.820	586.876
2 Valor justo dos ativos do plano	(4.849.053)	(4.044.886)
3 Déficit/(Superávit) apurado	(4.168.233)	(3.458.010)
2 Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais		
1 Efeito do Teto de Ativo	4.168.233	3.458.010
2 Passivos Adicionais	-	-
3 Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	4.168.233	3.458.010
3 Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33(R1)		
1 Passivo/(Ativo) líquido apurado (A.1.3 + A.2.3)	-	-
<i>Passivo/(ativo) já reconhecido</i>		-
<i>Passivo/(ativo) a reconhecer no exercício</i>		-

Conforme pode ser identificado no quadro anterior, existem recursos integralizados suficientes (Superávit de R\$ 4.168.233) para garantir o pagamento dos compromissos do plano, não tendo obrigação atuarial a ser provisionada pela empresa.

38.5 Movimentação do ativo/passivo atuarial

Para cada exercício, os valores de despesa (receitas) esperados são calculados pela projeção das variações das obrigações atuariais.

Para o exercício de 2018, os valores a serem registrados são os seguintes:

		Plano BDI	
		31/12/2018	31/12/2017
D projeção dos custos do plano para o período seguinte			
1 Resultado do Exercício projetado para o período seguinte			
1 Custo do serviço corrente		43.998	30.612
2 Custo de juros sobre as obrigações atuariais		13.545.461	15.092.323
3 Rendimento esperado dos ativos do plano		(16.218.427)	(17.661.513)
4 Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais		2.651.909	2.546.817
5 Fluxo de caixa projetado para custeio do plano		(456.446)	(420.200)
a) Contribuições esperadas dos participantes		(228.223)	(210.100)
b) Contribuições esperadas do empregador		(228.223)	(210.100)
6 Despesa (receita) a reconhecer até o fim do período seguinte		(433.505)	(411.961)
		Plano PMB	
		31/12/2018	31/12/2017
D projeção dos custos do plano para o período seguinte			
1 Resultado do Exercício projetado para o período seguinte			
1 Custo do serviço corrente		86.039	81.330
2 Custo de juros sobre as obrigações atuariais		53.646	54.043
3 Rendimento esperado dos ativos do plano		(446.093)	(442.161)
4 Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais		383.460	378.012
5 Fluxo de caixa projetado para custeio do plano		(199.780)	(189.820)
a) Contribuições esperadas dos participantes		-	-
b) Contribuições esperadas do empregador		(199.780)	(189.820)
6 Despesa (receita) a reconhecer até o fim do período seguinte		(122.728)	(118.596)

Os valores apresentados devem ser analisados ao encerramento do próximo exercício, quando será apurado novamente se estas projeções se concretizaram ou se será necessário efetuar ajustes adicionais em relação às provisões de benefícios pós-emprego.

38.6 Demonstrativo completo sobre os cálculos efetuados em 31/12/2017

Demonstração do reconhecimento do passivo/(ativo) neste exercício

	31/12/2017		31/12/2016	
	BD - I	PMB	BD - I	PMB
1 Ativo Líquido de Cobertura do Plano				
1.1 Valor justo dos ativos do plano	(177.985.835)	(4.849.053)	167.701.545	4.044.886

Equatorial Energia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017

	Plano BDI	
	31/12/2017	31/12/2016
B reconhecimento dos custos do plano no exercício		
1 Resultado do Exercício		
1 Custo do serviço corrente	30.612	25.865
2 Custo do serviço passado	-	-
<i>a) (Ganhos)/perdas na alteração ou redução do plano</i>	-	-
<i>b) (Ganhos)/perdas na liquidação (settlement)</i>	-	-
3 Contribuições de participantes	(210.100)	(24.138)
4 Contribuições do empregador	(210.100)	(24.138)
5 Custo de juros sobre as obrigações atuariais	15.092.323	17.277.319
6 Rendimento esperado dos ativos do plano	(17.661.513)	(20.684.172)
7 Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	<u>2.546.817</u>	<u>3.403.416</u>
8 Total de despesa (receita) a reconhecer no Resultado do Exercício	(411.961)	(25.848)
2 Outros Resultados Abrangentes (ORA), no período		
1 (Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(5.221.512)	(13.074.334)
2 (Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	3.382.135	16.285.366
3 (Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	<u>2.251.338</u>	<u>(3.185.184)</u>
4 (Ganhos)/perdas a reconhecer em ORA	411.961	25.848
3 Outros Resultados Abrangentes (ORA), acumulado		
1 (Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos no início do período em ORA	4.918.528	4.892.680
2 (Ganhos)/perdas no período	<u>411.961</u>	<u>25.848</u>
3 (Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos ao fim do período em ORA	5.330.489	4.918.528
4 Reconciliação do Passivo/(Ativo) reconhecido		
1 Passivo/(ativo) no início do período	-	-
2 Passivo/(ativo) adicional reconhecido no período	-	-
<i>a) Em Resultado do Exercício</i>	<i>(411.961)</i>	<i>(25.848)</i>
<i>b) Em ORA</i>	<u><i>411.961</i></u>	<u><i>25.848</i></u>
3 Passivo/(ativo) no fim do período	-	-

	Plano PMB	
	31/12/2017	31/12/2016
B reconhecimento dos custos do plano no exercício		
1 Resultado do Exercício		
1 Custo do serviço corrente	81.330	81.573
2 Custo do serviço passado	-	-
<i>a) (Ganhos)/perdas na alteração ou redução do plano</i>	-	-
<i>b) (Ganhos)/perdas na liquidação (settlement)</i>	-	-
3 Contribuições de participantes	-	-
4 Contribuições do empregador	(189.820)	(227.761)
5 Custo de juros sobre as obrigações atuariais	54.043	75.999
6 Rendimento esperado dos ativos do plano	(442.161)	(452.010)
7 Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	<u>378.012</u>	<u>359.795</u>
8 Total de despesa (receita) a reconhecer no Resultado do Exercício	(118.596)	(162.404)
2 Outros Resultados Abrangentes (ORA), no período		
1 (Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(362.104)	(527.843)
2 (Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	148.489	31.926
3 (Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	<u>332.211</u>	<u>658.321</u>
4 (Ganhos)/perdas a reconhecer em ORA	118.596	162.404
3 Outros Resultados Abrangentes (ORA), acumulado		
1 (Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos no início do período em ORA	1.919.744	1.757.340
2 (Ganhos)/perdas no período	<u>118.596</u>	<u>162.404</u>
3 (Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos ao fim do período em ORA	2.038.340	1.919.744
4 Reconciliação do Passivo/(Ativo) reconhecido		
1 Passivo/(ativo) no início do período	-	-
2 Passivo/(ativo) adicional reconhecido no período	-	-
<i>a) Em Resultado do Exercício</i>	<i>(118.596)</i>	<i>(162.404)</i>
<i>b) Em ORA</i>	<u><i>118.596</i></u>	<u><i>162.404</i></u>
3 Passivo/(ativo) no fim do período	-	-

Reconciliação do passivo/(ativo)

Para fins de registro contábil da CEMAR, a movimentação ocorrida do Passivo Atuarial ocorrida durante o exercício de 2017 foi conforme a seguir demonstrada:

4 Reconciliação do Passivo/(Ativo) reconhecido	Plano BDI	
1 Passivo/(ativo) no início do período	-	-
2 Passivo/(ativo) adicional reconhecido no período	-	-
a) Em Resultado do Exercício	(411.961)	(25.848)
b) Em ORA	411.961	25.848
3 Passivo/(ativo) no fim do período	-	-

4 Reconciliação do Passivo/(Ativo) reconhecido	Plano PMB	
1 Passivo/(ativo) no início do período	-	-
2 Passivo/(ativo) adicional reconhecido no período	-	-
a) Em Resultado do Exercício	(118.596)	(162.404)
b) Em ORA	118.596	162.404
3 Passivo/(ativo) no fim do período	-	-

Mudanças nos valores divulgados

	Plano BDI	
C demonstração das mudanças nos valores divulgados	31/12/2017	31/12/2016
1 Valor justo dos ativos do plano		
1 Valor justo dos ativos ao início do ano	(167.701.545)	(146.170.024)
2 Benefícios pagos no período	13.018.935	12.275.261
3 Contribuições de participante realizadas no período	(210.100)	(24.138)
4 Contribuições do empregador realizadas no período	(210.100)	(24.138)
5 Rendimento esperado dos ativos	(17.661.513)	(20.684.172)
a) Rendimento esperado sobre os ativos do período anterior	(18.332.271)	(21.554.698)
b) Rendimento sobre contribuições esperadas	(22.372)	(3.437)
c) Perda de rendimento com pagamentos esperados de benefícios	693.130	873.963
6 (Ganhos)/perdas no Valor justo dos ativos do plano	(5.221.512)	(13.074.334)
7 Valor justo dos ativos no fim do período	(177.985.835)	(167.701.545)
2 Obrigações Atuariais		
1 Obrigações atuariais no início do período	144.403.546	123.090.257
2 Custo do serviço corrente	30.612	25.865
3 Juros sobre obrigação atuarial	15.092.323	17.277.319
a) Despesa de juros sobre obrigação atuarial do período anterior	15.785.453	18.151.282
b) Redução de juros decorrente dos pagamentos esperados de benefícios	(693.130)	(873.963)
4 Benefícios pagos no período	(13.018.935)	(12.275.261)
5 (Ganhos)/Perdas nas obrigações atuariais	3.382.135	16.285.366
6 Obrigações atuariais no fim do período	149.889.681	144.403.546
3 Teto do Ativo e Requisitos de Funding Mínimo		
1 Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais no início do período	23.297.999	23.079.767
2 Juros esperados sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	2.546.817	3.403.416
3 (Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	2.251.338	(3.185.184)
4 Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais no fim do período	28.096.154	23.297.999

	Plano PMB	
	31/12/2017	31/12/2016
C demonstração das mudanças nos valores divulgados		
1 Valor justo dos ativos do plano		
1 Valor justo dos ativos ao início do ano	(4.044.886)	(3.065.436)
2 Benefícios pagos no período	189.918	228.164
3 Contribuições de participante realizadas no período	-	-
4 Contribuições do empregador realizadas no período	(189.820)	(227.761)
5 Rendimento esperado dos ativos	(442.161)	(452.010)
a) Rendimento esperado sobre os ativos do período anterior	(442.166)	(452.039)
b) Rendimento sobre contribuições esperadas	(10.106)	(16.216)
c) Perda de rendimento com pagamentos esperados de benefícios	10.111	16.245
6 (Ganhos)/perdas no Valor justo dos ativos do plano	(362.104)	(527.843)
7 Valor justo dos ativos no fim do período	(4.849.053)	(4.044.886)
2 Obrigações Atuariais		
1 Obrigações atuariais no início do período	586.876	625.542
2 Custo do serviço corrente	81.330	81.573
3 Juros sobre obrigação atuarial	54.043	75.999
a) Despesa de juros sobre obrigação atuarial do período anterior	64.154	92.244
b) Redução de juros decorrente dos pagamentos esperados de benefícios	(10.111)	(16.245)
4 Benefícios pagos no período	(189.918)	(228.164)
5 (Ganhos)/Perdas nas obrigações atuariais	148.489	31.926
6 Obrigações atuariais no fim do período	680.820	586.876
3 Teto do Ativo e Requisitos de Funding Mínimo		
1 Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais no início do período	3.458.010	2.439.894
2 Juros esperados sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	378.012	359.795
3 (Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	332.211	658.321
4 Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais no fim do período	4.168.233	3.458.010

38.7 Análise de sensibilidade

Conforme o item 145 da CPC 33(R1), a empresa deve divulgar análise de sensibilidade para premissas atuariais significativas. A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, com variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial.

Premissa	Análise de sensibilidade	BD - I		PMB	
		Impacto R\$	Impacto %	Impacto R\$	Impacto %
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(6.435.863)	(4,29%)	(19.715)	(2,90%)
	Redução de 0,5%	6.972.865	4,65%	20.822	3,06%
Expectativa de Vida	Redução de 1 ano	3.516.224	2,35%	(15.926)	(2,34%)
	Aumento de 1 ano	(3.575.992)	(2,39%)	17.859	2,62%

- Análise da variação em Perdas/(Ganhos)

A seguir é apresentado a abertura das principais variáveis que explicam a variação ocorrida nas perdas/(ganhos) sobre as obrigações atuariais apuradas no exercício.

Análise da variação em Perdas/(Ganhos) nas Obrigações Atuariais apuradas no exercício	BD - I		PMB	
	Impacto, em R\$	% das Obrigações Atuariais	Impacto, em R\$	% das Obrigações Atuariais
Alteração da Taxa de Desconto vigente no ano anterior para a Taxa de Desconto desse exercício	6.559.486	4,4%	28.807	4,2%
Experiência da população	(3.177.351)	(2,1%)	119.682	17,6%
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais no período	3.382.135	2,3%	148.489	21,8%

CELPA

Características do plano de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, de planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A Companhia possui passivo atuarial não coberto que tem origem em acordo firmado entre a Companhia e os ex-empregados e pensionistas. Nos termos do acordo, deliberado pela Resolução nº 10, de 4 de agosto de 1989, pela Administração da Companhia e passando a vigorar a partir de 11 de junho de 1996, que conferiu direitos e benefícios previdenciários ao grupo de pessoas acima referido. A Companhia mantém provisionado integralmente o valor apurado deste passivo atuarial na rubrica “Plano de aposentadoria e pensão”.

A CELPA, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para 3 (três) planos (BD II, OP e R), uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. Na apuração do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, esse valor corresponde a R\$ 4.079 (R\$ 2.879 em 31 de dezembro de 2016).

Os planos de benefícios previdenciários patrocinados pela Companhia estão descritos a seguir:

(i) Plano de benefícios CELPA BD-I

Plano de benefícios previdenciários administrado pela Fundação de Previdência Complementar (FASCEMAR) e patrocinado pela CELPA. O plano foi extinto em 01/01/1998, sendo então vedada a inscrição de novos participantes. Hoje, o plano não tem mais participantes ativos, somente assistidos.

O Celpa BD-I é estruturado na modalidade “Benefício Definido”, existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos (aposentados e pensionistas). De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos são os seguintes:

- Aposentadoria por Invalidez

O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria por idade da Previdência Social.

- Aposentadoria por Idade

O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria por idade da Previdência Social.

- Aposentadoria por Tempo de Contribuição

O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria por idade da Previdência Social.

- Aposentadoria Especial

O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria por idade da Previdência Social.

- **Pensão por Morte**
O benefício acima corresponde a 50% da aposentadoria mensal que o participante recebia antes de seu falecimento ou da renda a que este teria direito caso se invalidasse. Será concedido aos beneficiários habilitados como pensionistas que o requererem.

- **Abono Anual**
O benefício consiste em uma prestação pecuniária anual de 1/12 (um doze avos) da renda mensal devida em dezembro por mês de complementação recebida durante o ano.

As contribuições do plano são as seguintes:

- Contribuição Normal do assistido; e
- Despesa Administrativa.

(ii) Plano de Benefícios CELPA BD-II

Plano de benefícios previdenciários administrado pela Fundação de Previdência Complementar (FASCEMAR) e patrocinado pelas Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA). O plano foi extinto em 01/01/2000, sendo então vedada a inscrição de novos participantes.

O Celpa BD-II é estruturado na modalidade “Benefício Definido”, existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos (aposentados e pensionistas). De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos são os seguintes:

- Aposentadoria por Invalidez;
- Aposentadoria por Idade;
- Aposentadoria por Tempo de Contribuição;
- Aposentadoria Especial

Os valores dos benefícios acima são calculados a partir da diferença entre o Salário Real de Benefício (SRB), que é 85% da média dos últimos 36 Salários de Contribuição, e a aposentadoria concedida no RGPS.

Com exceção da Aposentadoria por invalidez, as aposentadorias têm carência de 120 meses de contribuições mensais para o plano.

- **Pensão por Morte**
O benefício acima corresponde 50% (cota familiar) com acréscimo de 10% por indivíduo (cota individual) da aposentadoria mensal que o participante recebia antes de seu falecimento ou da renda a que este teria direito caso se invalidasse. Será concedido aos beneficiários habilitados como pensionistas que o requererem.
- **Abono Anual**
O benefício consiste em uma prestação pecuniária anual de 1/12 (um doze avos) da renda mensal devida em dezembro por mês de complementação recebida durante o ano.

As contribuições do plano são as seguintes:

- Contribuição Normal do participante;
- Contribuição Normal da patrocinadora; e

- Despesa Administrativa.

(iii) Plano de Benefícios CELPA OP

Plano de benefícios previdenciários administrado pela Fundação de Previdência Complementar (FASCEMAR) e patrocinado pelas Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA). O plano é executado de forma indissociável ao Plano R.

O Plano Celpa OP é estruturado na modalidade “Contribuição Variável”, existindo compromisso pós-emprego na fase de inatividade (aposentados e pensionistas) para os benefícios estruturados na modalidade “Benefício Definido” (Aposentadoria na forma de Renda Mensal Vitalícia e suas respectivas reversões em pensão). De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos são os seguintes:

- **Renda Mensal com Reversão em Pensão**

É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:

- (a) Ter 05 anos completos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
- (b) Ter 05 anos de contribuição efetiva ao plano;
- (c) Ter idade igual ou superior a 55 anos;
- (d) Ter a concessão do benefício, exceto se de Invalidez pelo RGPS; e
- (e) Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora.

De acordo com a modalidade selecionada no requerimento, o valor do benefício equivale a:

- (a) Renda Mensal Vitalícia, estruturada na modalidade de “Contribuição Variável”; ou
- (b) Renda Mensal Financeira, estruturada na modalidade de “Contribuição Definida”.

- **Pecúlio por Invalidez ou por Morte**

O benefício de Pecúlio por Morte é concedido aos beneficiários quando do óbito do participante ativo. O benefício de Pecúlio por Invalidez é concedido ao participante que possuir a Suplementação de Aposentadoria por Invalidez no Plano R.

O valor do Pecúlio equivale à soma dos saldos dos Fundos A1, A2, B1, B2, C e E.

As contribuições do plano são as seguintes:

- Contribuição Normal dos participantes e assistidos;
- Contribuição Normal da patrocinadora; e
- Contribuição Esporádica do participante ou da patrocinadora.

(iv) Plano de Benefícios CELPA R

Plano de benefícios previdenciários administrado pela Fundação de Previdência Complementar (FASCEMAR) e patrocinado pelas Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA). O plano é executado de forma indissociável aos Planos Celpa OP.

O Celpa R é estruturado na modalidade “Benefício Definido”, existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos (aposentados e pensionistas).

Além disso, o plano é não-contributivo, oferecendo somente benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos são os seguintes:

- Suplementação de Auxílio-Doença;
- Suplementação de Aposentadoria por Invalidez

Os dois benefícios acima consistem em uma renda mensal obtida através da diferença entre o valor do Salário Real de Benefício (SRB) e o valor do benefício concedido pelo RGPS, sendo concedidos enquanto for garantida a concessão do RGPS.

- Suplementação de Pensão por Morte
O benefício acima corresponde a cota de 50% (mais a de 10% por indivíduo) da aposentadoria mensal que o participante recebia antes de seu falecimento ou da renda a que ele teria direito caso se invalidasse. Ele será concedido aos beneficiários habilitados como pensionistas que o requererem.
- Abono Anual
O benefício consiste no maior valor mensal recebido no ano pelo participante, e será pago até o dia 20 de dezembro.

Por se tratar de um plano não-contributivo, o custeio do plano é feito 100% pela Contribuição Normal da própria patrocinadora, cujo percentual é determinado no Plano de Custeio do plano.

(v) Resolução 10/1989

A Celpa possui um passivo atuarial a descoberto, de origem em um acordo firmado entre a empresa e seus ex-empregados e pensionistas. O acordo foi deliberado pela Resolução nº 10, de 04 de agosto de 1989, pela administração da companhia, e entrou em vigor em 11 de Junho de 1996.

Com a resolução em vigor, os ex-empregados e pensionistas têm direito a benefícios previdenciários, que formam o passivo atuarial não coberto. O valor do passivo apurado é provisionado integralmente pela Celpa.

(vi) Plano de assistência médica

Dentre os vários benefícios aos empregados, a Companhia é instituidora de planos de saúde e odontológicos, os quais são descritos a seguir:

Central Nacional Unimed - CNU

A Celpa oferece a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos) um plano de saúde administrado pela operadora Central Nacional Unimed - Cooperativa Central (CNU), na modalidade Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com abrangência Nacional. É oferecido para os colaboradores da Celpa, bem como a seus dependentes, exceto para diretores e gerentes.

A contribuição é definida através de custo médio e não é feita a distinção de valores nas contribuições (mensalidades) dos segurados ativos e dos segurados ex-empregados. Esta contribuição é redefinida para cada período anual de cobertura, sendo reajustada em função da alteração nos valores dos procedimentos cobertos, em função da sinistralidade da apólice ou ainda da alteração na composição do grupo segurado (fatores que influenciam no custo da Operadora).

Há a possibilidade de empregados demitidos e aposentados continuarem no plano, desde que assumam as contribuições integralmente. A permanência destes ex-empregados no plano de saúde eleva o valor das contribuições pagas pela Celpa para seus empregados (ativos), por serem calculadas como um custo médio, em que um aumento na sinistralidade decorrente dos aposentados acarretará também em um aumento das contribuições de todos os segurados, inclusive dos ativos.

A permanência após o desligamento da empresa caracteriza um benefício indireto aos ex-empregados (subsídio cruzado), já que a permanência desses eleva a mensalidade paga pela Celpa para os seus empregados, o que ensejaria a necessidade de constituição de passivo atuarial de compromissos pós-emprego.

Além disso, há o compromisso de pós-emprego decorrente da responsabilidade da empresa com 04 ex-empregados que, conforme informado pela Celpa, são exceções em que a empresa continua custeando integralmente as mensalidades do plano de saúde por consequência de decisões judiciais.

Unimed Seguro Saúde

A Celpa oferece a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos) um seguro saúde administrado pela operadora Unimed Seguro Saúde S/A, na modalidade Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com abrangência Nacional. É oferecido para os diretores e gerentes da Celpa, bem como a seus dependentes.

Os prêmios são estabelecidos de forma uniforme para todos os beneficiários de um mesmo seguro e existe a possibilidade de empregados demitidos e aposentados continuarem no seguro saúde, desde que assumam o prêmio do seguro integralmente. Há o compromisso de pós-emprego (subsídio-cruzado), pois a permanência de ex-empregados eleva a mensalidade paga pela Celpa para os seus empregados, o que ensejaria a necessidade de constituição de passivo atuarial de compromissos pós-emprego.

Plano odontológico Uniodonto

A Celpa oferece um plano odontológico administrado pela operadora Uniodonto Belém a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos), bem como para seus dependentes.

Diferente do que ocorre nos planos médicos, as despesas odontológicas não aumentam em função do envelhecimento dos participantes. De acordo com a Pesquisa Nacional UNIDAS, em 2016 o custo médio mensal dos ativos foi de R\$ 15,28 e dos aposentados de R\$ 10,74. Em 2015, este custo médio mensal foi de R\$ 18,35 para os ativos e R\$ 8,46 para os aposentados.

Apesar de haver a possibilidade dos ex-empregados permanecerem no plano odontológico, esta permanência não eleva a mensalidade paga pela CELPA para seus empregados (ativos). Sendo assim, não há compromisso de pós-emprego (subsídio-cruzado).

38.8 Premissas adotadas

	CELPA BD - I	CELPA BD - II	CELPA - R	CELPA OP	Res. 10-1989
Taxa real de desconto atuarial	5,22%	5,20%	5,78%	5,36%	5,15%
Retorno real esperado sobre os ativos	5,22%	5,20%	5,78%	5,36%	5,15%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	0,00%	0,00%	2,00%	Não aplicável	0,00%
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	100,00%
Fator de capacidade sobre os salários	Não aplicável	Não aplicável	0,98	Não aplicável	1
Inflação esperada	3,96%	3,96%	4,87%	3,96%	3,96%
Taxa de desconto nominal	9,39%	9,37%	10,93%	9,53%	9,31%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	9,39%	9,37%	10,93%	9,53%	9,31%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	3,96%	3,96%	6,97%	Não aplicável	3,96%
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	3,96%	3,96%	4,87%	3,96%	3,96%
	AT-2000 M/F		AT-2000 M/F Suavizada em	BR-EMSsb 2015	AT-2000 M/F
Mortalidade geral	Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	10%	(segregada por sexo)	Suavizada em 10%
	AT-83 (IAM)		AT-2000 MALE (segregada por sexo)		AT-83 (IAM)
Mortalidade de inválidos	MALE	AT-83 (IAM) MALE		Não aplicável	MALE
					ALVARO
Entrada em invalidez	Não aplicável	ALVARO VINDAS	RRB-1944 Mod - Masc	Não aplicável	VINDAS
Taxa anual de rotatividade	Não aplicável	Nula	Nula	Nula	Nula
			Para participantes ativos, família média (considerando 75% do grupo casado e homem 6 anos mais velho do que a mulher). Para participantes assistidos, família real (conforme cadastro).	Família efetiva, conforme informações cadastrais	
Composição familiar	Família real (conforme cadastro).	Para participantes ativos, família média (considerando 80% do grupo casado e homem 5 anos mais velho do que a mulher). Para participantes assistidos, família real (conforme cadastro).			Não aplicável

38.9 Informação dos participantes

	Planos de benefícios			
	CELPA BD - I	CELPA BD - II	CELPA - R	CELPA OP
Participantes Ativos				
Frequência	-	13	1.404	1.404
Idade média (em anos)	-	56	41	41
Tempo médio de empresa (em anos)	-	29	12	12
Salário médio de participação (em R\$)	-	2.610	3.860	3.860
Participantes Aposentados				
Frequência	227	155	36	139
Idade média (em anos)	74	76	59	61
Benefício médio (em R\$)	3.760	2.336	2.606	3.137
Participantes Pensionistas				
Frequência	65	132	20	5
Idade média (em anos)	66	76	43	44
Benefício médio (em R\$)	1.683	1.013	1.981	4.059
		Plano de saúde CNU	Seguro saúde Unimed	
Total de Beneficiários do Plano de Saúde				
Quantidade		4.563		4.563
Idade média (em anos)		30		30
Titulares Ativos				
Quantidade		1.379		1.379
Idade média (em anos)		40		40
Tempo média de empresa (em anos)		12		12
Titulares Aposentados				
Quantidade		85		85
Idade média (em anos)		60		60
Titulares Demitidos				
Quantidade		105		105
Idade média (em anos)		48		48
Titulares em PDV/PAI				
Quantidade		103		103
Idade média (em anos)		57		57
Titulares em Decisão Judicial				
Quantidade		26		26
Idade média (em anos)		55		55
Dependentes				
Quantidade		2.865		2.865
Idade média (em anos)		23		23

38.10 Apuração do passivo/(ativo) atuarial

A conciliação dos ativos e passivos demonstrará o excesso ou a insuficiência de recursos para cobertura do benefício pós-emprego, e que deve ser apresentado no balanço da empresa.

Apresentamos, a seguir, a demonstração dos resultados apurados em 31 de dezembro de 2017 (Passivo ou Ativo Atuarial a ser contabilizado) e a projeção de despesas a serem reconhecidas no resultado o exercício de 2018. Os resultados foram obtidos com nas informações na data base em 30/11/2017.

Os resultados da avaliação atuarial são apresentados a seguir:

Plano Celpa BD-I

(+) Ativo total	183.701.959
(-) Exigível Operacional	(1.086.266)
(-) Fundos Administrativos	(232.213)
(-) Fundos Investimentos	(18.003)
(=) Valor Justo dos Ativos do Plano (total)	182.365.477

Equatorial Energia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017

Ativos do plano	Valor Contabilizado	Ajuste a valor de Mercado	Valor a Mercado	Em %
Disponível	3.230	-	3.230	0,00%
Realizável - Gestão Previdencial	489.217	-	489.217	0,27%
Realizável - Gestão Administrativa	232.213	-	232.213	0,13%
Fundos de Investimentos	5.620.513	-	5.620.513	3,06%
Títulos públicos	147.483.160	11.741.428	159.224.588	86,68%
Créditos privados e depósitos	8.130.448	-	8.130.448	4,43%
Ações	-	-	-	0,00%
Depósitos Judiciais	-	-	-	0,00%
Investimentos Imobiliários	7.825.025	-	7.825.025	4,26%
Empréstimos e Financiamentos	2.091.205	-	2.091.205	1,14%
Outros realizáveis	85.520	-	85.520	0,05%
(=) Ativo Total	171.960.530	11.741.428	183.701.959	100,00%

A apuração do passivo (ativo) líquido	31/12/2017	31/12/2016
1 Déficit/(Superávit) apurado		
1 Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	138.806.568	136.046.722
2 Valor justo dos ativos do plano	(182.365.477)	(170.175.157)
3 Déficit/(Superávit) apurado	(43.558.909)	(34.128.435)
2 Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais		
1 Efeito do Teto de Ativo	43.558.909	34.128.435
3 Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	43.558.909	34.128.435
3 Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33(R1)		
<i>Passivo/(ativo) já reconhecido</i>	-	-
<i>Passivo/(ativo) a reconhecer no exercício</i>	-	-

Plano Celpa BD-II

(+) Ativo total	88.507.183
(-) Exigível Operacional	(599.346)
(-) Exigível Contingencial	(10.159)
(-) Fundos Administrativos	(187.652)
(=) Valor Justo dos Ativos do Plano (total)	87.710.026

Ativos do plano	Valor Contabilizado	Ajuste a valor de Mercado	Valor a Mercado	Em %
Disponível	3.130	-	3.130	0,00%
Realizável - Gestão Previdencial	248.244	-	248.244	0,28%
Realizável - Gestão Administrativa	187.652	-	187.652	0,21%
Fundos de Investimentos	2.359.113	-	2.359.113	2,67%
Títulos públicos	71.694.143	5.128.784	76.822.927	86,80%
Créditos privados e depósitos	4.015.106	-	4.015.106	4,54%
Investimentos Imobiliários	3.946.450	-	3.946.450	4,46%
Empréstimos e Financiamentos	859.338	-	859.338	0,97%
Outros realizáveis	65.222	-	65.222	0,07%
(=) Ativo Total	83.378.399	5.128.784	88.507.183	100,00%

A apuração do passivo (ativo) líquido	31/12/2017	31/12/2016
1 Déficit/(Superávit) apurado		
1 Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	68.081.711	64.958.654
2 Valor justo dos ativos do plano	(87.710.026)	(82.518.549)
3 Déficit/(Superávit) apurado	(19.628.315)	(17.559.895)
2 Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais		
1 Efeito do Teto de Ativo	19.628.315	17.559.895
3 Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	19.628.315	17.559.895
3 Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33(R1)		
<i>Passivo/(ativo) já reconhecido</i>	-	-
<i>Passivo/(ativo) a reconhecer no exercício</i>	-	-

Plano Celpa OP

(+) Ativo total	173.697.106
(-) Exigível Operacional	(91.323)
(-) Exigível Contingencial	(1.352.049)
(-) Fundos Previdenciais	(12.755.291)
(-) Fundos Administrativos	(1.093.906)
(-) Fundos dos Investimentos	(271.929)
(=) Patrimônio de cobertura	158.132.608
(-) Saldos de Conta	(136.383.938)
(+) Fundo de Oscilação de Risco	4.595.395
(+/-) Ajuste Marcação à mercado (parcela BD)	536.371
(=) Valor Justo dos Ativos do Plano (total)	26.880.436

Ativos do plano	Valor Contabilizado (R\$)	Ajuste a valor de Mercado (R\$)	Valor a Mercado (R\$)	Em %
Disponível	3.343	-	3.343	0,00%
Realizável - Gestão Previdencial	30.064	-	30.064	0,02%
Realizável - Gestão Administrativa	1.093.906	-	1.093.906	0,62%
Fundos de Investimentos	11.936.471	-	11.936.471	6,72%
Títulos públicos	138.199.064	3.899.906	142.098.971	80,01%
Créditos privados e depósitos	7.164.652	-	7.164.652	4,03%
Investimentos Imobiliários	5.785.784	-	5.785.784	3,26%
Empréstimos e Financiamentos	9.419.449	-	9.419.449	5,30%
Outros realizáveis	64.373	-	64.373	0,04%
(=) Ativo Total	173.697.106	3.899.906	177.597.012	100,00%

A APURAÇÃO DO PASSIVO (ATIVO) LÍQUIDO

	31/12/2017	31/12/2016
1 Déficit/(Superávit) apurado		
1 Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	16.307.689	13.638.171
2 Valor justo dos ativos do plano	(26.880.436)	(24.965.789)
3 Déficit/(Superávit) apurado	(10.572.747)	(11.327.618)
2 Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais		
1 Efeito do Teto de Ativo	10.572.747	11.023.458
3 Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	10.572.747	11.023.458
3 Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33(R1)		
1 Passivo/(Ativo) líquido apurado (A.1.3 + A.2.3)	-	(304.160)
<i>Passivo/(ativo) já reconhecido</i>	(304.160)	(597.067)
<i>Passivo/(ativo) a reconhecer no exercício</i>	304.160	292.907

Plano Celpa R

(+) Ativo total	21.332.007
(-) Exigível Operacional	(152.947)
(-) Fundos dos Investimentos	(3.958)
(-) Fundos Administrativos	(1.082.570)
(=) Valor Justo dos Ativos do Plano (total)	20.092.532

Equatorial Energia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017

Ativos do plano	Valor Contabilizado (R\$)	Ajuste a valor de Mercado (R\$)	Valor a Mercado (R\$)	Em %
Disponível	6.733	-	6.733	0,03%
Realizável - Gestão Previdencial	70.067	-	70.067	0,33%
Realizável - Gestão Administrativa	1.082.570	-	1.082.570	5,07%
Fundos de Investimentos	5.019.334	-	5.019.334	23,53%
Títulos públicos	13.550.596	829.906	14.380.503	67,41%
Créditos privados e depósitos	598.029	-	598.029	2,80%
Empréstimos e Financiamentos	174.771	-	174.771	0,82%
(=) Ativo Total	20.502.101	829.906	21.332.007	100,00%

A apuração do passivo (ativo) líquido	31/12/2017	31/12/2016
1 Déficit/(Superávit) apurado		
1 Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	34.340.600	30.094.799
2 Valor justo dos ativos do plano	(20.092.532)	(16.429.962)
3 Déficit/(Superávit) apurado	14.248.068	13.664.837
3 Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33(R1)		
1 Passivo/(Ativo) líquido apurado (A.1.3 + A.2.3)	14.248.068	13.664.837
<i>Passivo/(ativo) já reconhecido</i>	13.664.837	-
<i>Passivo/(ativo) a reconhecer no exercício</i>	583.231	-

Planos de Saúde

A apuração do passivo (ativo) líquido	31/12/2017	31/12/2016
1 Déficit/(Superávit) apurado		
1 Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	15.258.290	11.984.849
3 Déficit/(Superávit) apurado	15.258.290	11.984.849
3 Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33(R1)		
1 Passivo/(Ativo) líquido apurado (A.1.3 + A.2.3)	15.258.290	11.984.849
<i>Passivo/(ativo) já reconhecido</i>	11.984.849	-
<i>Passivo/(ativo) a reconhecer no exercício</i>	3.273.441	-

CELPA - RES 010/1989

A apuração do passivo (ativo) líquido	31/12/2017	31/12/2016
1 Déficit/(Superávit) apurado		
1 Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	20.316.202	19.672.354
2 Valor justo dos ativos do plano	-	-
3 Déficit/(Superávit) apurado	20.316.202	19.672.354
2 Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais		
3 Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33(R1)		
1 Passivo/(Ativo) líquido apurado (A.1.3 + A.2.3)	20.316.202	19.672.354
<i>Passivo/(ativo) já reconhecido</i>	19.672.354	-
<i>Passivo/(ativo) a reconhecer no exercício</i>	643.848	-

38.11 Resultado da avaliação atuarial

CELPA BD-I

	31/12/2017	31/12/2016
B reconhecimento dos custos do plano no período		
1 Resultado do Exercício		
5 Custo de juros sobre as obrigações atuariais	14.358.528	16.010.990
6 Rendimento esperado dos ativos do plano	(18.135.801)	(20.796.996)
7 Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	3.777.273	4.786.006
	<hr/>	<hr/>
8 Total de despesa (receita) a reconhecer no Resultado do Exercício	-	-
2 Outros Resultados Abrangentes (ORA), no período		
1 (Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(7.023.728)	(14.089.631)
2 (Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	1.370.527	17.320.832
3 (Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	5.653.201	(3.231.201)
	<hr/>	<hr/>
C demonstração das mudanças nos valores divulgados	31/12/2017	31/12/2016
1 Valor justo dos ativos do plano		
1 Valor justo dos ativos ao início do ano	(170.175.157)	(147.386.383)
2 Benefícios pagos no período	12.969.209	12.097.853
5 Rendimento esperado dos ativos	(18.135.801)	(20.796.996)
a) Rendimento esperado sobre os ativos do período anterior	(18.834.675)	(21.655.310)
c) Perda de rendimento com pagamentos esperados de benefícios	698.874	858.314
6 (Ganhos)/perdas no Valor justo dos ativos do plano	(7.023.728)	(14.089.631)
	<hr/>	<hr/>
7 Valor justo dos ativos no fim do período	(182.365.477)	(170.175.157)
2 Obrigações Atuariais		
1 Obrigações atuariais no início do período	136.046.722	114.812.753
3 Juros sobre obrigação atuarial	14.358.528	16.010.990
a) Despesa de juros sobre obrigação atuarial do período anterior	15.057.402	16.869.304
b) Redução de juros decorrente dos pagamentos esperados de benefícios	(698.874)	(858.314)
4 Benefícios pagos no período	(12.969.209)	(12.097.853)
5 (Ganhos)/Perdas nas obrigações atuariais	1.370.527	17.320.832
	<hr/>	<hr/>
6 Obrigações atuariais no fim do período	138.806.568	136.046.722
3 Teto do Ativo e Requisitos de Funding Mínimo		
1 Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais no início do período	34.128.435	32.573.630
2 Juros esperados sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	3.777.273	4.786.006
3 (Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	5.653.201	(3.231.201)
	<hr/>	<hr/>
4 Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais no fim do período	43.558.909	34.128.435

CELPA BD-II

	31/12/2017	31/12/2016
B reconhecimento dos custos do plano no período		
1 Resultado do Exercício		
1 Custo do serviço corrente	23.697	21.931
5 Custo de juros sobre as obrigações atuariais	6.835.164	7.928.322
6 Rendimento esperado dos ativos do plano	(8.778.661)	(10.096.759)
7 Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	1.943.497	2.168.437
	<hr/>	<hr/>
8 Total de despesa (receita) a reconhecer no Resultado do Exercício	23.697	21.931
2 Outros Resultados Abrangentes (ORA), no período		
1 (Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(2.988.430)	(6.923.791)
2 (Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	2.839.810	6.268.815
3 (Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	124.923	633.045
	<hr/>	<hr/>
4 (Ganhos)/perdas a reconhecer em ORA	(23.697)	(21.931)
3 Outros Resultados Abrangentes (ORA), acumulado		
1 (Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos no início do período em ORA	(380.539)	(358.608)
2 (Ganhos)/perdas no período	(23.697)	(21.931)
	<hr/>	<hr/>
3 (Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos ao fim do período em ORA	(404.236)	(380.539)

Equatorial Energia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017

C demonstração das mudanças nos valores divulgados	31/12/2017	31/12/2016
1 Valor justo dos ativos do plano		
1 Valor justo dos ativos ao início do ano	(82.518.549)	(71.726.042)
2 Benefícios pagos no período	6.575.614	6.228.043
5 Rendimento esperado dos ativos	(8.778.661)	(10.096.759)
a) Rendimento esperado sobre os ativos do período anterior	(9.133.002)	(10.538.624)
c) Perda de rendimento com pagamentos esperados de benefícios	354.341	441.865
6 (Ganhos)/perdas no Valor justo dos ativos do plano	(2.988.430)	(6.923.791)
7 Valor justo dos ativos no fim do período	(87.710.026)	(82.518.549)
2 Obrigações Atuariais		
1 Obrigações atuariais no início do período	64.958.654	56.967.629
2 Custo do serviço corrente	23.697	21.931
3 Juros sobre obrigação atuarial	6.835.164	7.928.322
a) Despesa de juros sobre obrigação atuarial do período anterior	7.189.505	8.370.187
b) Redução de juros decorrente dos pagamentos esperados de benefícios	(354.341)	(441.865)
4 Benefícios pagos no período	(6.575.614)	(6.228.043)
5 (Ganhos)/Perdas nas obrigações atuariais	2.839.810	6.268.815
6 Obrigações atuariais no fim do período	68.081.711	64.958.654
3 Teto do Ativo e Requisitos de Funding Mínimo		
1 Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais no início do período	17.559.895	14.758.413
2 Juros esperados sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	1.943.497	2.168.437
3 (Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	124.923	633.045
4 Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais no fim do período	19.628.315	17.559.895

CELPA OP

B reconhecimento dos custos do plano no período	31/12/2017	31/12/2016
1 Resultado do Exercício		
5 Custo de juros sobre as obrigações atuariais	1.432.835	1.313.939
6 Rendimento esperado dos ativos do plano	(2.671.112)	(2.761.942)
7 Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	1.205.028	1.359.958
8 Total de despesa (receita) a reconhecer no Resultado do Exercício	(33.249)	(88.045)
2 Outros Resultados Abrangentes (ORA), no período		
1 (Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(333.310)	(3.918.751)
2 (Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	2.326.458	3.858.559
3 (Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	(1.655.739)	441.144
4 (Ganhos)/perdas a reconhecer em ORA	337.409	380.952
3 Outros Resultados Abrangentes (ORA), acumulado		
1 (Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos no início do período em ORA	(216.115)	(597.067)
2 (Ganhos)/perdas no período	337.409	380.952
3 (Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos ao fim do período em ORA	121.294	(216.115)
C demonstração das mudanças nos valores divulgados	31/12/2017	31/12/2016
1 Valor justo dos ativos do plano		
1 Valor justo dos ativos ao início do ano	(24.965.789)	(19.144.766)
2 Benefícios pagos no período	1.089.775	859.670
5 Rendimento esperado dos ativos	(2.671.112)	(2.761.942)
a) Rendimento esperado sobre os ativos do período anterior	(2.729.132)	(2.823.148)
c) Perda de rendimento com pagamentos esperados de benefícios	58.020	61.206
6 (Ganhos)/perdas no Valor justo dos ativos do plano	(333.310)	(3.918.751)
7 Valor justo dos ativos no fim do período	(26.880.436)	(24.965.789)
2 Obrigações Atuariais		
1 Obrigações atuariais no início do período	13.638.171	9.325.343
3 Juros sobre obrigação atuarial	1.432.835	1.313.939
a) Despesa de juros sobre obrigação atuarial do período anterior	1.490.855	1.375.145
b) Redução de juros decorrente dos pagamentos esperados de benefícios	(58.020)	(61.206)
4 Benefícios pagos no período	(1.089.775)	(859.670)
5 (Ganhos)/Perdas nas obrigações atuariais	2.326.458	3.858.559
6 Obrigações atuariais no fim do período	16.307.689	13.638.171
3 Teto do Ativo e Requisitos de Funding Mínimo		
1 Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais no início do período	11.023.458	9.222.356
2 Juros esperados sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	1.205.028	1.359.958
3 (Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	(1.655.739)	441.144
4 Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais no fim do período	10.572.747	11.023.458

CELPA R

B reconhecimento dos custos do plano no período	31/12/2017	31/12/2016
1 Resultado do Exercício		
1 Custo do serviço corrente	811.794	649.566
4 Contribuições do empregador	(1.735.585)	(1.430.179)
5 Custo de juros sobre as obrigações atuariais	3.164.712	3.254.302
6 Rendimento esperado dos ativos do plano	(1.763.345)	(2.044.044)
	477.576	429.645
8 Total de despesa (receita) a reconhecer no Resultado do Exercício		
2 Outros Resultados Abrangentes (ORA), no período		
1 (Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(2.513.320)	(847.456)
2 (Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	2.618.975	5.184.943
	105.655	4.337.487
4 (Ganhos)/perdas a reconhecer em ORA		
3 Outros Resultados Abrangentes (ORA), acumulado		
1 (Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos no início do período em ORA	(2.402.453)	(6.739.940)
2 (Ganhos)/perdas no período	105.655	4.337.487
	(2.296.798)	(2.402.453)
3 (Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos ao fim do período em ORA		
C demonstração das mudanças nos valores divulgados	31/12/2017	31/12/2016
1 Valor justo dos ativos do plano		
1 Valor justo dos ativos ao início do ano	(16.429.962)	(14.162.833)
2 Benefícios pagos no período	2.349.680	2.054.550
4 Contribuições do empregador realizadas no período	(1.735.585)	(1.430.179)
5 Rendimento esperado dos ativos	(1.763.345)	(2.044.044)
a) Rendimento esperado sobre os ativos do período anterior	(1.796.039)	(2.088.497)
b) Rendimento sobre contribuições esperadas	(92.403)	(101.825)
c) Perda de rendimento com pagamentos esperados de benefícios	125.097	146.278
6 (Ganhos)/perdas no Valor justo dos ativos do plano	(2.513.320)	(847.456)
	(20.092.532)	(16.429.962)
7 Valor justo dos ativos no fim do período		
2 Obrigações Atuariais		
1 Obrigações atuariais no início do período	30.094.799	23.060.538
2 Custo do serviço corrente	811.794	649.566
3 Juros sobre obrigação atuarial	3.164.712	3.254.302
a) Despesa de juros sobre obrigação atuarial do período anterior	3.289.809	3.400.580
b) Redução de juros decorrente dos pagamentos esperados de benefícios	(125.097)	(146.278)
4 Benefícios pagos no período	(2.349.680)	(2.054.550)
5 (Ganhos)/Perdas nas obrigações atuariais	2.618.975	5.184.943
	34.340.600	30.094.799
6 Obrigações atuariais no fim do período		

Planos de Saúde

B reconhecimento dos custos do plano no período	31/12/2017	31/12/2016
1 Resultado do Exercício		
1 Custo do serviço corrente	1.217.025	1.372.393
4 Contribuições do empregador	(298.908)	(283.628)
5 Custo de juros sobre as obrigações atuariais	1.297.934	1.713.409
	2.216.051	2.802.174
8 Total de despesa (receita) a reconhecer no Resultado do Exercício		
2 Outros Resultados Abrangentes (ORA), no período		
2 (Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	1.057.390	(2.573.491)
	1.057.390	(2.573.491)
4 (Ganhos)/perdas a reconhecer em ORA		
3 Outros Resultados Abrangentes (ORA), acumulado		
1 (Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos no início do período em ORA	(17.377.776)	(14.804.285)
2 (Ganhos)/perdas no período	1.057.390	(2.573.491)
	(16.320.386)	(17.377.776)
3 (Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos ao fim do período em ORA		

CELPA - RES 010/1989

B reconhecimento dos custos do plano no período	31/12/2017	31/12/2016
1 Resultado do Exercício		
4 Contribuições do empregador	(2.094.069)	(1.908.935)
5 Custo de juros sobre as obrigações atuariais	2.064.457	2.320.935
	<hr/>	<hr/>
8 Total de despesa (receita) a reconhecer no Resultado do Exercício	(29.612)	412.000
2 Outros Resultados Abrangentes (ORA), no período		
2 (Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	673.460	2.599.616
	<hr/>	<hr/>
4 (Ganhos)/perdas a reconhecer em ORA	673.460	2.599.616
3 Outros Resultados Abrangentes (ORA), acumulado		
1 (Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos no início do período em ORA	5.866.277	-
2 (Ganhos)/perdas no período	673.460	2.599.616
	<hr/>	<hr/>
3 (Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos ao fim do período em ORA	6.539.737	2.599.616
C DEMONSTRAÇÃO DAS MUDANÇAS NOS VALORES DIVULGADOS	31/12/2017	31/12/2016
1 Valor justo dos ativos do plano		
2 Benefícios pagos no período	2.094.069	-
4 Contribuições do empregador realizadas no período	(2.094.069)	-
5 Rendimento esperado dos ativos	-	-
b) Rendimento sobre contribuições esperadas	(112.843)	-
c) Perda de rendimento com pagamentos esperados de benefícios	112.843	-
2 Obrigações Atuariais		
1 Obrigações atuariais no início do período	19.672.354	16.660.738
3 Juros sobre obrigação atuarial	2.064.457	2.320.935
a) Despesa de juros sobre obrigação atuarial do período anterior	2.177.300	2.456.846
b) Redução de juros decorrente dos pagamentos esperados de benefícios	(112.843)	(135.911)
4 Benefícios pagos no período	(2.094.069)	(1.908.935)
5 (Ganhos)/Perdas nas obrigações atuariais	673.460	2.599.616
	<hr/>	<hr/>
6 Obrigações atuariais no fim do período	20.316.202	19.672.354

38.12 Movimentação do ativo/passivo atuarial

Para fins de registro contábil da CELPA, a movimentação do Passivo Atuarial ocorrido durante o ano de 2017 foi a seguinte:

	31/12/2017					
4 Reconciliação do Passivo/(Ativo) reconhecido	CELPA BD - I	CELPA BD - II	CELPA OP	CELPA R	Resolução 10/1989	Planos de saúde
1 Passivo/(ativo) no início do período	-	-	(304.160)	13.664.837	19.672.354	11.984.849
2 Passivo/(ativo) adicional reconhecido no período	-	-	304.160	583.231	643.848	3.273.441
a) Em Resultado do Exercício		23.697	(33.249)	477.576	(29.612)	2.216.051
b) Em ORA		(23.697)	337.409	105.655	673.460	1.057.390
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
3 Passivo/(ativo) no fim do período	-	-	-	14.248.068	20.316.202	15.258.290
4 Reconciliação do Passivo/(Ativo) reconhecido	CELPA BD - I	CELPA BD - II	CELPA OP	CELPA R	Resolução 10/1989	Planos de saúde
1 Passivo/(ativo) no início do período	-	-	(597.067)	8.897.705	16.660.738	11.756.166
2 Passivo/(ativo) adicional reconhecido no período	-	-	292.907	4.767.132	3.011.616	228.683
a) Em Resultado do Exercício	-	21.931	(88.045)	429.645	412.000	2.802.174
b) Em ORA	-	(21.931)	380.952	4.337.487	2.599.616	(2.573.491)
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
3 Passivo/(ativo) no fim do período	-	-	(304.160)	13.664.837	19.672.354	11.984.849

Para o encerramento do próximo exercício (exercício de 2018), os valores de despesa (receita) esperados foram calculados pela projeção das obrigações atuariais e do ativo líquido do plano, conforme tabela abaixo.

Os valores apresentados no quadro abaixo serão analisados ao encerramento do exercício de 2018, quando será apurado novamente se estas projeções se concretizaram ou se será necessário efetuar ajustes adicionais em relação às provisões de benefícios pós-emprego.

D projeção dos custos do plano para o período seguinte	CELPA BD - I	CELPA BD - II	CELPA OP	CELPA R	Resolução 10/1989	Planos de saúde
1 Resultado do Exercício projetado para o período seguinte						
1 Custo do serviço corrente	-	30.250	-	1.044.530	-	1.388.454
2 Custo de juros sobre as obrigações atuariais	12.447.965	6.072.081	1.498.469	3.165.356	1.777.890	1.421.137
3 Rendimento esperado dos ativos do plano	(16.538.181)	(7.910.453)	(2.506.290)	(1.888.324)	-	-
4 Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	4.090.216	1.838.372	1.007.821	-	-	-
5 Fluxo de caixa projetado para custeio do plano	-	-	-	(1.831.415)	(2.511.341)	(715.422)
a) Contribuições esperadas dos participantes	-	-	-	-	-	-
b) Contribuições esperadas do empregador	-	-	-	(1.831.415)	(2.511.341)	(715.422)
6 Despesa (receita) a reconhecer até o fim do período seguinte	-	30.250	-	490.147	(733.451)	2.094.169

38.13 Análise de sensibilidade

Em conformidade com o item 145 da CPC 33(R1), apresentamos a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, apresentamos no quadro as variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial, onde foram definidos dois cenários de (+0,5% e - 0,5%):

31/12/2017													
Análise de Sensibilidade													
(Impacto nas obrigações)													
	CELPA BD - I		CELPA BD - II		CELPA OP		CELPA R		Resolução 10/1989		Planos de saúde		
Taxa de desconto													
Aumento de 0,5%	(4.416.870)	(3,18%)	(2.686.433)	(3,95%)	(881.465)	(5,41%)	(2.093.772)	(6,10%)	(744.094)	(3,66%)	(836.978)	(5,49%)	
Redução de 0,5%	5.621.257	4,05%	2.896.533	4,25%	973.149	5,97%	2.340.709	6,82%	797.658	3,93%	910.639	5,97%	
Expectativa de Vida													
Redução de 1 ano	3.590.114	2,59%	1.889.359	2,78%	202.818	1,24%	167.226	0,49%	617.076	3,04%	68.969	0,45%	
Aumento de 1 ano	(3.637.492)	(2,62%)	(1.903.266)	(2,80%)	(210.811)	(1,29%)	(167.739)	(0,49%)	(618.403)	(3,04%)	(75.158)	(0,49%)	
HCCTR													
Aumento de 0,5%							-	-	-	-	903.586	5,92%	
Redução de 0,5%							-	-	-	-	(837.904)	(5,49%)	

39 Instrumentos financeiros

39.1 Considerações gerais

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia e suas controladas efetuaram análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio.

39.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia e suas controladas utilizam operações com derivativos para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo.

As controladas CELPA e CEMAR possuem *swap* para fins de proteção cambial.

39.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros das Controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão identificados conforme a seguir:

Controladora

Ativo	Categoria dos instrumentos financeiros	31/12/2017		31/12/2016	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	1.247.838	1.247.838	137.661	137.661
Total do ativo		1.247.838	1.247.838	137.661	137.661

	Categoria dos instrumentos financeiros	31/12/2017		31/12/2016	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Passivo					
Fornecedor	Passivo ao custo amortizado	1.178	1.178	702	702
Empréstimos e financiamentos	Passivo ao custo amortizado	310.447	310.447	-	-
Debêntures	Passivo ao custo amortizado	803.464	816.486	-	-
Total do passivo		1.115.089	1.128.111	702	702

Consolidado

	Categoria dos instrumentos financeiros	31/12/2017		31/12/2016	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	4.172.474	4.172.474	920.784	920.784
Investimentos de curto prazo	Ativos financeiros ao valor justo	919	919	2.137.135	2.137.135
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	3.052.909	3.052.909	2.664.108	2.664.108
Instrumentos financeiros derivativos	Ativos financeiros ao valor justo	48.720	48.720	1.242	1.242
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	Ativos financeiros ao valor justo	8.466	8.466	65.284	65.284
Ativo financeiro de concessão	Empréstimos e recebíveis	3.224.622	3.224.622	2.602.224	2.602.224
Total do ativo		10.508.110	10.508.110	8.390.777	8.380.777

	Categoria dos instrumentos financeiros	31/12/2017		31/12/2016	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Passivo					
Fornecedor	Passivo ao custo amortizado	1.185.038	1.185.038	943.283	943.283
Empréstimos e financiamentos	Passivo ao custo amortizado	3.963.243	3.978.750	3.085.864	3.085.864
Instrumentos financeiros derivativos	Passivos financeiros ao valor justo	19.946	19.946	31.278	31.278
Valores a pagar da recuperação judicial ¹²	Passivo ao custo amortizado	974.067	986.203	1.008.746	1.008.746
Debêntures	Passivo ao custo amortizado	3.006.998	3.080.650	1.748.467	1.474.409
Total do passivo		9.149.292	9.250.587	6.817.638	6.543.580

- **Caixa e equivalente de caixa** - são classificados como empréstimos e recebíveis. O saldo de caixa e bancos tem nível 1 na hierarquia de valor justo, enquanto o saldo de aplicação financeira, considerada como caixa e equivalente, tem nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Investimentos de curto prazo** - são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2.
- **Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações das controladas, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Ativo financeiro de concessão** - são classificados como empréstimos e recebíveis, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e suas controladas são classificados como passivo ao custo amortizado. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

¹² Para fins de comparabilidade e melhor análise dos saldos com o exercício atual, a Companhia para 2016 realizou a abertura da rubrica “Valores a pagar da recuperação judicial”.

- **Empréstimos e financiamentos** - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento das controladas e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Valores a pagar da recuperação judicial** - decorrente do plano de recuperação judicial da controlada CELPA que são classificados como passivo ao custo amortizado. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Debêntures** - são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Instrumentos financeiros derivativos** - são classificados pelo valor justo através do resultado tem como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swaps*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

39.4 Instrumentos financeiros derivativos

A controladas CEMAR e CELPA possuem swap com os bancos Itaú, Citibank e Santander referentes às operações em moeda estrangeira.

A CELPA, em 31 de dezembro de 2017, apresenta os saldos devedores dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira do banco Citibank é R\$ 582.701 (Em 31 de dezembro de 2016, os saldos devedores dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira dos bancos Itaú e Citibank são respectivamente R\$ 114.169 e R\$ 369.143).

A CEMAR, em 31 de dezembro de 2017, não possui Swap e as suas últimas operações foram concluídas com os bancos Itaú e Santander respectivamente em 23 de outubro de 2017 e 10 de outubro de 2017 (Em 31 de dezembro de 2016, os saldos devedores dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira dos bancos Itaú e Santander são respectivamente R\$ 133.312 e R\$ 133.225).

De acordo com o CPC 40(R1) os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, que podem ser assim resumidos:

CEMAR

Operações passivas		Valor justo	
Objetivo de hedge de risco de mercado	Indexadores	31/12/2017	31/12/2016
Santander			
Ponta ativa	US\$ + 3,02% a.a.	-	134.158
Ponta passiva	CDI + 1,30% a.a.	-	(104.110)
Total		-	30.048
Itaú			
Ponta ativa	US\$ + 2,52% a.a.	-	133.785
Ponta passiva	CDI + 1,30% a.a.	-	(103.771)
Total		-	30.014
Total		-	60.062

CELPA

Operações passivas		Valor justo	
Objetivo de hedge de risco de mercado	Indexadores	31/12/2017	31/12/2016
Itaú - 200 MM			
Ponta ativa	US\$ + 2,00% a.a.	-	113.773
Ponta passiva	CDI + 1,02% a.a.	-	(105.549)
Total		-	8.224
Citibank - 455 MM			
Ponta ativa	US\$ + 2,8% a.a.	-	377.224
Ponta passiva	CDI + 2,0% a.a.	-	(475.546)
Total		-	(98.322)
Citibank - 542MM			
Ponta ativa	US\$ + 1,6% a.a.	599.963	-
Ponta passiva	117,25% do CDI	(571.189)	-
Total		28.774	-
Ponta ativa ¹³	US\$	48.720	-
Ponta passiva	CDI	(19.946)	(90.098)
Total		28.774	(90.098)

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

Destacamos que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o swap seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

39.5 Gerenciamento dos riscos financeiros - Instrução CVM nº 475

O Conselho de Administração das controladas CEMAR e CELPA têm a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos.

Os riscos descritos a seguir são uma compilação do apontamento pelas diversas áreas, conforme

¹³ Para efeito de comparabilidade e melhor análise, a Companhia alterou a forma de apresentação dos saldos de 31/12/2016 inserindo totalizador da ponta ativa e ponta passiva.

suas respectivas especialidades. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

Os procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas são estabelecidos para identificar e analisar os riscos aos quais estão expostos, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades. As controladas CEMAR e CELPA através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, buscam manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Companhia supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais as mesmas estão expostas. O Comitê de Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o exercício de 31 de dezembro de 2017 não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia e suas controladas em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas. Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de contas a receber de clientes, constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia e suas controladas. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência, é realizado anualmente workshop de cobrança para identificação dos principais grupos de inadimplentes e tomadas de decisões estratégicas para combatê-los. Periodicamente o comitê de cobrança acompanha a execução e eficiência de todas as decisões tomadas no workshop. A Companhia e suas controladas utilizam todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia e suas controladas selecionam apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de rating. A Companhia e suas controladas preservam seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A Companhia possui bens ou outros ativos dados em garantia de suas operações para a obtenção de crédito, dentre os quais alienação fiduciária e percentual de recebíveis sobre a receita operacional líquida.

Contas a receber

A exposição da Companhia e suas controladas a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento do mercado e do Estado no qual os clientes estão localizados. Tendo em vista a atividade da Companhia e suas controladas, não há uma concentração relevante da receita em um grupo específico da carteira de clientes.

A Companhia e suas controladas limitam as suas exposições ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de acordo com a classe consumidora, e após transcorrido esse prazo, o fornecimento de energia fica sujeito a corte, e o seu reestabelecimento somente ocorre após regularização do débito.

A carteira de clientes das controladas CEMAR e CELPA estão representadas da seguinte forma:

Classe consumidora (CEMAR e CELPA)	%	
	2017	2016
Residencial	60,39%	58,30%
Industrial	6,29%	8,11%
Comercial	14,61%	15,98%
Rural	3,67%	3,35%
Poder público	9,22%	8,97%
Iluminação pública	2,35%	2,65%
Serviço público	3,46%	2,63%
Total	100%	100%

A controladas CELPA e CEMAR registraram uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes à Contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota 7.2, incluindo o movimento na provisão para perdas por redução ao valor recuperável durante o exercício.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a exposição máxima ao risco de crédito para Contas a receber de clientes, das controladas CEMAR e CELPA, por classe consumidora estava assim apresentada:

31 de dezembro de 2017					
Classe consumidora	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Baixa renda e viva luz	Total
Residencial	796.107	168.124	961.047	85.704	2.010.982
Industrial	140.565	13.765	55.205	-	209.535
Comercial	285.132	59.298	142.150	-	486.580
Rural	71.687	7.671	42.968	-	122.326
Poder público	162.043	30.122	114.811	-	306.976
Iluminação pública	47.116	441	30.572	-	78.129
Serviço público	54.026	13.556	47.727	-	115.309
Total	1.556.676	292.977	1.394.480	85.704	3.329.837

31 de dezembro de 2016					
Classe consumidora	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Baixa renda e viva luz	Total
Residencial	827.120	151.305	647.476	62.375	1.688.276
Industrial	158.847	13.369	62.569	-	234.785
Comercial	302.709	57.249	102.867	-	462.825
Rural	60.842	6.921	29.214	-	96.977
Poder público	143.011	30.168	86.682	-	259.861
Iluminação pública	58.725	430	17.661	-	76.816
Serviço público	36.111	13.210	26.967	-	76.288
Total	1.131.034	152.909	973.436	62.375	2.895.828

Caixa e equivalente de caixa

A Companhia detinha Caixa e equivalentes de caixa individual e consolidado de R\$ 1.247.838 e R\$ 4.172.474, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 137.661 e R\$ 920.784 em 31 de dezembro de 2016). O Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado na agência de *rating*.

Derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado na agência de *rating*.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e suas controladas em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentados nas notas 19 e 20.

A Companhia e suas controladas tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e suas controladas e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano prestam à Companhia e suas controladas estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A Companhia e suas controladas buscam manter o nível de seu Caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo das era de 3,9 em 31 de dezembro de 2017 (3,0 em 31 de dezembro de 2016) e o índice de investimentos sobre saídas de caixa era de 2,70 em 31 de dezembro de 2017 na

controlada CEMAR (2,39 em 31 de dezembro de 2016) e 5,3 na controlada CELPA (3,0 em 31 de dezembro de 2016).

Exposição ao risco de liquidez consolidado

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira consolidada. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Controladora							
31/12/2017							
	Valor contábil	Total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Títulos de dívida emitidos sem garantia	1.113.911	(1.113.911)	(3.716)	(310.000)	-	(800.195)	-
	<u>1.113.911</u>	<u>(1.113.911)</u>	<u>(3.716)</u>	<u>(310.000)</u>	<u>-</u>	<u>(800.195)</u>	<u>-</u>
Consolidado							
31/12/2017							
	Valor contábil	Total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	3.151.814	(3.151.814)	(41.806)	(631.343)	(605.509)	(1.639.699)	(233.457)
Empréstimos bancários sem garantia	500.982	(500.982)	-	(982)	-	(500.000)	-
Títulos de dívida emitidos sem garantia	3.317.445	(3.317.445)	(9.246)	(515.013)	(775.586)	(1.857.908)	(159.693)
	<u>6.970.241</u>	<u>(6.970.241)</u>	<u>(51.052)</u>	<u>(1.147.338)</u>	<u>(1.381.095)</u>	<u>(3.997.607)</u>	<u>(393.150)</u>
Passivos financeiros derivativos							
Swaps de taxas de juros utilizados para hedging	(28.775)	28.775	(6.200)	(13.746)	(24.931)	73.651	-
	<u>(28.775)</u>	<u>28.775</u>	<u>(6.200)</u>	<u>(13.746)</u>	<u>(24.931)</u>	<u>73.651</u>	<u>-</u>

Os fluxos de entradas/(saídas), divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta.

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas 19 e 20, a Companhia e suas controladas possuem operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia e suas controladas liquidem a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia e suas controladas.

(iii) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia e suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia e suas controladas utilizam derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco.

Geralmente, a Companhia e suas controladas buscam aplicar contabilidade de *Swap* para gerenciar a volatilidade no resultado.

(iv) Risco de taxa de câmbio

Este risco é oriundo da possibilidade das suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Parte do passivo financeiro de suas controladas estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Atualmente a exposição de suas controladas ao câmbio é de 0,4% na CEMAR e 24,58% na CELPA (11,3% e 23,26% respectivamente em 31 de dezembro de 2016). As controladas monitoram continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia não possui dívida em moeda estrangeira.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Controlada CEMAR possui uma dívida em moeda estrangeira, com baixa representatividade no endividamento global da mesma e é derivada de seu contrato com a Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Indexador	R\$ MM	Custo Médio (a.a.)	Prazo Final Médio (mês/ano)	Prazo Médio (em anos)	Part. (%)
Libor	5	2,5%	abr/24	6,4	0,2%
Pré fixado	7	6,0%	abr/24	6,4	0,2%
Moeda Estrangeira	12	4,6%	-	6,4	0,4%
IGP-M	120	3,5%	dez/23	6,1	4,0%
TJLP	431	9,7%	abr/22	4,3	14,4%
PRÉ-FIXADO	231	5,8%	mar/22	4,3	7,7%
SELIC	202	12,7%	mar/24	6,3	6,8%
CDI	1460	10,67%	out/18	3,0	48,8%
IPCA	533	8,6%	jun/20	3,7	17,8%
Moeda Nacional	2.977	9,64%	-	3,8	99,6%
Total	2.989	14%	-	10	100%

A CELPA possui quatro dívidas em moeda estrangeira, sendo que duas delas, que representam 70,4% da exposição cambial, possuem *SWAP* para proteção contra as oscilações de câmbio. Outra dívida é com BID -Banco Interamericano de Desenvolvimento que representa 26,6% do total da dívida exposta ao câmbio, mas que por fazer parte do PRJ, está toda no passivo não circulante, com vencimento em 30 de junho de 2026; e finalmente uma quarta, que possui uma caução para proteção contra as oscilações de câmbio, tem baixa representatividade no endividamento global da mesma e é derivada de seu contrato com a Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Indexador	R\$ MM	Custo Médio (a.a.)	Prazo Final Médio (mês/ano)	Prazo Médio (em anos)	Part. (%)
Libor Semestral	25	2,70%	abr/24	6,4	0,67%
Libor Trimestral	583	3,10%	abr/21	3,3	15,60%
Pré-fixado	222	5,70%	abr/26	8,4	5,90%
Moeda Estrangeira	830	3,80%		4,8	22,21%
TJLP	294	9,70%	jan/23	5,2	7,88%
CDI	716	11,00%	jul/20	2,5	19,16%
Pré-fixado	541	10,10%	jun/26	8,6	14,48%
RGR	4	6,00%	abr/22	4,4	0,12%
IGP-M	239	0,50%	set/34	17	6,39%
FINISA	37	6,00%	jun/27	9,6	0,98%
IPCA	591	10,40%	abr/22	4,3	15,82%
SELIC	484	9,80%	mar/24	6,3	12,97%
Moeda Nacional	2.906	9,45%		6,2	77,79%
Total	3.736	13,25%	-	11	100%

A sensibilidade dessa dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM. Um cenário com taxas reais verificadas 30 de setembro de 2017 (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

			Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à variação cambial				
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos	USD	(842.208)	(815.375)	(1.020.844)	(1.226.315)	(609.904)	(404.434)
Impacto no resultado			26.919	(179.214)	7.632	233.053	439.186
Referência para passivos financeiros			Taxa em 31/12/2017	+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar USD/R\$ (12 meses)			3,31	4,14	4,96	2,48	1,65

Fonte: Santander

(v) Risco de vencimento antecipado

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com covenants que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices podem implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento conforme mencionados nas notas 19 (Empréstimos e financiamentos) e 20 (Debêntures).

(vi) Risco de taxa de juros

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia e suas controladas. A seguir demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros das controladas foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 31 de dezembro de 2017 (Cenário provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluímos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

			Controladora				
			Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros (R\$ Mil)				
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	1.247.370	1.247.370	1.559.213	1.871.055	935.528	623.685
Impacto no resultado			49.597	61.997	74.396	37.198	24.799
Passivos Financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(1.008.411)	(1.082.933)	(1.100.281)	(1.117.629)	(1.065.584)	(1.048.236)
	IPCA	(105.500)	(109.742)	(110.761)	(111.781)	(108.722)	(107.703)
Impacto no resultado			(78.764)	(97.131)	(115.499)	(60.395)	(42.028)
Efeito líquido no resultado			(29.167)	(35.134)	(41.103)	(23.197)	(17.229)
			Consolidado				
			Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros (R\$ Mil)				
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	3.954.432	4.079.195	4.678.478	5.277.760	3.479.912	2.880.630
Impacto no resultado			187.115	233.894	280.672	140.336	93.557
Passivos Financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(3.184.373)	(3.419.699)	(3.474.481)	(3.529.264)	(3.364.915)	(3.310.133)
	SELIC	(686.137)	(737.597)	(749.565)	(761.533)	(725.630)	(713.662)
	TJLP	(725.197)	(775.960)	(787.821)	(799.682)	(764.101)	(752.240)
	IGP-M	(358.942)	(374.454)	(378.171)	(381.888)	(370.737)	(367.019)
	IPCA	(1.229.066)	(1.278.482)	(1.290.359)	(1.302.236)	(1.266.605)	(1.254.730)
Impacto no resultado			(402.477)	(496.682)	(590.888)	(308.273)	(214.069)
Efeito líquido no resultado			(215.362)	(262.788)	(310.216)	(167.937)	(120.512)

Referência para ativos e passivos financeiros	Taxa em 31/12/2017	25%	50%	-25%	-25%
CDI (% 12 meses)	7,39	9,24	11,09	5,54	3,70
SELIC (% 12 meses)	7,50	9,38	11,25	5,63	3,75
TJLP (% 12 meses)	7,00	8,75	10,50	5,25	3,50
IGP-M (% 12 meses)	4,32	5,40	6,48	3,24	2,16
IPCA (% 12 meses)	4,02	5,03	6,03	3,02	2,01

(vii) Risco de escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Em uma situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria redução de receita. Com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo através do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (conta bandeiras) no sentido de sinalizar a situação hidrológica do país, contendo assim o consumo de energia de forma não racional.

(viii) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá as controladas CEMAR e CELPA justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta ao critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

39.6 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia e suas controladas é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida Líquida/EBITDA
- Dívida Líquida/ (Dívida Líq. + Patrimônio Líquido)
- Dívida de Curto Prazo/Dívida Total

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas atingiram níveis esperados dos indicadores mencionados acima.

40 Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia das controladas CEMAR e CELPA são os seguintes:

CEMAR

	Vigência	2018	2019	2020	Após 2020*
Energia contratada (em R\$)	2018 a 2032	1.548.292	1.667.446	1.741.596	35.134.077
Energia contratada (em MhW)		7.555.798	7.981.079	8.342.682	127.154.581

(*) estimado 12 anos após 2020.

CELPA

	Vigência	2018	2019	2020	Após 2020 *
Energia contratada (R\$)	2018 a 2032	2.356.657	2.461.092	2.566.358	49.292.802
Energia contratada (MhW)		11.498.719	11.934.625	12.398.280	188.460.678

(*) estimado 12 anos após 2020.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

41 Segmento de negócios

A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes. A Companhia agrupou os segmentos operacionais da seguinte forma: Distribuição, Transmissão, Serviços, Comercialização e Administração central e outros.

As informações por segmento de negócios, correspondentes a 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, são as seguintes:

	31/12/2017					
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Ativos operacionais	15.170.406	6.187.777	296.974	197.606	(4.364.311)	17.488.452
Passivo operacionais	10.406.379	1.402.207	94.638	90.563	(253.439)	11.740.348
	31/12/2017					
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Receita operacional líquida	8.521.810	-	138.943	410.667	-	9.071.420
Custos e Despesas Operacionais	(7.164.399)	(56.740)	(137.189)	(359.421)	-	(7.717.749)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	1.357.411	-56.740	1.754	51.246	-	1.353.671
Resultado Financeiro	(232.265)	56.982	(439)	6.506	-	(169.216)
Resultado de Participações Societárias	-	994.018	-	14.836	(952.193)	56.661
Imposto de renda e contribuição social	(12.794)	(80)	(381)	(22.778)	-	(36.033)
Lucro Líquido (prejuízo) do período	1.112.352	994.180	934	49.810	(952.193)	1.205.083

	31/12/2016					
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Ativos operacionais	13.433.960	4.203.091	-	109.356	(3.526.887)	14.219.520
Passivo operacionais	9.415.438	179.093	-	47.448	(294.146)	9.347.833

	31/12/2016					
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Receita Operacional Líquida	7.704.261	-	-	247.920	-	7.952.181
Custos e Despesas Operacionais	(6.531.949)	(41.169)	-	(227.019)	-	(6.800.137)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	1.172.312	(41.169)	-	20.901	-	1.152.044
Resultado Financeiro	(207.239)	72.687	-	5.627	-	(128.925)
Resultado de Participações Societárias	-	682.748	-	(986)	(654.869)	26.893
Imposto de renda e contribuição social	(167.805)	(2.049)	-	(7.032)	-	(176.886)
Lucro Líquido (prejuízo) do período	797.268	712.217	-	18.510	(654.869)	873.126

41.1 Receitas e despesas de juros por segmento

	31/12/2017					
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Receita de Juros	192.293	-	-	-	-	192.293
Despesa de Juros	(147)	-	-	-	-	(147)
Total	192.146	-	-	-	-	192.146

	31/12/2016					
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Receita de Juros	141.986	-	-	-	-	141.986
Despesa de Juros	(1.086)	-	-	-	-	(1.086)
Total	140.900	-	-	-	-	140.900

41.2 Receita de consumidores externos por segmento

	31/12/2017					
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Suprimento (venda) de Energia Elétrica	65.064	-	-	-	-	65.064
Fornecimento de Energia Elétrica	9.483.722	-	-	335.267	-	9.818.989
CVA e outros itens financeiros	792.666	-	-	-	-	792.666
Receita de construção	1.292.105	-	151.076	-	-	1.443.181
Outras receitas	378.207	-	1.842	132.580	-	512.629
Total da receita bruta	12.011.764	-	152.918	467.847	-	12.632.529

	31/12/2016					
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Suprimento (venda) de Energia Elétrica	240.360	-	-	-	-	240.360
Fornecimento de Energia Elétrica	8.872.307	-	-	189.846	-	9.062.153
CVA e outros itens financeiros	137.133	-	-	-	-	137.133
Receita de construção	1.417.616	-	-	-	-	1.417.616
Outras receitas	229.516	-	-	93.229	-	322.745
Total da receita bruta	10.896.932	-	-	283.075	-	11.180.007

41.3 Adição a ativos não circulantes por segmento

31/12/2017						
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Ativo financeiro da concessão	555.116	-	151.077	-	-	706.193
Intangível	1.290.421	1.236	7.703	678	-	1.300.038
Total	1.845.537	1.236	158.780	678	-	2.006.231

31/12/2016						
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Ativo financeiro da concessão	386.113	-	-	-	-	386.113
Intangível	1.418.667	-	-	640	-	1.419.307
Total	1.804.780	-	-	640	-	1.805.420

41.4 Ativos não circulantes por segmento

31/12/2017						
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Ativos não circulantes						
Ativo financeiro da concessão	3.071.703	-	152.919	-	-	3.224.622
Imobilizado	-	1.840	-	8.821	-	10.661
Intangível	4.733.584	1.236	7.615	1.325	187.086	4.930.846
Total	7.805.287	3.076	160.534	10.146	187.086	8.166.129

31/12/2016						
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Ativos não circulantes						
Ativo financeiro da concessão	2.602.224	-	-	-	-	2.602.224
Imobilizado	-	439	-	8.316	-	8.755
Intangível	4.441.173	206.783	-	685	-	4.648.641
Total	7.043.397	207.222	-	9.001	-	7.259.620

41.5 Itens não-caixa por segmento

31/12/2017						
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Amortização	(380.471)	-	(88)	(38)	-	(380.597)
Atualização do ativo financeiro	87.408	-	1.842	-	-	89.250
Total	(293.063)	-	1.754	(38)	-	(291.347)

31/12/2016						
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Amortização	(343.322)	-	-	(42)	-	(343.364)
Atualização do ativo financeiro	126.549	-	-	-	-	126.549
Total	(216.773)	-	-	(42)	-	(216.815)

41.6 Segmento geográfico

(a) Receita operacional Distribuição

	31/12/2017		31/12/2016	
	Maranhão	Pará	Maranhão	Pará
Receita operacional líquida	3.370.836	5.150.974	3.129.893	4.574.368

(b) Ativos não circulantes Distribuição

	31/12/2017		31/12/2016	
	Maranhão	Pará	Maranhão	Pará
Ativo financeiro da concessão	1.294.726	1.776.977	1.048.121	1.554.103
Intangível	1.958.916	2.774.668	1.990.240	2.450.933
Total	3.253.642	4.551.645	3.038.361	4.005.036

42 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Equatorial e por suas controladas CEMAR e CELPA, está demonstrada conforme a seguir:

Equatorial

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
D&O Geral	31/12/2018	30.000
Seguro garantia leilão de transmissão	12/06/2018	33.000

CEMAR

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
Riscos operacionais	31/12/2018	309.833
Responsabilidade civil geral - operações	31/12/2018	7.000
Riscos diversos	29/12/2018	1.095
Seguro garantia judicial	(a)	64.785
Seguro garantia leilão de energia	(b)	518
Automóvel	31/12/2018	(c)

- (a) Apólices vigentes até agosto 2020;
- (b) Apólices vigentes até dezembro de 2018; e
- (c) 115 veículos próprios segurados.

CELPA

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
Riscos operacionais	31/12/2018	327.359
Responsabilidade civil geral - operações	31/12/2018	7.000
Seguro garantia judicial	(a)	104.412
Seguro garantia leilão de energia	(b)	141
Automóvel	31/12/2018	(c)

- (a) Apólices vigentes até novembro de 2021.
- (b) Apólices vigentes até agosto de 2018.
- (c) 78 veículos próprios.

A controladas CEMAR e CELPA adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros das controladas são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem

parte do escopo da revisão das informações trimestrais e, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

43 Eventos subsequentes

CELPA

Em 16 de fevereiro de 2018, houve a liquidação antecipada do contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID no montante de R\$193.382 milhões.

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A

Em 28 de fevereiro de 2018, foi realizada a 1ª emissão de Notas Promissórias da Equatorial Transmissora 7 SPE S.A., controlada da Equatorial Transmissão S.A., com aval da Companhia, sendo emitidas o total de 37 cédulas de valor unitário de R\$ 5.000, com a liquidação no valor total de R\$ 185.000 com vencimento em 28 de agosto de 2019. Os recursos captados têm por objetivo a cobertura dos gastos realizados no projeto até que seja estruturado o financiamento de longo prazo (bridge loan).

Controle acionário

A Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), por meio do despacho nº 3.592, de 26 de outubro de 2017, anuiu a transferência de controle acionário direto das Transmissoras que passaram a ser controladas diretamente pela empresa Equatorial Transmissão S.A., subsidiária integral da Equatorial Energia S.A, registrado em ata da assembleia geral extraordinária conforme demonstrado abaixo:

Entidades	Data da assembleia
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	02 de janeiro de 2018
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	02 de janeiro de 2018
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	02 de janeiro de 2018
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	01 de fevereiro de 2018
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	01 de fevereiro de 2018
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	01 de fevereiro de 2018
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	01 de fevereiro de 2018
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	01 de fevereiro de 2018

* * *

Conselho de Administração

Carlos Augusto Leone Piani

Eduardo Saggioro

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Guilherme Aché

José Jorge de Vasconcelos Lima

Luís Henrique de Moura Gonçalves

Marcelo de Souza Monteiro

Conselho Fiscal

Paulo Roberto Franceschi

Saulo de Tarso Alves de Lara

Vanderlei Dominguez da Rosa

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior
Diretor Presidente

Carla Ferreira Medrado
Diretora

Eduardo Haiama
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Humberto Luis Queiroz Nogueira
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Sérvio Túlio dos Santos
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Gerente de Contabilidade e Tributos
Contador
CRC-PE012996-O-3-S-MA